

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ROSEMARI TABORDA WEIDAUER

**A “QUESTÃO SOCIAL” E SUA APROPRIAÇÃO PELOS ASSISTENTES SOCIAIS
SUPERVISORES NO MUNICÍPIO DE TOLEDO**

**FLORIANÓPOLIS
2008**

ROSEMARI TABORDA WEIDAUER

**A “QUESTÃO SOCIAL” E SUA APROPRIAÇÃO PELOS ASSISTENTES SOCIAIS
SUPERVISORES NO MUNICÍPIO DE TOLEDO**

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vera Maria Ribeiro Nogueira

**FLORIANÓPOLIS
2008**

TERMO DE APROVAÇÃO

ROSEMARI TABORDA WEIDAUER

A “QUESTÃO SOCIAL” E SUA APROPRIAÇÃO PELOS ASSISTENTES SOCIAIS
SUPERVISORES NO MUNICÍPIO DE TOLEDO

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 11 de abril de 2008.

Prof^a. Dr^a. Myriam Raquel Mitjavila
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UFSC

Prof^a. Dr^a. Vera Maria Ribeiro Nogueira
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UFSC
Orientadora

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Ivete Simionatto
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UFSC
Presidente

Prof^a. Dr^a. Rosana Martinelli Freitas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UFSC
Primeira Examinadora

Prof^a. Dr^a. Ana Maria Baima Cartaxo (UFSC)
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - UFSC
Segunda Examinadora

Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
Terceiro Examinador

Ao meu esposo Ademir Weidauer,

pelo amor, apoio e dedicação

durante toda essa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais (Senira e Pedro Taborda), aos meus irmãos, cunhados e cunhadas.

Aos meus sobrinhos: Cássio, Jéferson, Kátia, Letícia e à pequena Jaqueline.

Ao meu esposo ao qual sou grata pela cumplicidade, amor e confiança que construímos juntos.

À Universidade Federal de Santa Catarina e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela seriedade na luta pelo ensino de qualidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela viabilização financeira e apoio científico para realização do mestrado.

À minha orientadora professora Dr^a. Vera Maria Ribeiro Nogueira, pelo compromisso e apoio na condição de orientadora e anfitriã durante as hospedagens em seu aconchegante lar.

Ao professor Dr. Alfredo Batista da Universidade Estadual do Oeste do Paraná pela sua imprescindível contribuição durante a graduação.

À Prof^a. Dr^a. Ana Maria Baima Cartaxo pela oportunidade concedida de estar realizando a disciplina de Estágio docente na disciplina “Serviço Social e Seguridade Social: Previdência”, sob sua orientação. Indubitavelmente, está foi uma oportunidade impar e muito agradável.

Aos professores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em especial à coordenadora de Estágio Supervisionado prof^a. Cleonilda S. T. Dallago pela disposição do quadro de profissionais supervisores de campo de Estágio Supervisionado.

E a todas as assistentes sociais do município de Toledo/PR que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho.

A vocês todos meus agradecimentos.

*A teoria é capaz de prender os homens
desde que demonstre sua verdadeira face ao homem,
desde que se torne radical.*

*Ser radical é atacar o problema em suas raízes.
Para o homem, porém, a raiz é o próprio homem.*

*Karl Marx
(A questão judaica)*

WEIDAUER, Rosemari Taborda. A “questão social” e sua apropriação pelos assistentes sociais supervisores no município de Toledo. **Dissertação de Mestrado em Serviço Social**. Florianópolis: UFSC/CSE/PGSS, 2008. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vera Maria Ribeiro Nogueira

RESUMO

Este estudo remete ao contexto ideológico, histórico e político em que vem se dando a utilização e significação do conceito de “questão social”. Demarca que com a reestruturação capitalista de reforma do Estado, medidas de reorientação neoliberal sutilmente vêm diluindo a explicitação de “questão social” como conflito de classe. Reconhece que, paralelamente às ambigüidades conceituais de interpretações decorrentes da racionalidade formal-abstrata, criam-se obstáculos que impedem o reconhecimento das reais pedras do caminho que envolve a construção de alternativas para o enfrentamento da “questão social”. Do mesmo modo, a pretensão de deslocar as suas origens para o meio familiar e/ou individual é no mínimo oportuna no processo de desresponsabilização do Estado. Frente ao referencial teórico assumido, é colocado que o nóculo problemático consiste na capacidade teórico-metodológica de o profissional ler e interpretar os fenômenos sobre os quais se debruça. Assim, o presente estudo parte das reflexões que estabelecem a centralidade desse conceito no exercício e na formação profissional, com base na teoria social de Marx. Entendendo que, frente ao atual cenário em que brotam sutis determinações governamentais de assistencialização da “questão social”, torna-se eminente refletir sobre como vem se dando a apropriação de seu significado entre os assistentes sociais concretamente envolvidos com suas manifestações. Com isso o presente documento explicita duas ordens de sinalização no decorrer do texto: 1) as Diretrizes Curriculares de 1996, colocando a “questão social” como eixo ordenador da intervenção profissional, buscou romper com a visão de situação social problema que orientava a intervenção com base no indivíduo descolado de sua situação de classe; 2) isso permitiu evidenciar o entendimento de que o Serviço Social intervém nas manifestações da “questão social” com políticas sociais, por meio de planos, programas, projetos ou serviços sócio-assistenciais, sendo essa intervenção alimentada pela visão de mundo, homem e sociedade do profissional. Com isso chega-se a constatação de que esse processo se faz acompanhar de incoerências teórico-metodológicas. Mas o presente estudo compreende ser preciso reconhecer as pedras do caminho, para desiludir-se das flores imaginárias e ampliar as possibilidades de poder apanhar flores vivas (MARX, 1977).

PALAVRAS-CHAVE: “questão social”, formação profissional, ação profissional.

WEIDAUER, Rosemari Taborda. A "social issue" and its ownership by social workers supervisors in the city of Toledo. **Dissertation of Master in Social Work**. Florianópolis: UFSC/CSE/PGSS, 2008. Advisor: Prof. ^a. Dr. Vera Maria Ribeiro Nogueira.

ABSTRACT

This study refers to the ideological, historical and political context, which has been giving the use and meaning of the concept "social issue". It says that with the restructuring of the capitalistic reform of state, measures of the neoliberal reorientation subtlety is diluting the explicitness of "social issue" as a class conflict. It recognizes that, alongside the conceptual ambiguities of interpretation arising from the formal-abstract rationality, obstacles are created obscures the recognition of real stones on the way, involving the construction of alternatives in the confrontation of the "social issue". Likewise, the desire to move its origins to the family and/or individual environment is at least timely in the process of non-responsibility in the state. With reference to theoretical commitment, it placed that the nodule of the problem is the theoretical and methodological capacity of the professional to read and interpret the phenomena that he/she is facing. Thus, this current study comes from the thoughts that establish the centrality of this concept in the exercise and professional training, based on the social theory of Marx. Considering that, facing the current scenario in which sprout subtle compelling governmental assistance on the "social issue", it is eminent to reflect how the ownership has been given and its significance among social workers specifically involved with its manifestations. This document explains the present two orders of signalling throughout the text: 1) The Curriculum Guidelines of 1996, putting "social issue" as an axis officer of the professional intervention, it attempts to break with the vision of the social situation problem which gave orientation in the intervention based on the individual out of their situation-class, 2) This allowed to bring up the understanding that the Social Work intervened in the demonstrations of the "social issue" with social policies through plans, programmes, projects or social-care services, and that intervention fuelled by the vision of the world, man and society of the professional. With that comes to the conclusion that this process is accompanied by theoretical and methodological inconsistencies. But this study understands that it's necessary to recognize the stones in the path to become disappointed with the imaginary flowers and enlarge the possibilities of being able to take flowers alive (MARX,1977).

KEYWORDS: "social issue", training, professional action.

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO	10
1 A TOTALIDADE COMO CATEGORIA CENTRAL NA APROPRIAÇÃO DA REALIDADE	23
1.1 CATEGORIAS DA RAZÃO MODERNA.....	23
1.2 O LEGADO MARXIANO PARA A RE-CONSTRUÇÃO DO REAL	34
1.2.1 O trabalho como matriz fundante do ser social	43
1.2.2 Exploração, alienação e reificação do trabalho pelo capital: bases da “questão social”	47
2 BREVE PROBLEMATIZAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE ESTADO E “QUESTÃO SOCIAL”	52
2.1 CONCEPÇÕES DE ESTADO: PARA UMA ABORDAGEM DA “QUESTÃO SOCIAL”	53
3 “QUESTÃO SOCIAL”: DETERMINAÇÕES TEÓRICAS E ANALÍTICAS	74
3.1 DETERMINANTES HISTÓRICOS E TEÓRICOS ENTRE SERVIÇO SOCIAL E “QUESTÃO SOCIAL”	82
3.2 A REVISÃO DO CURRÍCULO DE 1982 E AS DIRETRIZES CURRICULARES DE 1996.....	87
3.3 A DIMENSÃO DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”	99
3.4 A “QUESTÃO SOCIAL” NO SERVIÇO SOCIAL	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125

REFERÊNCIAS.....	132
APÊNDICE 1- PRIMEIRO ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM SUPERVISORES DE CAMPO	139
APÊNDICE 2- SEGUNDO ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM SUPERVISORES DE CAMPO	141

INTRODUÇÃO

Este estudo situa-se no eixo dos debates que envolvem o atual Projeto de Formação Profissional para o curso de Serviço Social, no qual se reconhece a centralidade da “questão social” na formação e no exercício do profissional.

Parte, portanto, das reflexões que estabelecem que a profissão “[...] se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento capitalista monopolista”. (ABESS/CEDEPSS, 1997a, p. 60).

Frente a isto entende que, em sendo o embate decisivo da profissão “[...] entender a *gênese da questão social e as situações particulares e fenômenos singulares* com os quais o Assistente Social se defronta no mercado de trabalho [...]” (IAMAMOTO, 2004b, p. 56) [grifo da autora], analisar essa relação no âmbito da apropriação da chamada “questão social” pelos profissionais não é de modo algum extemporâneo. Pelo contrário, articula-se ao projeto socialmente construído no decorrer da história da profissão na ruptura com o conservadorismo profissional, sendo um processo que envolve a formação e o exercício profissional enquanto dimensões inscritas na órbita das relações sociais existentes na sociedade.

Diante da herança conservadora da profissão e as determinações concretas de seu significado nos processos de produção e reprodução das relações sociais, ocorre, pois, que a apropriação de “questão social”, tal como projetado no conteúdo das Diretrizes Curriculares, constitui-se em desafio constante no cenário de atuação dos profissionais de Serviço Social. Além de que, a grande variedade conceitual no interior da literatura profissional, por meio de diferentes focos analíticos, levanta uma série de inquietações sobre a direção que assume entre os profissionais.

Visto não ser uma expressão unívoca, compreensões diferenciadas e atribuições de sentidos muito diversos são atribuídas à mesma. A divisão que se estabelece - guardando as diferenças e particularidades que assumem no interior dessa divisão - permite verificar abordagens e tratamentos distintos e mesmo antagônicas.

Pode-se dizer que uma abordagem de viés crítico resgata a história do conceito - a obscuridade e os traços mistificadores que o envolve quando abordado

como questão confundida com problemas sociais passíveis de resoluções no âmbito das políticas sociais. A partir desse resgate atribui à expressão uma significação oposta àquela realizada pelas teorias de viés conservador, as quais - sob a racionalidade promovida na órbita do capitalismo - vêm tendo passagem garantida no senso comum, se tornando mais correntes nos mais diversos setores da sociedade. Nestas abordagens conservadoras evidencia-se uma visão acrítica a ordem capitalista. Na medida em que não preconizam nenhuma intenção de ruptura com a mesma, ao trabalhar o conceito tendem à sua naturalização e despolitização. Nestes termos, a “questão social” acaba sendo caracterizada como apenas um aspecto básico das desigualdades sociais que atravessam a sociedade, sendo eximida, portanto, do campo dos conflitos de interesses polarizados entre capital e trabalho. (IANNI, 1991).

Contudo, o presente estudo se orienta pela hipótese de que em grande parte dos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais sujeitos da pesquisa a disseminação e o uso da expressão se realizam sob perspectivas que vinculam interesses e visões de mundo, que propriamente a partir de uma perspectiva teórica determinada e consciente, ainda que essa possa estar presente nos valores, visões de mundo e ações adotadas cotidianamente.

Essa hipótese foi firmada, sobretudo, após prévia constatação de que, de um total de 17 (dezessete) assistentes sociais supervisores de campo na cidade de Toledo no Paraná durante o ano letivo de 2007, 11 (onze) colaram grau antes de 1996, 4 (quatro) entre 2000 a 2001 e, tendo como base o atual currículo, apenas 2 (dois) se formaram entre 2004 a 2005. Das 17 assistentes sociais, 15 (quinze) acusaram terem se formado sob a vigência do Currículo Mínimo de 1982, não estando presente teórico e conceitualmente no âmbito de suas formações acadêmicas o tema “questão social”. Destas 15 (quinze), apenas 4 (quatro) participaram, enquanto supervisores de campo, de debates e reflexões durante o processo de implantação das Diretrizes Curriculares pelo curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Campos de Toledo.

Com isso, evidenciou-se a necessidade de não desprezar o fato de que a sociedade constantemente vem formando opiniões, colocando que a formação profissional não se limita a academia, mas se estende no cotidiano das relações sociais. Portanto, interesses e visões de homem, mundo e sociedade também orientam leituras, entendimentos e apropriações da realidade, sendo

determinadamente dimensionadas especialmente quando se desconsidera no âmbito do conhecimento o movimento do real, ou seja, quando o pensamento não apropria de forma radical, *elevando a conceito o movimento concreto*¹.

Uma vez que os assistentes sociais trabalham constantemente com as manifestações da “questão social”, a forma como ocorre essa apropriação traz implicações que envolvem tanto a formação profissional pela qual esteve inserido o assistente social, seu posicionamento ideopolítico frente à realidade social e a própria realidade na qual atua o profissional, isto é, as condições materiais em que está inserido.

Nesta direção é preciso ter que a propriedade de um objeto de natureza social é essencialmente histórico e qualitativo, possuindo natureza mais rica que a própria capacidade epistemológica de uma construção teórica absoluta. Isto porque vincula elementos incapazes de serem codificados apenas quantitativamente e, na busca de explorar o que é qualitativo, entra em cena a relação entre sujeito e objeto. Para o método crítico-dialético essa relação não é de neutralidade, na medida em que nela agrega determinados interesses no reconhecimento de um problema e no tipo de resposta a esse.

Do mesmo modo, autores como Coutinho (1972) e Kosik (1976) apontam que diferentes focos de análise sobre a realidade têm como pano de fundo determinadas formas de existência dos homens na ordem burguesa e as racionalidades que mobilizam as formas de pensar e interpretar essa realidade.

Tal discussão é parte constitutiva do primeiro capítulo deste estudo, sendo evidenciado a importância do legado marxiano para a re-construção da realidade. Com este referencial é demarcada a necessidade de retorno ao ponto partida. Fica manifesto a imprescindível re-construção que o profissional de Serviço Social deve realizar. Onde se faz necessário construir mediações com a totalidade que envolve as manifestações da “questão social”, diluindo-as de sua roupagem imediata e aparente que é legítimo do vestuário da pseudo-objetividade. (KOSIK, 1976).

Conforme se tem observado, para a filosofia crítica marxista, na racionalidade do capital predominam modelos explicativos os quais possuem e são constituídos pela racionalidade e/ou razão formal-abstrata. Trata-se de uma abordagem imediata da realidade, presente na tradição positivista, no positivismo clássico de Comte, na

¹ Cf. primeiro capítulo, especialmente p. 34.

sociologia de Émile Durkheim e nas correntes neopositivistas. O que se constata é a consubstanciação de um tempo histórico marcado por cenários ideológicos, políticos e teóricos de interpretações que falseiam a realidade, e que refletem significativamente uma *miséria da filosofia* ao gerirem uma *pseudoconcreticidade*, ou seja, uma aparente objetividade do real².

Neste cenário de fórmulas predominantes do racionalismo burguês se conecta uma boa parte dos estudos que insistem na despolitização da “questão social”, na sua naturalização, e/ou na sua abordagem imediata, parcial e restrita sem uma análise das processualidade e contradições imanentes ao movimento da realidade, sobretudo dos processos que envolvem a lógica de acumulação no atual modo de produção. Nos limites desses estudos, suscitam posições que transformam questões políticas em problemas de coesão social, de vinculação dos indivíduos a valores e normas coletivas, de recuperação de comportamentos ético-morais e de vínculos de solidariedade, conforme reforma moral durkheimiana. (PASTORINI, 2004, p. 45).

Ainda nessa lógica, a contradição entre capital e trabalho é naturalizada. A clássica análise marxiana para explicar fenômenos da sociedade capitalista é considerada recurso obsoleto e arcaico. Isso porque, a crise do chamado “socialismo real” teria “saturado” todas as possibilidades de uma revolução orientada pela teoria social de Marx. Nesse caso, tem-se como denominador comum dentre essas análises a defesa de que a perspectiva marxiana seria insuficiente e suas explicações não dariam mais conta da realidade, sendo necessário a incorporação de outras categorias de análise para além da clássica consideração da relação entre capital e trabalho como base de explicação da realidade.

Desse viés analítico, tem-se cada vez mais presente nos meios universitários, profissionais e políticos o discurso que está ganhando cada vez mais adeptos e que busca deslegitimar a autenticidade da luta de classe presente em vários segmentos da vida em sociedade. A investida é no sentido de apontar a perspectiva marxiana, especialmente as leis gerais da acumulação capitalista, como ultrapassada. Como se o objeto da discussão de Marx, isto é, a ordem burguesa em seu funcionamento, já não existisse e/ou tivesse agora uma fórmula capaz de criar lucro não mais pela intensificação de mais-valia. Ou que agora - com as descobertas operadas pela

² Cf. Coutinho (1972), Kosik (1976) e Lukács (1997).

revolução técnico-científica no século XX, permitindo o incremento acelerado da produtividade e a redução do trabalho humano - a ciência se tornaria, de acordo com Schaff (1995), o único agente da produção e de mais-valia.

Em meio a tais desconsiderações do materialismo histórico, apresentam-se procedimentos analíticos para os quais, a exemplo de Rosanvallon (1998) há uma “nova questão social”, sugerindo que o conflito entre capital e trabalho deixou de ser determinante. Ou conforme Castel (1998), que delega ao Estado a capacidade de solução da “questão social” ao resgatar formas sólidas de proteção social, com base na preocupação durkheimiana do laço social e da integração.

O que se percebe é que tais posicionamentos vão se constituindo em obstáculos para a apreensão do projeto profissional do Serviço Social no que diz respeito à leitura e enfrentamento das expressões da “questão social” sob o aporte do legado marxiano, isto é sob a racionalidade dialética e materialista.

Muito embora o conceito de “questão social” não pertença ao universo teórico de Marx sob essa denominação, os elementos teórico-práticos de suas análises levaram as vanguardas da profissão a se apropriarem, em sua teoria, da exata explicitação de como o desenvolvimento capitalista produz e engendra uma contradição social que, em outros termos, é “questão social”. Neste caso é entendido que exaurí-la ou resolvê-la implica na eversão do atual modelo de produção capitalista, já que se mostra como corolário do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. (NETTO, 2001, p. 48).

Portanto, falar de “questão social” implica necessariamente fazer referência ao capitalismo e ao Estado por ele instituído, de tal modo que este, quando distorcidamente apropriado em sua relação com a “questão social” e assim considerado na sua efetividade prática, recobre as falsas intenções existentes na resolução de conflitos de classe. Aproximando-se desta discussão, os temas brevemente trabalhados no segundo capítulo deste estudo acentuam as principais fundamentações acerca do Estado, relacionando-os com a “questão social”.

Em outro momento é colocado que os profissionais de Serviço Social envolvidos no distanciamento para com a herança conservadora da profissão, sob o enfoque marxista das contradições sociais da sociedade, acertadamente reconheceram, desde a década de 1980 que, em havendo um eixo que articulasse o desenvolvimento sócio-histórico da profissão com a realidade social capitalista, esse eixo era a chamada “questão social”.

Assim, tendo se passado uma década após a aprovação, em Assembléia geral da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), das novas propostas para os currículos dos cursos de Serviço Social, a concepção de “questão social” parece se tratar de uma questão dilemática. Pois, problematiza temas cruciais do cenário contemporâneo, requerendo um processo de (re) totalização. Em outros termos, requer a destruição das *pseudoconcretidades* dimensionadas pela razão formal e abstrata do racionalismo do capital (KOSIK, 1976, p. 51).

Quando se trabalha com objetos sociais situados num tempo e espaço determinadamente histórico e social, esse processo de (re) totalização não se materializa na esfera teórica sem que se re-construa idealmente seu movimento em suas contradições.

Desvendar esses nexos é primordial para o Serviço Social. Em sendo central não apenas na formação como no próprio exercício da profissão, importa refletir sobre o entendimento de “questão social” no meio profissional. Por conta das implicações da racionalidade capitalista, desafiar a destruição das pseudoconcretidades que recobrem as manifestações da “questão social” nos espaços de intervenção profissional é um desafio constante.

Cabe destacar que foi determinante no redirecionamento político e social da profissão, desde o Movimento de Reconceituação, a apropriação da perspectiva marxista como norte teórico-metodológico, possibilitando a tese da desnaturalização da contradição histórica e social entre capital e trabalho.

Compartilhando com essa perspectiva, capital e trabalho são, pois, elementos constitutivos da chamada “questão social”, de modo que esta significa a explicitação mais evidente das “[...] expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”. (IAMAMOTO, 2001b, p. 77)³.

Com as mudanças ocorridas mundialmente na conjuntura econômica da década de 1990 – entendendo que o Serviço Social se altera e se transforma ao se transformar a sociedade sob a qual se insere – o Serviço Social coloca a necessidade de revisão curricular. Estabelece como diretriz a incorporação dos

³ Anterior a obra de Iamamoto, a expressão “questão social” esteve presente de forma pública, no Brasil, na obra de Cerqueira Filho (1982) que contribuiu para a leitura e interpretação desse conceito no interior do Serviço Social, a partir da particularidade brasileira.

avanços do Currículo de 1982, resguardando, porém, seus aspectos positivos e inovadores e superando as suas debilidades.

Os aspectos históricos e teóricos relacionando a profissão e a “questão social” são apontados no terceiro capítulo deste estudo. Nele é destacado o momento em que se dá uma reorientação teórica e política do projeto de formação profissional ancorado numa relação de auto-implicação teórico-prática para o exercício profissional. Esse contexto de reorientação foi posto em movimento mediante um processo coletivo de trabalho que resultou na aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996.

Convém afirmar que essa reorientação surge em um momento de inflexão do capitalismo de base fordista e a emergência de um outro padrão de acumulação e regulação. Os processos de reestruturação do capitalismo, iniciados no pós 1970, configuram-se novas atribuições ao Estado, acompanhadas da idéia de “Estado mínimo” em substituição à regulação estatal, característica de alguns países no pós segunda Guerra Mundial.

Destacando a análise de Maria Lúcia W. Vianna (1998), no Brasil não é possível afirmar a implantação de um modelo de Estado de Bem Estar Social com as propriedades dos modelos europeus. Mas, não se pode perder de vista que a Constituição de 1988 aproximou-se às propostas beveridgeana de proteção social, sobretudo por seu caráter institucional-redistributivo manifesto na elaboração de políticas sociais substancialmente universalistas e igualitárias. Contudo, esse caráter universalista e igualitário torna-se cada vez mais tênues frente à reestruturação capitalista de reforma dos Estados. Nos países periféricos como o Brasil, conforme sinaliza Vianna (1998) os efeitos têm várias faces perversas, visto que 80% da população depende dos serviços públicos.

Sob a teoria clássica marxiana do Estado, por ser a “questão social” fundada no caráter explorador do regime do capital e no seu modo peculiar de produção, a substituição de uma forma de Estado por outra apenas desvanece e desorienta a luta dos trabalhadores. E desse modo, esconde a luta social. (TONET, 1995, p. 52).

Portanto, as formas de apropriar a “questão social” possuem conseqüências ideológicas e políticas que trazem questionamentos relevantes sobre a quem cabe a possibilidade de enfrentar seus efeitos. Os diferentes focos analíticos e as diversas

apropriações fazem pensar, mais uma vez no desafio de consolidação do Projeto Ético Político Profissional construído pelos profissionais brasileiros⁴.

Quando se coloca aqui a questão da apropriação de “questão social” considera, além de uma perspectiva teórica, consciente ou não, sobretudo uma consciência político profissional do assistente social frente às manifestações no seu espaço profissional.

Como bem observa Netto (2001, p. 45), entre consciência política e compreensão teórica existe uma diferença marcante. Tal pode ser exemplificado, quando se analisa o movimento dos trabalhadores na Revolução de 1848 que possibilitou aos mesmos adquirir consciência política de que a “questão social” está ancorada à sociedade burguesa.

Já a compreensão teórica crítica, segundo o autor, equivale ao conhecimento rigoroso do processo de produção do capital delegado por Marx com a publicação em 1867 do primeiro volume de O Capital. (NETTO, 2001).

Sob esse aporte, consciência teórica e política não se constroem unicamente a partir da capacidade de abstração do conceito. Envolve capacidade em refletir, problematizar e criar alternativas de respostas para a realidade. É um processo de articulação teórico-metodológico para intervir na realidade social.

Esse processo remete ao questionamento inicialmente posto de como ocorre a apropriação de “questão social” entre os assistentes sociais frente aos debates e perspectivas de análise em curso?

Para responder às questões postas, o recorte metodológico para a realização da pesquisa empírica se deu mediante seleção de amostra intencional entre os assistentes sociais supervisores de campo da Disciplina “Estágio Supervisionado em Serviço Social”, do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)⁵ no ano letivo de 2007, no município de Toledo-PR. A partir de

⁴ Trata-se de uma projeção coletiva do Serviço Social brasileiro, vinculada a um projeto de transformação da sociedade e defesa dos interesses da classe trabalhadora. A gênese desse projeto profissional se localiza na segunda metade da década de 1970. Mas foi no decorrer dos anos 80 e 90 que se consolidou, estando em construção. Seus componentes materializam-se no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e nas novas Diretrizes Curriculares. (BRAZ, 2003, p. 405).

⁵ O Curso de Serviço Social na UNIOESTE - Campus de Toledo teve seu parecer autorizado em 7 de março de 1986 pelo Conselho Estadual de Educação - CEE, e em novembro do mesmo ano o presidente da República assina o decreto, regulamentando o seu funcionamento. Em 2001 o Curso reordenou seu currículo com base nas Diretrizes Curriculares de 1996. E em 2003 o Projeto Político Pedagógico (PPP) passou por novas reformulações, priorizando a implantação do Estágio Supervisionado com modalidade de Supervisão Direta. Nessa modalidade o professor (supervisor

informações colhidas junto à Coordenação de Estágio desta universidade, no município de Toledo até o momento da coleta de dados registrou-se um total de 19 (dezenove) campos de estágio.

Portanto, o presente estudo tem objeto a apropriação da “questão social” pelos assistentes sociais supervisores de campo no município de Toledo no ano de 2007. O objetivo geral é o de analisar como ocorre essa apropriação pelos sujeitos da pesquisa. Os caminhos dessa finalidade perpassaram pelos seguintes objetivos específicos: resgatar os fundamentos da “questão social” na perspectiva crítica; relacionar a “questão social” como eixo fundante do projeto de formação profissional, identificar as concepções atuais presentes no debate profissional sobre a “questão social”, identificar o entendimento de “questão social” pelos assistentes sociais sujeitos da pesquisa.

Não obstante, reitera-se que o tipo de método numa pesquisa depende não apenas das preferências teórico-analíticas do pesquisador, mas também das questões que ele se coloca. O mesmo se diz dos procedimentos metodológicos, elaboração e seleção dos instrumentos de coleta de dados.

Portanto, de acordo com os objetivos propostos na formulação da pesquisa, verifica-se aqui o método dialético marxista como a forma mais completa que permite chegar ao conhecimento pretendido. O mesmo tem por base a compreensão da totalidade concreta, mediante articulação que procede do abstrato ao concreto, do menos complexo ao mais complexo, permitindo a construção de uma “síntese de múltiplas determinações”. (MARX, 1978).

Em consonância com o método enunciado, tem-se que o estudo segue para uma abordagem qualitativa - que possibilita à pesquisa absorver conteúdos inerentes às ações sociais individuais e grupais, às relações sociais e às estruturas sociais. Portanto, busca apropriar de elementos da realidade social para além da questão quantitativa, e que são propriedades da dialética (MINAYO, 1994, p. 11).

A metodologia, sendo caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, “[...] inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador.” (MINAYO, 1994, p. 16).

acadêmico) vai até o campo de estágio (instituição, entidade, entre outros), permitindo uma relação direta com o estagiário e o supervisor de campo.

Tendo a função de evitar que questões abrangentes sejam simplificadas em terminologias conceituais, utilizou-se a entrevista como técnica para coleta de dados, permitindo absorver informações como idéias, crenças, maneiras de pensar, opiniões, condutas, maneiras de atuar, entre outros, (Minayo, 1994, p. 108).

Os dados empíricos que fazem parte constitutiva deste trabalho foram coletados em dois momentos, dos quais em ambos foi utilizada a entrevista individual semi-estruturada, combinando perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, permitindo ao entrevistado a possibilidade de discorrer o tema proposto.

Na primeira etapa da entrevista, iniciada no dia 27 de setembro de 2007 e concluída no dia 23 de outubro do mesmo ano foi possível estar entrevistando 17 (dezesete) supervisores de campo de um total de 19 (dezenove). Foram coletadas informações fechadas acerca do local e tempo de serviço no mesmo, universidade e ano de formação, realização de cursos de pós-graduação, e se o profissional participou ou já ouviu falar enquanto profissional ou acadêmico das reflexões que levaram a construção do novo currículo do curso de Serviço Social em 1996. A entrevista também possibilitou a coleta de dados pertinentes ao conhecimento do projeto de formação profissional e ao significado da atuação do profissional em seu local de trabalho. A idéia era estar realizando essa primeira aproximação, criando um ambiente favorável para uma segunda seleção e abordagem entre os 17 (dezesete) supervisores de campo entrevistados, através de coleta dados que permitissem no decorrer da tabulação estabelecer critérios para uma nova seleção entre os mesmos, a fim de aprofundar temas referentes à “questão social”.

Ao término dessas coletas, no entanto, foi estabelecido que a segunda etapa de coleta do material empírico dever-se-ia ocorrer mediante amostra intencional e não mediante seleção sistemática. De acordo com Marconi e Lakatos (2002), esse critério permite ao pesquisador selecionar o grupo ao qual está interessado na opinião, ação e/ou intenção.

Por isso, para a segunda etapa de coleta de dados, foi selecionado dentre os 17 (dezesete) supervisores entrevistados durante a primeira coleta de dados, um total de 5 (cinco) supervisores. Tal seleção obedeceu a critérios circunstanciais e de desempenho que se observou durante a primeira entrevista, onde alguns entrevistados expressaram um grande interesse em envolverem-se com a pesquisa, expondo e mesmo adiantando problematizações acerca do objeto de pesquisa.

Assim, definido sumariamente a seleção dos sujeitos para a segunda etapa das entrevistas foi dada continuidade a segunda coleta de dados empíricos. Essa etapa teve início no dia 11 de dezembro de 2007 e foi concluída no dia 26 de dezembro do mesmo ano, sendo, haja dito, utilizada a técnica da entrevista semi-estruturada.

De posse dos dados coletados, não se tem intenção de generalização de resultados e/ou de indicá-los como representativos do universo de 17 (dezesete) assistentes sociais, mesmo porque a pesquisa é de caráter qualitativo com utilização do método crítico dialético marxista, não despendendo preocupações sistemáticas com a representatividade da amostra. A finalidade foi de analisar como ocorre a apropriação de “questão social” neste espaço particular, observando o debate estabelecido no interior da profissão – em suas diferenças e particularidades – bem como o cenário ideológico e político do senso comum, do espaço sócio-ocupacional do assistente social, e do debate teórico revestido da racionalidade do capital. Portanto, trata-se de apontamentos acerca das correspondências verificadas entre esse universo particular e a universalidade tanto do debate quanto das determinações concretas.

Quanto à forma de exposição do material empírico coletado, esta ocorre no decorrer do texto, permitindo analisar as reflexões, idéias e entendimentos dos sujeitos, sendo, portanto, esse o método de exposição estruturado no presente documento. Entendeu-se que esta forma possibilitaria obedecer ao movimento de reconstrução do objeto, não dedicando exclusivamente ao último capítulo a análise de dados. Com isso, cabe observar que, mantendo o caráter confidencial, a descrição do perfil dos sujeitos pode ser conferida na Tabela 1 que se encontra no final desta introdução, sendo imprescindível sua menção, considerando que a realidade, em suas dimensões, determina a consciência, o modo de ler e interpretar o mundo em que se vive.

Optou-se por indicar apenas aqueles cujas falas foram agregadas nesta pesquisa, sendo 9 (nove) a quantidade de sujeitos que tiveram suas falas indicadas no presente documento (pois remete tanto a primeira etapa da entrevista quando da segunda), destacados em forma de citação, seguida pela indicação da letra E e de um numeral (Ex: E 1...), entre parênteses.

Tabela 1: Identificação dos sujeitos do estudo

AS	Local de trabalho	Tempo de serviço no local (ano)	Ano em que colou grau	IES em que se formou	Especialização	Participou dos debates das D.C.
E 1	Prefeitura - política de assistência social	1	1995	UNIOESTE	Pedagogia Social e Serviço Social na Contemporaneidade	Não
E 2	Prefeitura - política de recursos humanos	13	1992	UNIOESTE	Políticas sociais, Recursos humanos	Não
E 3	Prefeitura - Política de Assistência Social	1	2000	UNIOESTE	Administração de Recursos Humanos	Não
E 4	Consórcio Intermunicipal do Oeste do Paraná - política de saúde	7	2000	UNIOESTE	Saúde Pública	Não
E 5	Instituto de Ação Social do Paraná - política de atenção à criança e ao adolescente	1	2004	UNIOESTE	Meio Ambiente, Fundamentos do Trabalho do assistente social	Não
E 6	Empresa - recursos humanos	2	1995	UNIOESTE	Família e visões sistêmica	Sim
E 7	Prefeitura - política de atenção à criança e ao adolescente	7	2000	UNIOESTE	Pedagogia Social, Fundamentos do trabalho do assistente social	Não
E 8	Entidade Assistencial - política de assistencial social	9	1986	ULBRA-RS	Psico-pedagogia Institucional	Sim
E 9	Prefeitura - Planejamento e gestão social	11	1991	UNIOESTE	Gestão, Fundamentos do trabalho do assistente social, Instrumentalidade do Serviço Social	Não

Fonte: sistematização a partir de pesquisa de campo

Em tempo, alguns cuidados merecem ser destacados, especialmente sobre o que levou a esse recorte entre os supervisores. Destaca-se que o esforço orientou no sentido de problematizar as implicações que operam na relação entre o que as Diretrizes trazem de novo e como os assistentes sociais incorporam, considerando

sua formação profissional, as determinações concretas de sua atuação e seu posicionamento ideopolítico frente às manifestações da “questão social”.

Ao direcionar a pesquisa para os supervisores de campo, as implicações também se voltam ao espaço da qualidade da atual formação profissional, da auto-implicação entre teoria e prática e da relação entre universidade e espaços concretos de atuação que constituem campos de Estágio Supervisionado. Portanto, trata-se de um recorte metodológico posto no decorrer da reconstrução do objeto de estudo, cujas pretensões caminham em direção aos debates que envolvem o atual projeto de formação profissional, apropriando-o como uma categoria em constante transformação na sociedade.

1 A TOTALIDADE COMO CATEGORIA CENTRAL NA APROPRIAÇÃO DA REALIDADE

É ampla a gama de dispositivos que envolvem a tarefa de situar o momento em que o conceito de “questão social” é reconhecido como constituinte do eixo norteador das ações do Serviço Social.

As molas propulsoras deste reconhecimento remetem a um período histórico de avanços para o projeto profissional com a apropriação de preceitos teórico-metodológicos da teoria marxiana, fundamentados na categoria da totalidade como via de re-construção do real no plano do conhecimento, e da possibilidade de negação.

A evidência dessa relação sugere que sejam feitas considerações sobre as categorias do conhecimento sobre a realidade. Estas impescindem e envolvem a exposição do diálogo estabelecido especialmente em torno da relação teórico-prática que norteia o atual projeto de formação profissional. Onde se coloca a teoria social crítica enquanto direção social da profissão.

Há assim, um elo de peso no processo de inflexão do Serviço Social, marcado pela construção de um projeto profissional sob à luz de uma matriz de pensamento pautado na “razão crítica” e na apropriação da totalidade dos processos históricos.

A seguir, explicita-se brevemente como as formas de conhecimento e apropriação da realidade se destacaram no decorrer da história dos homens, conduzindo formas de pensar e de existência dos homens.

1.1 CATEGORIAS DA RAZÃO MODERNA

As circunstâncias sócio-históricas determinadas pelo modelo de produção capitalista permitiram alterações na forma com que os homens concebiam sua participação na história. Verificou-se a criação de um terreno fértil para o

desenvolvimento de novas interpretações da história, do homem, do mundo e da sociedade.

Conforme lembra Netto (1994, p. 31):

É somente no terreno das formações histórico-sociais embasadas no capitalismo que a produção e a reprodução da vida social podem aparecer aos homens como o resultado das suas relações com a natureza e consigo mesmos – donde, também, ser possível, apenas em tais formações, a emergência de teorias especificamente sociais.

Segundo ele, trata-se de um momento peculiar: ao reclamar os saberes necessários a um crescente controle da natureza, colocando em funcionamento os fenômenos da industrialização e da urbanização, estabelece-se um patamar histórico-social donde ser possível apreender formas complexificadas das relações entre os homens. Significa que a partir desse momento a história pôde ser interpretada como resultado das ações dos homens, consolidando idéias que indicavam o papel protagonista por eles exercido.

Na medida em que se coloca em movimento a lógica de desenvolvimento capitalista, concomitantemente os conhecimentos dos homens sobre a natureza ganham novas expressões, servindo de elemento instrumental na emergência de padrões de conhecimentos científicos em face da natureza.

Em ocasião favorável ao desvendamento de alguns dogmas estabelecidos se torna inevitável a emergência de teorias especificamente sociais, fundamentadas no caráter essencialmente antropocêntrico da história.

Nota-se, pois, que essas concepções foram referenciais no século XVI e demarcaram um novo período na história da humanidade, com o surgimento da chamada “razão moderna”. Consolidou-se a criação de modos racionais do pensamento, permitindo aos homens adquirir conhecimentos que superassem as ilusões fundamentais que os prendiam às concepções de mundo essencialmente regido por determinismos resultantes de leis transcendentais e a-históricas.

Inaugura-se, pois, uma nova maneira de os homens interpretar e se relacionar com o mundo, passando este a ser pensado a partir de uma perspectiva onde o homem ocupa lugar central (antropocentrismo). Com isso, um novo modelo explicativo do real é instituído a partir do primado da razão e de novos parâmetros de análise.

É prudente lembrar que a filosofia alemã do final do século XVII apresentava a polêmica instaurada entre empiristas e racionalistas. O debate se valia especialmente acerca da validade do método matemático quando aplicado aos ramos da metafísica (isto é, Deus, alma, mundo, homem). (QUINTANERO, 2002, p. 107). Mas, tanto um como outro, era conducente quanto à admissão de um conjunto de conhecimentos adquiridos.

Ora, o racionalismo (inaugurado por Descartes) aparece como método de análise que partindo de idéias inatas ou verdadeiras termina por limitar o conhecimento ao âmbito da razão. Neste, subjaz a concepção de existência de verdades universais estabelecidas, eximindo-se de comprovação empírica. Por sua vez, o empirismo (iniciado por Francis Bacon), partindo da sensação ou da percepção, expressa o conhecimento ao âmbito da experiência, defendendo nela residir o critério de verdade dos fatos. (GUERRA, 2005a, p. 46).

Na apreensão desse debate, têm-se as primeiras tentativas, formuladas por Kant, em atribuir à razão um estatuto que ultrapassasse os dogmatismos e reducionismos das concepções racionalistas e empiristas.

As discussões efetuadas pelo filósofo se direcionaram na tentativa de superação dessa polêmica metodológica. Com isso, pôde destacar uma inversão (no sentido do ponto da observação) na forma de compreender como se constrói o conhecimento, considerando a importância da experiência e da subjetividade do pesquisador.

No início do século XIX, buscando destacar a realidade histórica como centro do pensamento, Hegel, retoma as formulações kantianas e estabelece a “razão dialética”, sendo ela capaz de captar as contradições da realidade dos fenômenos sociais e realizar o processo de síntese. (MARCUSE, 1978, p. 259)

Nota-se, pois, que a possibilidade de conhecimento da realidade objetiva pelos sujeitos e a proposta revolucionária de compreensão do real, destacada na filosofia de Hegel, contribuiu para a formação teórica de pensadores como Marx, Engels e toda a tradição marxista.

Ao tentar desenvolver uma síntese da dialética racional e da economia (ainda que sob um idealismo), Hegel pôde chegar à fundamental teoria humanista de que o homem é o produto de sua própria atividade histórica e coletiva.

De um modo inteiramente diferente, a dialética hegeliana deu corpo às idéias básicas da sociedade moderna. Sintetizou e elevou a um nível superior todos os

momentos progressistas do pensamento burguês revolucionário ao incorporar, segundo Coutinho (1972, p. 14), *humanismo, historicismo concreto e razão dialética* - três categorias nucleares que remetem à compreensão do homem enquanto *produto da sua própria atividade, de sua história coletiva* (humanismo); *envia a afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade* (historicismo); e (*razão dialética*) que se refere a uma *racionalidade objetiva imanente ao desenvolvimento da realidade*. A interlocução dessas três categorias se constituiu nas pilastras da razão moderna, em sua fase progressista.

Contudo, é lembrado nas palavras de Netto (1994, p. 31) que o processo de constituição da razão moderna foi um processo imbricado na profunda socialização da sociedade na ordem burguesa.

Nesse período, enevoar ou encobrir o conhecimento crítico sobre a realidade, era favorável aos Estados absolutistas. Por sua vez, desvendar questões obscurecidas refletia como uma oportunidade de emersão de um sistema de produção material e de relações sociais. E, assim o fez a nova classe em ascensão.

Nesse caso, as mudanças significativas entre os séculos XVIII e XIX, que marcaram a constituição de um Estado Burguês e o rompimento definitivo com o feudalismo, tiveram como alavanca uma nova concepção de homem, mundo e sociedade. Tal permitiu a dissolução da subordinação do indivíduo aos limites previamente traçados pelo estamento feudal e justificou o projeto societário burguês.

Na conjuntura em que se dava a consolidação do pensamento revolucionário burguês, o vetor impulsionador de uma nova sociedade implicava em construir ideologicamente um mundo racional. E, justamente nesse aspecto se situa o período progressivo e evolutivo desse momento da filosofia moderna.

Pense-se, por exemplo, na demonstração de que, na época, um mundo racional, como bem observa Marcuse (1978, p. 233), implicava, “[...] em primeiro lugar, que ele pudesse ser compreendido e transformado pela ação intencional do homem.” Eis que já reside aí um traço evolutivo, se comparado às compreensões limitadas a que se restringia grande parte dos filósofos. Daí a importância, por parte da filosofia da sociedade burguesa moderna, em se opor frontalmente nesse momento a toda e qualquer filosofia que não concebesse a história resultado das ações dos homens.

Contudo, essa afirmação colocava-se sob certas restrições.

Embora reconhecesse que a história era produto da ação humana, se entendia que essa era superior ao arbítrio dos sujeitos individuais. Em outras palavras: era como se os homens pudessem fazer a história, mas no interior de alguns limites estabelecidos - não mais, como definia a concepção grega de Platão e Aristóteles ou a concepção agostiniano-tomista⁶. O que se colocava agora era uma concepção moderno-liberal de mundo, donde a tese de que o mundo expressa e é determinado pela “natureza do indivíduo”, entendendo que, embora dono de seu destino, por serem essencialmente “mesquinho” e “concorrente”, aos homens uma única possibilidade lhes seria possível: a sociedade burguesa.

Portanto, caberia a eles se adaptar a sociedade capitalista. Sendo essa, de acordo com a concepção liberal-burguesa, o momento absoluto e final na busca egoísta do homem pela riqueza, revelando-se como a mais apropriada a “natureza humana”, visto que reconhecia a propriedade privada como a forma básica de todas as relações sociais.

Esta leitura, fundamentalmente desenvolvida entre os séculos XVII por Locke e Hobbes, também é bastante flagrante no pensamento de Hegel, encontrando especialmente no campo da sua justificação da positividade capitalista⁷.

Assim, o pensamento moderno abandona as concepções anteriores (grega e agostiniano-tomista) que concebiam a história humana como resultado da interação de duas forças: os homens, de um lado, e as eternas forças da natureza ou divinas, de outro. Em contra partida, apresenta-se sob uma nova roupagem com o nascimento de princípios políticos e jurídicos na defesa de uma concepção moderna de mundo.

Percebe-se ainda, tão logo a burguesia consolida seu projeto societário, essa abandona o discurso de que seus representantes ideológicos eram os porta-vozes: a

⁶ A concepção grega estabelecia que o *mundo das idéias* determinava, de modo eterno e imutável, o que as coisas são no mundo dos homens; sendo o limite superior do desenvolvimento social expresso na sociedade mais desenvolvida que os gregos conheciam, isto é, a *pólis* ateniense. Já a concepção *agostiniano-tomista* entendia que o homem estava predestinado aos limites da história dados por Deus. (LESSA, 2000, p. 25).

⁷ No seu modo de compreender a história universal, Hegel a sintetiza como manifestação da razão. Isto é, entende o pensamento como própria realidade idealizada. Nesse caso, o Estado é “[...] não apenas como uma esfera particular entre outras, não apenas como governo, mas como a totalidade sintética das várias esferas da vida social, como a manifestação concreta do ‘espírito objetivo’ [...]” (COUTINHO, 1996, p. 132). A sucessão das etapas da história é a manifestação incompleta do absoluto, que para sua realização exigiria o fim dessa sucessão. A partir daí, a história seria apenas repetição.

realidade como um todo racional, onde o conhecimento era possibilidade crítica e de mudanças.

As raízes dessa ação na contra maré na história da evolução do pensamento, se explicam como condição objetiva para evolução do capitalismo e como meio de justificação da sociabilidade instituída pelo capitalismo. Ou seja, se explicam no campo das lutas de classe. Tanto o é que, escreve Marx (1978, p. 360):

A burguesia tinha uma noção exata do fato de que todas as armas que forjara contra o feudalismo voltavam seu gume contra ela, que todos os meios de cultura que criara rebelavam-se contra sua própria civilização, que todos os deuses que inventara a ela tinha abandonado.

Portanto, a “razão moderna” não demora em revelar-se congruente à lógica burguesa. E, como opção para manter seus ideais de sociedade, o pensamento ideológico da burguesia apressa-se, pois, a abandonar as categorias da razão, no que estas representavam como possibilidade de transformação da realidade pela ação intencional dos homens.

Tendo num primeiro momento abraçado a idéia de que o progresso científico levaria a liberdade e emancipação dos homens, o papel desempenhado pela burguesia, após sua conquista, orientou-se para estabelecer novas condições de submissão em grande parte dos homens, começando por novas formas de exploração: o trabalho assalariado⁸.

Ora, por trás de todo esse processo de transformações entre razão e revolução na história das idéias, evidencia-se, dirá Marx (1978; 1998), a prova de que a produção espiritual se transforma com a transformação da produção material, de modo que as mudanças nas condições de vida dos homens (relações sociais, existência social), alteram as suas representações, concepções e conceitos.

Em sendo o modo de produção da vida material determinante no processo geral de vida social – de modo que a vida em sociedade determina a consciência

⁸ Segundo o historiador Robert Castel (1998, p. 212-274), durante o período feudal, o trabalho era considerado uma indigna condição. A questão do livre acesso ao trabalho foi um imperativo moral de que se valeu os economistas liberais quando da descoberta do trabalho como fonte de riqueza da nação. A idéia de se explorar ao máximo essa força de trabalho apenas seria viável com a quebra das formas seculares de organização dos ofícios que impediam o advento de um condição salarial nos moldes da livre circulação.

dos homens – do mesmo modo as idéias dominantes de uma época representam as idéias da classe dominante. (MARX, 1978, p. 130).

Portanto, tais mudanças assinalam uma nova etapa no campo do pensamento burguês. Demarcando claras rupturas com os três núcleos centrais da “razão moderna”, é posto em movimento, conforme Coutinho (1972), um processo de “decadência” e “miséria” da razão que consiste precisamente em negar ou em limitar o papel da Razão no conhecimento e na práxis dos homens. Ao não envolver o caráter negativo (no sentido de negar a imutabilidade do existente) e crítico da razão, essa modalidade interdita e reduz o entendimento a razão analítica (abstrata), donde se prescindem comportamentos manipuladores do sujeito em face do mundo objetivo. Tudo isso para quê novos aspectos do conhecimento sejam priorizados, a fim de afastar territórios ideológicos e políticos não compatíveis com os processos em movimento. Quer dizer,

A ordem burguesa, propiciadora da emersão da razão moderna, a partir de um dado patamar de desenvolvimento termina por incompatibilizar-se com a sua integralidade: por sua lógica imanente, deve prosseguir estimulando o envolver da razão analítica (a inteligência), mas deve, igualmente, obstaculizar os desdobramentos da sua superação crítica (a dialética). (NETTO, 1994, p. 32)

Ora, a concepção que resulta de um cenário tonificado pelo historicismo e razão dialética certamente constitui terreno fértil aos comportamentos sóciopolíticos conjuntivos com a noção de mutabilidade das estruturas sociais. Logo, se torna altamente previsto reconhecer a ordem burguesa como mais uma formação socialmente determinada, de caráter transitório e aberta a desenvolvimentos que neguem suas estruturas substantivas, permitindo a sua deslegitimação.

O fato é que não há palavras vazias de conteúdo, tampouco ideologias inocentes. Daí que, as falsas compreensões sobre o real e seu obscurecimento servem como grilhões a desprender dos homens a vontade de saírem em busca de flores vivas enquanto confortados com flores imaginárias⁹.

Nesse decurso, Kosik (1976, p. 15) acrescenta:

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade,

⁹ MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel. Temas de Ciências Humanas, 1977.

imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da *pseudoconcreticidade*. [grifo do autor].

Portanto, é primordial perceber que o rompimento com a tradição progressista se valia pela pretensão de o projeto societário burguês perpetuar-se, começando pela justificação teórica do existente e não mais sua negação. Dada a incompatibilização que se colocou entre essa ordem social e a tríade categorial da “razão moderna” em sua fase progressiva, foi proeminente consolidar uma nova estrutura racional que recobrisse os processos sociais, mediante uma *pseudo-objetividade*. Nos limites dessa, se conecta a razão instrumental, analítica e abstrata, que tende a equalizar as relações sociais às relações manipuladoras¹⁰.

Do mesmo modo, a estruturação de formas específicas de alienação engendradas pela *reificação (coisificação)*¹¹, permite a expansão da racionalidade analítica a outras esferas, como as relações sociais.

[...] o generalizado processo de reificação das relações sociais, peculiar à ordem burguesa e que se irradia da universalização da *mercadoria* [...] não responde somente pela *pseudo-objetividade* com que reveste a processualidade social [...]; responde, ainda, pela *extensão da racionalidade analítica ao domínio das relações sociais*. (NETTO, 1994, p. 31) [grifos do autor].

Com esse adendo, mais uma vez se evidencia a batalha de idéias como campo de legitimação de uma forma de apreensão e compreensão do real.

Deve-se atentar para o fato de que a atitude primordial e imediata do homem em face da realidade é a de um indivíduo histórico exercendo sua atividade prática no trato com a natureza e com outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais. A centralidade da ação humana é o campo em que o homem exercita a sua atividade prático-sensível, sendo o conhecimento o modo de apropriação objetiva do mundo pelo homem. Na “filosofia da decadência” o conhecimento abandona o terreno científico da razão. Esta deixa de ser um instrumento desse conhecimento.

¹⁰ Cf. Kosik 1976; Coutinho, 1972; Netto, 1994a; Lukács, 1997.

¹¹ Sobre reificação (coisificação), conferir item 1.2.2 na página 47.

Segundo Coutinho (1972, p. 23), o que determina essa incapacidade do pensamento burguês em penetrar na essência da realidade ultrapassa a intencionalidade de classe, pois:

Nas condições do capitalismo evoluído, os traços regressivos da formação econômica burguesa começam progressivamente a assumir o primeiro plano. Em tais condições, a práxis humana tende a se objetivar contra os próprios homens, tende a se tornar uma objetividade alienada.

O que isso quer dizer?

Significa que a forma de sociabilidade instituída pelo capitalismo se compactua estruturalmente com a negação da dimensão criativa dos próprios homens, tornando-os escravos de um dinamismo comandado por relações sociais rodeadas por mercadorias e de processos de trabalho que negam a dimensão humana dos seres envolvidos.

Assim, é possível dizer que o embate decisivo que opera no processo de conhecimento sobre a realidade tem se polarizado em duas frentes e/ou matrizes de racionalidade que se opõem: o positivismo de Comte, que se prolonga na tradição durkheimiana, e que constitui a racionalidade formal e abstrata, e a teoria social de Marx, que absorve a racionalidade crítico-dialética. (NETTO, 1993, p. 54).

Derivam, pois dessa tendência, as correntes neopositivistas denominadas de funcionalismo, estruturalismo, estrutural-funcionalismo, e que, segundo Coutinho (1996, p. 145), poderiam ser “[...] caracterizadas como a expressão ideológica do mundo manipulado”.

Apesar de sua grande diversidade, segundo o autor, tais correntes se identificam por sua batalha contra

[...] a ontologia, contra a análise dos movimentos essenciais da realidade, em favor de um esclarecimento apenas formalista e logicista da racionalidade humana (de uma racionalidade entendida, ademais, como mera técnica para manipular dados fetichizados e fragmentados). (COUTINHO, 1996, p. 145).

Essa forma de conhecimento do real se mantém presente na ordem burguesa e fundamenta as análises apoiadas na chamada “racionalidade formal-abstrata”. Sobre esta, pode-se dizer que, embora esteja presente no positivismo de Comte e

em todas as correntes neopositivistas, atribui-se ao pensamento de Durkheim sua gênese e desenvolvimento. (GUERRA, 2005a).

Ao renunciar as dimensões do historicismo, humanismo e razão dialética no conhecimento da realidade, o racionalismo formal-abstrato, fortalece o terreno do irracionalismo e fornece uma visão fetichizada da realidade social, combinando, segundo Coutinho (1972), irracionalismo e “miséria da razão”.

Segundo esse autor, trata-se da expressão necessária do pensamento ideológico da burguesia contemporânea, pois, declara “incognoscíveis” e “falsos problemas” esferas fundamentais da realidade, lançando-as para o terreno da irracionalidade com a desapropriação da dialética, do historicismo e do humanismo. (COUTINHO, 1972, p. 3)

Assim, concorda-se com Guerra (1997, p. 53) ao mencionar que a racionalidade do positivismo se mantém e se reproduz na ordem burguesa, de modo que há uma conformidade entre o padrão de pensamento determinado nessa sociedade e a *ação e o processo social* próprio à ordem burguesa. Haja dito: ultrapassa a intencionalidade de classe.

Como diz Netto (1993, p. 54), o positivismo é a primeira grande matriz para apreender o fenômeno social da nossa sociedade. De fato, ele não morreu com Comte, mas “[...] se prolonga na grande tradição durkheimiana [...]. É a cristalização do positivismo como tendência a uma recuperação dos fenômenos sociais tomados na sua imediaticidade [...]”.

A outra vertente metodológica tem inspiração na teoria social de Marx, que se volta não apenas para o conhecimento científico, mas possui clara vocação de reflexão para a intervenção. Busca oferecer um quadro de referência para a ação revolucionária, colocando, pois, a questão da negação da realidade social existente.

Durkheim, diferente de Marx, foi um claro pensador da ordem, com o papel central de compreender os mecanismos e os dispositivos que passam a assegurar a coesão, a manutenção e o equilíbrio social, se valendo, também, de um quadro de referência para a ação, isto é, para a intervenção prática.

No entanto, observa Netto (2005)¹², ainda que Durkheim, assim como Weber, expresse claríssimas preocupações com a intervenção social – sendo como Marx teórico da modernidade e pesquisador de um único objeto: a ordem social burguesa

¹² Conteúdo de aula: A teoria social de Marx e a categoria da totalidade, ministrada pelo professor José Paulo Netto, na PUC/SP, no dia 20/05/2005. Transcrição de Cristiane Karla Konno, 2005.

– a sua intervenção é no sentido de assegurar as estruturas que garantem a reprodução da ordem burguesa.

Já a teoria social de Marx traz como diferencial a forma com que apropria a realidade. Essa conduz a uma perspectiva inteiramente oposta a matriz positivista na compreensão das relações sociais nas quais estão envolvidos os homens.

Sabe-se, pois, que uma enevoada apreensão da própria historicidade pode produzir falsas compreensões sobre os antagonismos sociais e encerrar na sociedade capitalista a forma mais apropriada de produção e organização da vida em sociedade.

Frente a isso, o desenvolvimento do capitalismo, a constituição e a consolidação da ordem burguesa consistem na estruturação de uma nova sociabilidade a qual estrutura-se uma forma específica e peculiar de relações sociais que se realiza pela sujeição da práxis humana ao processo de mercantilização de mercadorias. Esse traço traz inegáveis conseqüências na consciência dos homens sobre suas atividades. Suas relações sociais aparecem sob a forma de relações entre coisas, sob a aparência de realidades “naturais”, a se esconder na essência oculta e dissimulada de uma aparência inteiramente reificada¹³.

Sob essa sociabilidade se enraíza o gérmen da chamada “questão social”, a qual se identifica como traço essencialmente legítimo nesses processos de sujeição da vida social às aparências reificadas. Do mesmo modo, a “questão social” converte-se também em algo oculto pela aparência de uma realidade.

Desse modo, o legado da teoria marxiana permite analisar “questão social” enquanto expressão de todo esse processo de contradição, antagonismo e negação do ser social pela relação entre capital e trabalho.

Para tanto, apreender a dimensão da “questão social” no Serviço Social implica considerar os elementos da teoria marxiana na compreensão da realidade social com os quais foi possível a profissão desvendar os nexos causais de sua relação com a sociedade erigida pelo processo de produção de mercadorias.

¹³ Conforme sustenta Netto (1981, p. 61) a partir de Marx, a reificação é a expressão típica da alienação engendrada pelo capitalismo.

1.2 O LEGADO MARXIANO PARA A RE-CONSTRUÇÃO DO REAL

Os elementos teóricos da obra marxiana impescindem e envolvem a nova lógica curricular do curso de Serviço Social, especialmente em torno da relação teórico-prática que envolve a formação e a intervenção profissional no campo das manifestações da “questão social”. Nesta linha reside, portanto, a importância de uma breve exposição sobre sua perspectiva teórica e política.

A perspectiva teórica e política de Marx fundamentaram a construção de um projeto profissional em oposição à ordem burguesa. Um traço evidente de seu posicionamento é a materialidade dos fatos para o conhecimento e intervenção na realidade objetiva como caminho único por excelência capaz de garantir uma intervenção na realidade de forma consciente.

Porém, a cisão operada entre a práxis criadora e a vida social dos homens, e mesmo a equiparação daquela a qualquer prática, realiza o empobrecimento da ação humana. Essa, quando desligada de sua relação com a totalidade e com a visão de sua própria finalidade, tem bloqueado o contato criador do homem com a realidade. Nesses casos, a apropriação humana do real (o conhecimento sobre este) vem sendo confundida como manipulação de dados do cotidiano, refletindo uma suposta autonomização da importância da atividade prática em detrimento da atividade reflexiva sobre essa. Há assim, um discurso contemporâneo que vem conduzindo à locução do primado da prática na relação com a teoria, qualificando a noção de que aquela se basta a si mesmo e se faz sem teoria.

É preciso, pois, evitar o equívoco que entende práxis como atividade prática contraposta à teoria. Práxis é determinação da existência humana como elaboração da realidade. E, mais que isso, é uma categoria fundante da história. (NETTO, 1994).

O pensamento dialético se contrapõe às perspectivas que discordam dessa unidade. Entende que o conhecimento, quando não reduzido à manipulação técnica do homem, é determinante nas transformações sócio-humanas. Por isso, estabelece-se a unidade entre teoria e prática.

Compreende, ainda, ser a teoria uma forma de organização do conhecimento científico que permite *eleva a conceito o movimento concreto*¹⁴, fornecendo

¹⁴ Esta definição de Lukács é citada por Guerra (2004, p. 14) e Guerra (2005a, p. 182)

sinteticamente o que já se sabe sobre um determinado objeto de estudo. Serve ainda como orientação para restringir a amplitude dos fatos a serem estudados ou, quando necessitar, indicar fatos e relações que ainda não estejam satisfatoriamente aplicados. (ABRAMO, 1979, p. 26).

Conforme definição de Kameyama (1989, p. 100), por teoria compreende-se:

[...] um quadro integral de leis, de conexões e de relações substanciais num determinado domínio da realidade. É um sistema de representações, idéias, referentes à essência do objeto, a suas conexões internas, às leis do seu funcionamento e aos processos e operações no domínio teórico e prático da realidade.

Dentro dessa lógica, ela é justamente a reprodução ideal do movimento real do objeto. É a apropriação daquilo que de fato ocorre no real, sua (re) construção pela via do pensamento, do único modo que lhe é possível, isto é, como *concreto pensado*, no sentido de, mais uma vez, *eleva a conceito o movimento concreto* do real. Isso demonstra que, nessa ótica, o que há não é de fato a construção de um objeto, mas a reconstrução do processo do objeto que, sendo historicamente construído, possui imbricado um movimento com o todo. É uma reprodução ideal de um processo real, cuja totalidade concreta compreende as íntimas leis da realidade “[...] como um todo estruturado, dialético, no qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido.” (KOSIK, 1976, p. 41, 44).

Observa-se, pois, que a teoria marxiana destaca o papel central da categoria totalidade, conforme formulação de Lukács, em *História e consciência de classe*, de 1923. Para esse, o diferencial decisivo entre o marxismo da ciência burguesa não é a tese de um predomínio dos motivos econômicos na explicação da história, mas sim o ponto de vista da totalidade. Portanto, destaca ser o reino da categoria da totalidade “[...] portador do princípio revolucionário da ciência.” (LUKÁCS, 1989, p. 41).

Por isso, a categoria da totalidade é central no método dialético de Marx, estando imbricada à sua teoria social. É um movimento articulado na esfera da particularidade, com a dimensão singular e universal que compreende:

[...] a realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a causalidade dos fenômenos, as conexões internas, coloca-se em

antítese a posição do empirismo, que considera as manifestações fenomênicas causais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade. (KOSIK, 1976, p. 33).

Portanto, a teoria social marxiana traz a forma metodológica mais fecunda no plano do pensamento dialético: aquela que se expressa na compreensão materialista-dialética da totalidade concreta, e que reside na elucidação da tríade singular-universal e particular.

A capacidade de distinção, e mesmo reciprocidade, dessas esferas por parte do pesquisador constitui, lembra Lukács, (1968, p. 5) um antiquíssimo problema do pensamento humano.

Verifica-se, pois, que uma dada legalidade social, de caráter universal, se expressa de modo particular. Apreender as conexões desse modo particular, diluindo o caráter meramente superficial (singular), equivale a um processo que, mediado pelo método dialético, se expressa no movimento que vai do abstrato ao concreto, do menos complexo ao mais complexo. E, tais fatores, refletem significativamente o movimento teórico-prático no processo de conhecimento.

Conjuntamente ao processo de aproximação à realidade - de modo, inicialmente, singular - a dialética materialista compreende que, por meio de um exame do que se mostra aparente e imediato, é possível entrar na aparência de um objeto e se apropriar de sua particularidade; quer dizer, por meio de uma análise, é possível absorver o que há de particular no objeto e, assim, desvelar sua essência. (KOSIK, 1976, p. 41).

Para esse mesmo autor, o conhecimento dialético se processa num movimento em espiral, do qual cada início é abstrato e relativo. É um processo de concretização. Procede do todo para as partes e das partes para o todo; dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos; da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade. Justamente desse processo de correlações em espiral, onde todos os conceitos entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente, se chega à totalidade.

Nessa ótica, uma contínua imbricação envolve universalidade, singularidade e particularidade, e revela, conforme formulação lukacsiana (1968, p. 103), o percurso no qual o conhecimento humano deve percorrer para desvelar as conexões internas do objeto. Conforme escreve, o conhecimento orienta-se no sentido de percorrer:

[...] da realidade concreta dos fenômenos singulares às mais altas abstrações, e destas novamente à realidade concreta, a qual – com a ajuda das abstrações pode agora ser compreendida de um modo cada vez mais aproximativamente exato.

Nesses aspectos, tem-se que a categoria totalidade é antes de tudo a resposta à pergunta: o que é a realidade? Essa é a própria concreticidade, formada pela totalidade de todos os fatos, cuja dinamicidade permite dizer: a verdade não está no ser cognoscente, mas sim naquilo a conhecer. (KOSIK, 1976, p. 38).

Frente a isso, "questão social" enquanto conflito de classe é um dado real, ontológico e posto pela dinâmica capitalista. Se a teoria é uma forma de organização do conhecimento que *permite elevar a conceito o movimento concreto*, nessa perspectiva a "questão social" só é expressão do real se tomada na amplitude das contradições do modo capitalista de produção. Do todo às partes e das partes ao todo; das leis gerais de acumulação às formas particularidades de manifestação e vice-versa. E não a partir dos fenômenos e manifestações apenas, pois esses se encerram no campo da reprodução das relações sociais.

Portanto, o conhecimento se processa num movimento em espiral, chegando a um resultado que não era conhecido em seu ponto de partida quando o todo se mostrava de forma desordenada pelo pensamento.

Desvendar e diluir a imediaticidade que se apresenta sob a forma aparente, equivale ao processo de destruição das falsas representações que revestem os objetos. Porém, cabe lembrar, o aparente não é descartado do processo de conhecimento. A partir do que é aparente e imediato se pode verificar o que está na essência do objeto, Assim, o aparente é parte do todo.

Nesse processo o pensamento percorre o caminho que permite conceituar o movimento. Quer dizer, o pensamento pode chega aos conceitos, mediante processo de retorno ao ponto de partida, chegando, pois, a algo diverso do que se tinha em seu início. Então, o conhecimento da realidade consiste na superação da abstratividade pela qual se parte o pensamento; na diluição da imediaticidade do pensamento.

Portanto, o movimento real do objeto, diz Netto (1994, p. 80), não se mostra imediatamente; no que é aparente, isto é, singular, – ainda que essa faça parte da essência, sendo a abstratividade pelo qual se parte.

Se assim fosse, isto é, se a aparência dos fenômenos fosse idêntica a sua dinâmica interna, sua estrutura íntima, adverte Marx (apud LUKÁCS, 1968, p. 219), “Toda ciência seria supérflua se a essência das coisas e a sua forma fenomênica coincidissem diretamente”.

Nesse primeiro passo, o conhecimento imediato e prévio é uma representação caótica e obscura do todo. (MARX, 1978, p. 116). Conhecer e compreendê-lo, tornando-o claro, exige um processo de destruição da *pseudo-concreticidade*; percorrendo todo o caminho e retornando ao ponto de partida: o concreto que se tornara concreto pensado.

Com esse processo, não se faz outra coisa que permitir a recriação espiritual da realidade concreta e a visão da realidade, da sua concreticidade, mediante pensamento dialético. Esse “[...] dissolve o mundo fetichizado da aparência para atingir a realidade e a ‘coisa em si’” (KOSIK, 1976, p. 23).

Por isso, em Marx, o concreto só é concreto quando *concreto pensado*, enquanto resultado de um trabalho prévio de análise que exige as representações parciais e dissimuladas do real:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 1978, p. 116)

O processo de elevação do abstrato ao concreto, do menos complexo ao mais complexo, ou seja, a essência das coisas ou substância a que o pesquisador busca chegar com esse processo, possui uma dupla dimensão. De uma parte, possui uma *dimensão gnosiológica*, que exprimi o aprofundamento do conhecimento humano frente ao objeto. De outra, exprime o conhecimento do objeto no seu desenvolvimento, portanto, possui também uma *dimensão histórico ontológica*. Isto é:

Por um lado, temos uma dimensão *gnosiológica*, referente ao nível maior ou menor de abstração *conceitual* no qual se situa o pesquisador para analisar o seu objeto, por outro, temos uma dimensão histórico-ontológica, que se refere ao grau maior ou menor de complexificação (de concretização) da própria *realidade objetiva* com a qual o pesquisador se depara. (COUTINHO, 1996, p. 14-15) (grifos do autor).

Essa reconstrução se vale da categoria mediação, sendo a categoria do método dialético que permite alcançar o nível da complexificação da totalidade, percorrendo o caminho da dinâmica parte-todo. De acordo com Netto (1994, p. 83), essa categoria dialética vale especialmente para assegurar

[...] a alternativa da “síntese das muitas determinações”, ou seja, a elevação do abstrato ao concreto – mais exatamente, assegurando a apreensão da processualidade que os fatos empíricos (abstratos) não sinalizam diretamente.

Sem a realização desse movimento, mais uma vez, o sujeito cognoscente limita-se a imediaticidade, sendo essa uma função da consciência teórica a partir da qual, quando isenta de processos de mediação, absorve o objeto de forma imediata.

Segundo Pontes (1997, p. 67), a partir de Lukács, a imediaticidade é uma categoria intelectualiva, haja dito:

[...] só tem existência no plano da razão (lógico) porque no plano do real não existe nada que seja imediato, porque não pode existir nem na natureza nem na sociedade nenhum objeto que nesse sentido [...] não seja mediato, não seja resultado de mediações.

Portanto, é uma função da consciência teórica e não um dado ontológico. Por isso, a materialidade dos fatos, para o método dialético de Marx, não se reduz à consciência¹⁵.

Por isso, para abordar um fenômeno determinado, apropriando-se da sua verdade constitutiva (sua essência), conforme Netto (1993, p. 52), o método que parece mais adequado por buscar apreender a totalidade do fenômeno é a do método crítico-dialético.

Para o mesmo autor, sobre método, pode-se dizê-lo designa como o caminho a quê o pesquisador percorre e que permite alcançar os objetivos do estudo.

¹⁵ Essa reflexão é primordial para entender que as idéias, representações e conceitos, são expressões ideais, necessárias, históricas e transitórias das relações sociais, mas não suficientes para operar transformações materiais. Por isso, a capacidade de abstração da “questão social” de forma crítica não conduz automaticamente à projeção de sua resolução. Mas, sua re-construção crítica no nível do pensamento é uma via necessária, pois, do mesmo modo em que se erra na análise do movimento do real, certamente se erra na intervenção sobre esse real.

Contudo esse caminho não é um componente aleatório, que consiste numa escolha arbitrária do próprio pesquisador.

Trata-se de uma relação indispensável entre o sujeito que investiga e o objeto investigado; através do próprio processo de envolvimento com o objeto. Isto é, depende não apenas das preferências pessoais do pesquisador, como também das questões a quê ele se propõe investigar.

Nessa perspectiva, tem-se que o método, relaciona-se estritamente à teoria, às leis gerais do funcionamento e desenvolvimento daquilo que se pretende estudar. Veja-se como isso se define nas palavras de Kameyama (1989, p. 102):

[...] A teoria social já tem embutida em si o método do conhecimento. Nesse caso, a teoria tem uma função explicativa e reguladora, indicando como o pesquisador deve abordar o objeto que pretende conhecer ou transformar e que operações cognoscitivas ou práticas deve realizar para alcançar o objeto pretendido.” (KAMEYAMA, 1989, p. 102).

Com base no materialismo histórico, o conhecimento é sempre uma resposta a problemas colocados pela realidade. Na vida social essas respostas envolvem sempre uma concepção de mundo. É a partir de um conjunto de conceitos – verdadeiros ou falsos – que os homens formam uma imagem global da realidade e, conseqüentemente, designam modos de agir e reagir sobre essa realidade.

Em Marx, a história humana é o resultado da síntese entre teleologia e realidade objetiva, como atividade de transformação da natureza, de modo que a não identidade absoluta entre finalidade (teleologia) e causalidade (leis gerais da natureza) permitem a constante criação da história. Mas, diante da complexidade das relações estabelecidas, a história individual não é a história objetivada: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de suas escolhas e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.” (MARX, 1978, p. 329).

Nesse fator, a teoria dialética afirma que o conhecimento é um processo contínuo de busca de realizações. É uma busca que permite ao homem se relacionar e ser histórico.

Daí importante entender que, na teoria marxiana, o conhecimento não tem a pretensão de construir verdades absolutas e inquestionáveis no decorrer do desenvolvimento histórico. Afirma, em compensação, que não há problemas

definitivamente resolvidos, pois, seu estudo nunca está acabado, nem em seu conjunto nem em seus elementos. Desse modo, o estudo deve trazer o imperativo de se tratar de uma contribuição a uma investigação, não sendo, nem pretendo ser individual ou definitivo.

Conforme se tem observado, uma vez não apropriado o concreto na forma de concreto pensado, enquanto *síntese de múltiplas determinações*, o conhecimento adquirido em torno de um objeto particular não ultrapassa sua dimensão *singular, imediata e aparente*. Logo, se reproduzirá o real tal como ele se apresenta em sua aparência, seu fenômeno, e não em seu movimento concreto.

Quando o pensamento realiza o movimento de entender a gênese, as relações sociais e contradições que engendram o aparente e o imediato, conforme observado, se está construindo mediações que, por sua vez, se efetivam no movimento teórico-prático, possibilitando práticas conscientes. (KAMEYAMA, 1989, p. 102).

Evidentemente, é preciso não desprezar que teoria e prática são momentos diferenciados de um mesmo processo. Aparecem dicotomizadas quando se ignora que são sempre as necessidades práticas da vida social que dão origem à construção da ciência. (GUERRA, 2005a, p. 182).

Portanto, é de grande saber a sinalização marxiana que põe em evidencia o caráter eminentemente prático da vida dos homens. Ora, “[...] atribuir ao pensamento uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas sim uma questão prática” (MARX e ENGELS 1989, p. 94). Através da história dos homens, a prática coloca-se como ponto de partida e base principal, a partir da qual o pensamento deve retornar.

Isso vale especialmente para combater, concordando com Netto (1993, p. 69), as compreensões baseadas num empirismo, e que traz a idéia de que prática gera teoria. Acerca dessa determinação, o autor se opõe dizendo ser um equívoco considerar a autonomização e/ou hierarquização de uma sobre a outra. Portanto, entende que

Prática não gera teoria, ela pode verificar validade de teorias. A orientação da prática depende de uma teoria que, embora não esteja acabada, que está em movimento, que se altera pelas verificações prática, é uma teoria prévia à prática.

A partir desse referencial, na relação entre atividade teórica e atividade prática, é preciso reconhecer que ao percorrer o caminho da universalidade teórica à particularidade concreta, “[...] há um conjunto de mediações que o pensamento não controla inteiramente.” (NETTO, 1993, p. 70). Trata-se de um processo de aproximação, cujos resultados são verdades parciais, visto que expressam o aprofundamento do conhecimento humano sobre os objetos. E, mais que isso, demarca a necessidade de sempre voltar ao ponto de partida a fim de realizar a síntese, criando um quadro de leis pelo qual se partirá outros estudos.

Por ora, contenta-se até aqui em anunciar de forma resumida que a atividade teórica constitui num nível do conhecimento em estreita relação com a atividade prática. Esta consiste na ação racional de sujeitos reais. O conhecimento que dela se engendra pode ser entendido como:

[...] o confronto entre experiências socialmente comunicadas e o conhecimento historicamente elaborado. O que resulta desse confronto incorpora o conteúdo do pensamento, que direciona as ações dos sujeitos. Nesse processo de auto-implicação entre conhecimento e prática, as elaborações teóricas constituem-se em uma das formas de objetivação humana que tem como conduta de passagem as particularidades. (GUERRA, 2005a, p. 178-179).

Sobre esse ponto, as elaborações teóricas constituem-se em uma das formas de objetivação humana que remetem ao processo de auto-implicação entre conhecimento e prática.

Isso significa que as atividades práticas realizadas na vida cotidiana exigem a importância das elaborações teóricas na sua execução. A não consideração desse processo de auto-implicação conduz a uma concepção vulgar de prática social tão caro aos assistentes sociais, que tem levado esses profissionais a se posicionarem sob um forte *messianismo* ou *fatalismo*. (IAMAMOTO, 2004a, p. 115). Pois, uma concepção vulgar da prática social, reduz a ação ao mero tecnicismo.

De acordo com essa autora, prisioneiros de uma análise da prática social que refuta a historicidade do ser social, tanto o fatalismo como o messianismo restringe a intervenção do Serviço Social ao nível da imediatividade.

As exigências e requisições que chegam ao Serviço Social apresentam-se num primeiro momento como necessidades imediatas.

Porém, são demandas deslocadas das questões econômicas e políticas que a envolvem. E, nesse espaço, apresentam-se como questões confundidas com problemas sociais individuais e/ou transitórios e conjunturais.

É preciso, pois, desvendar o espaço da particularidade, sendo esse o espaço da intervenção, apropriando-se das determinações do todo com as partes. (PONTES, 1997, 2000). Portanto, faz-se necessário construir mediações com a totalidade e, nesse caso, com a análise marxiana, para a qual o modo capitalista de produção produz compulsoriamente uma contradição social por meio da apropriação da riqueza do trabalho humano.

Nesse passo, importa destacar o fundamento ontológico do trabalho, enquanto condição necessária à existência de qualquer sociedade. Mas, a lei de acumulação capitalista se realiza por meio da dissolução dessa dimensão à homogeneização de todas as formas de trabalho em uma forma geral, abstrata, despida de suas determinações concretas, sendo o trabalho quantificado por seu tempo socialmente necessário na produção de valores de uso.

Neste sentido, é na exploração do trabalho pela expropriação da mais-mais-valia que se situa o processo de acumulação do capital e as implicações da “questão social”.

A crítica sedimentada neste documento põe em questão que o problema remete ao projeto societário burguês que nesse momento inviabiliza possibilidades emancipatórias da classe trabalhadora com base na perspectiva do trabalho como matriz fundante.

1.2.1 O trabalho como matriz fundante do ser social

Em momentos anteriores deste estudo buscou-se indicar a compreensão marxiana para a qual o homem é único demiurgo de sua história; e nessa não há um fim pré-estabelecido por forças divinas ou da “natureza humana”.

Pois bem, agora se traz a compreensão marxiana acerca de como e a partir de quê os homens fazem, ainda que não conscientes, sua história e constroem relações sociais.

De fato, um traço evidente na teoria marxiana é justamente a importância em romper com as concepções ontológicas anteriores e fundar uma nova concepção ontológica do mundo dos homens¹⁶, que identifica na atividade do trabalho a gênese para a sociabilidade humana.

A relevância em se aproximar dessa discussão se mostra pertinente, especialmente quando se considera que adquirir consciência crítica do mundo é criticamente coerente com adquirir consciência da historicidade humana, demonstrando ao homem sua verdade face. Isso deve ocorrer de forma radical, sendo que para Marx, *ser radical é atacar o problema em suas raízes*. (Marx, 1991, p. 117). Para ele, a raiz é o próprio homem.

A teoria marxiana traz em seu conjunto o entendimento de que toda existência objetiva se forma no processo de desenvolvimento histórico. Assim sendo, o homem apenas se tornara homem ao ter realizado um salto que o possibilitou se distanciar das formas simples de ser. Em condições favoráveis, pôde se desenvolver enquanto um ser distinto da natureza e mais complexo entre os seres. (LUKÁCS, 1997).

Com esse entendimento, os homens constroem a história e, dessa construção, sua essência. Isso foi e é possível mediante constante intervenção na natureza para a satisfação de necessidades materiais. É o momento em que o homem forma conhecimento sobre a natureza e sobre si mesmo, cria e recria necessidades, produz e reproduz idéias. Daí que “[...] Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” (MARX, 1978, p.130).

Essa construção e desenvolvimento do ser social ocorrem pelo trabalho. Este, na concepção marxiana, é a primeira condição fundamental de toda a vida e gênese para a criação do próprio homem. Trata-se de um momento efetivo e elementar da vida cotidiana, onde participam o homem e a natureza. É o processo em que o ser humano, escreve Marx (1980, p. 202):

[...] com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercambio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços, pernas e mãos a fim de apropriar-se dos recursos

¹⁶ A ontologia é uma dimensão teórico-metodológica; um ramo da filosofia que estuda a existência do ser, isto é o homem. Deriva da palavra grega “*Onto*” que significa “*ser*”. Para a dialética materialista esse estudo deve ser buscado na materialidade.

da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. Atuando assim sobre [sic] a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (Marx, 1980, p. 202)

Na forma como se dá a produção da vida material para a satisfação das necessidades humanas, Marx identifica como elementos materiais irreduzíveis em todo o processo de trabalho – independentemente do momento histórico em que se realiza – o trabalho, o objeto de trabalho e os instrumentos de trabalho.

O trabalho, segundo ele, é a própria utilização da força de trabalho, e constitui-se enquanto elemento central, já que apenas ele é capaz de *impulsionar, regular e transformar* um objeto de trabalho, criando valor.

O objeto de trabalho é o elemento sobre o qual se aplica o trabalho, podendo ser 1. *matéria bruta*, ou seja “[...] todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata [...]” (MARX, 1980, p. 203), ou 2. *matéria-prima*, isto é, o material que já sofreu modificações efetuado pelo trabalho.

Os instrumentos de trabalho são os meios pelos quais os homens exercem sua ação sobre o objeto. Ao conjunto formado pelo objeto de trabalho (matéria-prima ou bruta) e pelos instrumentos de trabalho (também chamado meios de trabalho) chamam-se *meios de produção*. Esses, somados à força de trabalho, constituem as *forças produtivas* existentes num determinado modo de produção.

São, portanto, as *forças produtivas*, segundo Marx, que refletem em si o grau de desenvolvimento científico e tecnológico dos diferentes períodos históricos da humanidade. A partir dela se contraem relações determinadas, necessárias que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento produtivo.

Sendo assim, o trabalho é um momento efetivo de colocação de finalidades e experiência elementar da vida cotidiana, realizado quando, a partir da necessidade de satisfação de carências, o homem coloca em movimento finalidades (*teleologias*), pré-idealizando seu produto final. (LUKÁCS, 1997).

A partir do espaço conferido entre trabalho e teleologia, Lukács (1997, p.18) sinaliza na obra marxiana o princípio da contradição existente entre ambas dizendo que, dada à impossibilidade de se dominar o amplo conjunto de conexões das leis do objeto, o objeto final não coincidirá totalmente com a teleologia. Dessa maneira, toda e qualquer *teleologia* tendem a não se manterem estáticas, fazendo com que ocorram mudanças do próprio ser em termos de aperfeiçoamento das suas

capacidade ideais para dominar o maior número de acertos, se aproximando o mais possível à pré-idealização.

Todo esse processo mútuo, concomitante e contínuo de atos que transformam a realidade e de atos que indiretamente estão envolvidos nessa atividade de transformação constitui-se a práxis humana – atividade prática consciente enquanto imbricação entre teoria e prática.

Portanto, a partir da práxis - *categoria da teoria dialética da sociedade* - (KOSIK, 1976, p. 219), a história humana se desvenda oposto da realidade como produto transcendental, permitindo revelar o homem como ser auto-criativo capaz de operar modificações em seu cenário social, político e econômico.

Assim, o trabalho é a primeira forma de práxis. Constitui-se, em seu sentido ontológico, a forma básica sobre a qual se tornara possível o desenvolvimento de outras práxis, visto ser essa o conjunto das atividades humanas conscientes, através das quais os homens realizam-se enquanto seres humano-genéricos.

Frente às sinalizações marxianas ora demarcadas, não causa nenhum receio acompanhar no raciocínio de que é apenas no século XIX, a partir das obras de juventude de Marx, demonstrada a tese do reconhecimento pleno da história dos homens enquanto resultado exclusivo dos atos dos indivíduos organizados em sociedade.

A sociabilidade humana se constitui e é constituída no movimento da atividade prático-social posta em movimento pelo trabalho, sendo o momento de transformação da natureza e do próprio homem, entendendo que nada existe na história humana que não seja resultado deste processo.

Essa reflexão não é apenas uma questão de escolha. Trata-se, antes de tudo, de uma forma de pontuar o caráter processual da história e das relações dos homens, sendo esse, portanto, um momento necessário na tarefa de exposição da forma peculiar pela qual na produção capitalista o trabalho humano assume.

Com as observações que se seguem, acredita-se oferecer argumentos para uma interpretação crítica dos antagonismos sociais da sociedade capitalista, sendo essa a totalidade nas quais situações particulares de exploração do trabalho se realizam, e os antagonismos existentes entre capital e trabalho se dimensionam.

1.2.2 Exploração, alienação e reificação do trabalho pelo capital: bases da “questão social”

Do intercâmbio entre a sociedade e a natureza resulta a produção de bens materiais na qualidade de objetos de *valores de uso* de utilidade social, respondendo uma dada necessidade dos homens, ora posta ou criada.

Os produtos de *valores de uso* resultante de trabalho humano que são produzidos para a troca, isto é, para a venda, Marx chamou de Mercadoria (1980, p. 41). Designa como um objeto externo ao homem, uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca (valor). Sua acumulação/coleção rege a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista. Em sendo objeto de valor de uso, a mercadoria possui em sua forma elementar o trabalho humano, enquanto conteúdo material de riqueza, única categoria capaz de impulsionar, regular e transformar a natureza na fabricação de objetos úteis.

Enquanto valor de troca, o trabalho humano agregado na mercadoria é tão somente trabalho humano abstrato. Não se distingue por sua qualidade, seus elementos materiais. Os “[...] produtos passam a representar apenas a força de trabalho humana gasta em sua produção, o trabalho humano que neles se armazenou.” (MARX, 1980, p. 45). Sob essas determinações, isto é, na relação de troca, é manifesto o valor de uma mercadoria, sendo calculado pelo tempo de trabalho socialmente necessário.

A transformação de mercadorias em riqueza para o capital tem como pano de fundo a existência de uma classe que possui apenas sua força de trabalho¹⁷. Isso foi possível e paralelo ao próprio desenvolvimento do capitalismo, que corresponde à constituição de uma massa de trabalhadores dissociados de seus meios de produção, donde se criou uma explícita degradação de suas condições de vida.

O modo de Produção Capitalista pressupõe uma concentração de capitais e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadoria, caracterizando a polarização entre burgueses e proletários¹⁸. A expressão do grau de exploração da

¹⁷ Os efeitos que se produziram dessa situação foi a criação de uma massa de pauperizados em que a dinâmica do desemprego não fora capaz de absorver. Conforme Castel (1998, p. 220) a questão do livre acesso ao trabalho que se impôs no século XVIII trouxe a cena a figura do mendigo válido, que mais tarde reaparece como os supranumerários e inempregáveis de hoje. Em Marx chama-se exercito industrial de reserva.

¹⁸ Por burguesia “[...] compreende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado. Por proletários compreende-se a classe dos

força de trabalho pelo capital equivale ao aumento da parte não paga do dispêndio do trabalho em relação à parte paga, aumentando o produto excedente em relação ao produto necessário. Conforme Marx,

O valor de uma mercadoria se determina pela *quantidade total de trabalho* que encerra. Mas uma parte desta quantidade de trabalho representa um valor pelo qual se pagou um equivalente em forma de salários; outra parte se materializa num valor pelo qual *nenhum* equivalente foi pago. Uma parte do trabalho incluída na mercadoria é trabalho *remunerado*; a outra parte, trabalho *não remunerado*. Logo, quando o capitalista vende sua mercadoria *pelo seu valor*, isto é, como cristalização da *quantidade total de trabalho* nela invertido, o capitalista deve forçosamente vendê-la com lucro. Vende não só o que lhe custou um equivalente, como também o que não lhe custou nada [...] (MARX, 1978, p. 85). (grifos do autor).

Aquela parte do valor total da mercadoria em que se incorpora o trabalho não remunerado denomina-se mais valia. Sua expropriação acontece de duas ordens: pela mais valia absoluta, compreendendo a ampliação da jornada de trabalho e mesmo a intensificação dos ritmos de trabalho; e pela mais valia relativa, isto é, a ampliação do trabalho excedente pela redução do tempo de trabalho socialmente necessário, mediante a introdução de inovações tecnológicas.

Observa Netto e Braz (2006, p. 110) que estas duas formas de incrementar a produção de mais valia não se excluem. Em ambas, o que está em questão é o aumento da exploração da força de trabalho, por meio de uma pauperização que pode ser absoluta ou relativa.

A pauperização absoluta registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletários experimentam uma degradação geral: queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, aumento do desemprego. A pauperização relativa é distinta: pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas. (NETTO e BRAZ, 2006, p. 135).

Portanto, a acumulação capitalista cria uma situação de vulnerabilidade encarnada nos sujeitos que só têm sua força de trabalho para sobreviver, tendo que

trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se vêem obrigados a vender a sua força de trabalho para poder existir." (MARX, 1998, p. 4).

vendê-la como uma mercadoria. Nessa relação entre capital e trabalho, o trabalhador é dono apenas de sua força de trabalho, enquanto é privado dos meios de produção e dos objetos de trabalho. Ou seja, o trabalhador encontra-se alienado em relação ao produto de seu trabalho e em relação a sua própria atividade.

A alienação se realiza quando se dão determinadas condições sociais de o ser social realizar sua atividade prática do trabalho que, “Nas condições desta sociedade [...] não é a objetivação pela qual o ser genérico se realiza: é uma objetivação que o perde, que o aniquila.” (NETTO, 1981, p. 56). Numa palavra, “O trabalho alienado tem como corolário, para o trabalhador, uma alienação dúplice: a do produto do trabalho (alienação do objeto) e a da própria atividade do trabalho (alienação de si) [...]”. (NETTO, 1981, p. 57).

Assim, apesar de o trabalho em sua dimensão concreta ser ontologicamente fundante do ser social e inextinguível da história dos homens, ele é negado constantemente em sua dimensão histórico-construtivo num grau tal que o inviabiliza da possibilidade que permite aos homens objetivar a construção de novas alternativas e de suas escolhas de modo consciente.

Mencionar esse aspecto é fundamental para explicar a contradição social, visto que essa é a expressão maior onde se apóiam as desigualdades sociais, políticas e culturais da sociedade.

Esse aspecto negativo do trabalho (abstrato) é evidenciado por Marx nos *Manuscritos* de 1844, no qual toma como ponto de partida fenômenos da sociedade capitalista denunciando:

[...] quanto mais o trabalhador se desgasta no trabalho tanto mais poderoso se torna o mundo de objetos por ele criado em face dele mesmo, tanto mais pobre se torna a sua vida interior, e tanto menor ele se pertence a si próprio [...] Quanto maior for o produto de seu trabalho, por conseguinte, tanto mais ele minguará. (MARX, 1975, p. 91).

Longe de ser objeto de prazer e realização, essa dimensão do trabalho tem seus processos configurados por alterações que têm atingido a essência da relação Homem-natureza. A negação é no sentido de colocar as demais relações (como o produto final, o processo e os próprios seres sociais) resultados para além do distanciamento do trabalhador na compreensão e acompanhamento da totalidade do trabalho. Portanto, além da alienação do ser social em relação ao produto de seu

trabalho, estrutura-se uma forma específica de alienação pela sociedade burguesa. Conforme Netto:

O que especifica historicamente a sociedade burguesa constituída é que ela, sem cortar com as formas alienadas que vêm das sociedades que a precederam (bem com o essencial do seu fundamento econômico-social real), instaura processos alienantes particulares, aqueles postos pelo fetichismo, e que redundam em formas alienadas específicas, as reificadas. (NETTO, 1981, p. 75-76).

Desse modo, para além de sua alienação em relação ao produto de seu trabalho e da atividade do trabalho, a reificação (coisificação) se constitui num momento socialmente posto de negação do homem. Neste, segundo Netto (1981, p. 42), “Está posto o fetichismo: relações sociais entre pessoas, convertem-se em relações sociais entre coisas [...]”. Esse processo de negação do ser humano é dimensionado mediante dois aspectos: a pseudo-objetividade e a racionalidade analítica¹⁹.

Portanto, sob o capitalismo, o trabalho concreto é sujeitado ao trabalho abstrato, assumindo uma forma estranhada e abstrata, e desse modo a classe trabalhadora cumpre papel decisivo na criação de valores de troca, sustentando com seus trabalhos não pagos a lógica capitalista de produção de mercadorias.

Explica Mandel (1982, p. 107):

O Capitalismo, hoje tanto quanto ontem, necessita do exército industrial de reserva para evitar um aumento ‘excessivo’ nos salários reais, ou para conservar a taxa de mais-valia e a taxa de lucros num nível que estimule a acumulação do capital.

A valorização do capital se efetiva pela exploração do trabalho, onde se articula meios de extração da mais-valia absoluta e relativa. A relação entre capital e trabalho é contraditória e mesmo antagônica porque se realiza por meio da lei absoluta geral da acumulação capitalista:

A lei da acumulação expressa-se, na órbita capitalista, às avessas: no fato de que parcela da população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de seu emprego para os

¹⁹ Conforme observado na página 30.

fins de valorização do capital [...]. Gera, assim, *uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista.* (IAMAMOTO, 2001a, p. 15-16). (grifos do autor).

Nesse passo, o modo de produção capitalista não só cria uma forma específica de exploração, alienação e apropriação do trabalho excedente como redimensiona a contradição efetiva entre produção e apropriação da produção socialmente criada. Institui, portanto a contradição social existente na sociabilidade do capital.

Em razão disso, se constata que a negação do princípio teleológico do trabalho humano pela sociabilidade do capital, mediante exploração, alienação e reificação do trabalho pelo capital, constitui-se base concreta da “questão social”.

2 BREVE PROBLEMATIZAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE ESTADO E “QUESTÃO SOCIAL”²⁰

Diante das questões levantadas no interior das produções teóricas dos profissionais acerca da “questão social”, bem como suas configurações no cenário contemporâneo, é pertinente problematizar brevemente algumas das dimensões que conecta o Estado ao tema aqui discutido.

Essa interlocução se faz proeminente, sobretudo pelas alterações ocorridas com a Reforma do Estado no Brasil nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, bem como nas formas de enfrentamento das manifestações da “questão social”.

Dessa maneira, seguem no próximo item as principais formulações acerca do Estado. Por determinações didáticas essas foram tratadas no decorrer do texto de acordo com a seguinte exposição:

a) *concepção aristotélica*, com uma clássica conotação positiva do Estado frente a um estado de natureza primitivo e/ou imperfeito;

b) *idealismo hegeliano*, sendo o Estado um momento de representação da “sociedade civil”;

c) *concepção clássica marxiana*, onde o Estado se coloca como Estado de classe;

d) *concepção gramsciana de Estado ampliado*, composto por *sociedade civil* (hegemonia) + *sociedade política* (dominação);

e) *Estado mínimo*, como idéia que está presente no discurso político contemporâneo brasileiro enquanto reflexo do projeto neoliberal de reforma do Estado. Nessa concepção se configura a indução ideológica que o considera uma esfera naturalmente burocrática, ineficiente, e corrupta, numa pretensa justificativa de retirada de sua responsabilidade no trato da “questão social”.

²⁰ A partir deste capítulo serão introduzidas no corpo do texto as falas dos sujeitos entrevistados. Procurou-se considerar que opiniões sobre o Estado, sociedade civil, desigualdade social, intervenção profissional do assistente social, entre outras destacadas em falas individuais no decorrer dos demais capítulos, configuram-se muitas vezes em mediações para apreender a forma como ocorre a apropriação de “questão social” entre os sujeitos entrevistados.

2.1 CONCEPÇÕES DE ESTADO: PARA UMA ABORDAGEM DA “QUESTÃO SOCIAL”

A partir de meados do século XVII, as forças produtivas sociais e a tônica erigida pela burguesia no período de transição do feudalismo para o capitalismo foram determinantes na institucionalização de uma nova forma de Estado: o Estado moderno.

Com ele também se desenvolveu uma nova concepção sobre o papel do Estado frente à nova sociedade instituída. A essa altura, a concepção tradicional - em que predominava, segundo Bobbio (1987, p. 45) o modelo aristotélico²¹ - não mais refletia o contexto do momento. Isso porque concebia os indivíduos, a família e as corporações, partes que estariam em função da *pólis*. Nesse sentido, revelava-se incongruente à máxima do individualismo burguês do período, para o qual o Estado representava o ideal de estar em função dos indivíduos.

Assim, por consequência das grandes transformações sócio-econômicas e políticas, o período em tela representou uma inversão na relação indivíduo e Estado, se institucionalizando a autonomia do indivíduo em termos de liberdades individuais. Levando-se em conta a ascensão desse ideal, consolida-se o nascimento historicamente determinado de princípios políticos e jurídicos que buscavam justificar o Estado, sua origem de ser e sua finalidade. Esse pensamento concebia a existência de um contrato social firmado entre os indivíduos e o Estado, sendo esse seu fundamento.

Segundo o inglês Hobbes, autor de *Leviatã*, esse contrato é o instrumento por meio do qual o povo renuncia ao seu estado de natureza que, para ele, se definia como situação pré-política.

Para ele, tanto a liberdade como a igualdade naturais nessa condição pré-política tornariam a vida intoleravelmente ameaçada (a “guerra de cada um contra todos os demais”), devendo portanto ser superada. E o desregramento da situação natural do homem decorreria de sua inclinação racional como maximizador egoísta, de benefícios particulares e radicalmente competitivos. (KRISCHKE, 1993, p.30).

21 De acordo com o modelo aristotélico “[...] o homem é um animal político que nasce num grupo social, a família, e aperfeiçoa sua própria natureza naquele grupo social maior, auto-suficiente por si mesmo, que é a polis.” (BOBBIO, 2004, p. 127).

Portanto, a teoria hobbesiana entende ser o “estado de natureza” veículo que obstaculiza a vida em sociedade, visto ser um estado de guerras constantes, advindas da igualdade de direitos à posse. Neste caso, todos os homens deveriam abrir mão do direito à liberdade, através de um pacto, a partir do qual se delega ao Estado o poder de preservar suas vidas, evitando a *guerra de todos contra todos*.

John Locke, teórico do liberalismo admitiu, como Hobbes, a existência de um só contrato original. Contudo, para ele os homens não necessitam abdicar de sua liberdade natural para ingressar na esfera política, mas apenas delegar ao governo seu “direito de execução”. (KRISCHKE, 1993).

Nota-se, pois, que tais concepções refletiam os interesses e pretensões da sociedade burguesa, bem como a consolidação do pensamento liberal. Posta em questionamento a visão tradicional de sociedade, ocorre a solidificação de uma concepção individualista, segundo a qual o Estado resulta da livre vontade das partes, mediante contrato expresso entre a maioria dos indivíduos para a garantia e preservação de direitos que seriam naturais aos indivíduos (*Jusnaturalismo*).

A afirmação de direitos naturais - que pertencem aos indivíduos e aos grupos sociais independentemente do Estado e como tais limitam a esfera do poder político - acompanhou o nascimento do mundo burguês na defesa de uma esfera de relações inter-individuais, as quais se faz necessário o reconhecimento do indivíduo como sujeito portadores de direitos que devem ser reconhecidos e protegidos pelo Estado.

Acontece que, os direitos não são naturais e sim históricos. Portanto, “[...] emergem gradualmente das lutas que o homem trava por sua própria emancipação e as transformações das condições de vida que essas lutas produzem” (BOBBIO, 2004, p. 51). Desse modo, de um lado, a concepção individualista, permitiu substituir a relação súdito/soberano por Estado/cidadão, devendo ser o Estado produto da “livre vontade das partes”. Mas, de outro, elevou o Estado moderno ao entendimento de forma mais apropriada de governo para os ditos “cidadãos”. Portanto, tende a orientar-se para uma análise da sociedade capitalista como a mais apropriada à “natureza humana”, visto reconhecer o direito de propriedade privada como a forma

básica de todas as relações sociais e direito do “cidadão”, firmado mediante contrato²².

Uma outra objeção possível de ser construída neste espaço de discussão se refere ao entendimento de Hobbes e Locke sobre os homens como seres essencialmente mesquinhos, egoístas e em constantes guerras e disputas. Com base em Coutinho (1996, p. 146), é possível dizer que essa definição permite dissociar “Ser” e “Existência”. Isto é, a existência dos homens (a história dos homens), desvincula-se do ser em si, ao entender que ele possuiria uma dimensão transcendental e intocável, delegando, a tais dimensões, determinantes da “essência do Ser”.

Sabe-se, pois, que no pensamento marxiano toda existência objetiva se forma no processo de desenvolvimento histórico, do mesmo modo que aos homens é permitido criar possibilidades de construção de novos comportamentos e valores, estando estes em constante transformação.

Porém, nota-se que o individualismo vem sendo cada vez mais dimensionado pela própria forma em que se constroem, na órbita da coisificação das relações sociais, valores e comportamentos no cenário contemporâneo. Sua expressividade leva alguns, conforme fala destacada logo abaixo²³, ao raciocínio de que a busca por interesses individuais em detrimento dos interesses de coletividade faz parte do “perfil” ou “natureza” do homem, inviabilizando possibilidade de os mesmos construírem na história humana uma nova sociabilidade, de forma consciente, emancipatória e livre da desigualdade social do atual modelo de sociedade:

Eu já sonhei muito, mas agora eu não creio na possibilidade disso existir, nem em longo prazo, porque a sociedade é formada por pessoas, por seres humanos..., e o que acontece? Há uma tendência à busca do poder... Essa questão vem desde dentro do próprio lar, do sistema das relações, e a gente vai percebendo que ela permeia todas as relações sociais, e à medida que eu posso um pouquinho mais ou que eu desejo isso, eu vou tá disputando com outro e essa relação de disputa de um para com o outro vai fazendo com que, enfim, acirre as desigualdades. Então, não há um raciocínio de coletividade; há um raciocínio de individualidade, cada um por si, então, isso infelizmente é um perfil do ser humano. Então, assim, para que tivéssemos uma sociedade ideal eu acho que teríamos que transformar o ser humano. (E 8).

²² Cf. página 27.

²³ Com a introdução dessa, inicia-se a exposição das falas dos sujeitos entrevistados.

Nesse raciocínio se coloca certo ceticismo frente ao princípio ontológico do homem em construir sua história de modo diferente das relações sociais capitalistas. Permite demarcar, ainda, problemas de ordem concreta que se expressam na dificuldade de apropriação da “questão social” no atual cenário, pois, possibilita levantar falsos problemas entre suas causas, reprodução e resolução. Do mesmo modo, o referido entendimento pode orientar-se pela linha argumentativa de autores como Agnes Heller e Ferenc Férér²⁴, para os quais a “questão social” passa a ser caracterizada como uma saga milenar, marcada por problemas que seriam decorrência “natural” dos instintos egoístas do homem e da própria sociedade moderna, entendendo que, por isso, sempre existirá.

Portanto, ao entender que faça parte do perfil humano a predisposição ao individualismo, a concorrência e a disputa, o estrato de fala ora citado desprende da perspectiva ontológica de homem como ser que constrói relações (e, dessas, sua essência), e do entendimento de que a história humana não é estanque à ordem do capital. Tampouco ainda às formas de relações instituídas na presente sociedade que, em seu decurso, amplificam as desigualdades sociais, o individualismo, a concorrência, e todas as dimensões que respondem pela reificação das relações sociais. Por conseqüência, desloca questões estruturais para esferas das relações sociais e na ordem moral dos indivíduos, cujos valores incorporados estariam inviabilizando possibilidades emancipatórias e a resolução dos antagonismos da sociabilidade capitalista, visto constantemente estarem os homens disputando pelo poder.

Logo, é preciso apropriar a perspectiva ontológica do trabalho enquanto afirmativa de negação da sociabilidade do capital como última instância de realização da história dos homens, a fim de se opor aos modelos de análises que se realizam mediante abandono da dimensão ontológica do real, do humanismo e da razão dialética. Em tais propriedades analíticas, é conveniente a busca pelas abordagens individualistas que priorizam os sujeitos num processo que os deslocam, no entanto, da totalidade social. (GUERRA, 2004).

Do mesmo modo, é preciso não perder de vista que a exploração do trabalho humano na sociabilidade erigida sob a ordem do capital reduz as possibilidades de os homens responderem enquanto demiurgos de sua própria história.

²⁴ Conferir página 108 deste estudo.

Nesta ordem, segundo Marx (1991), o indivíduo concreto que luta pelos seus interesses meramente privados e particulares é o homem *bourgeois*. Sua anatomia é a forma burguesa determinantes nas relações sociais, condicionada pelo modo de produção. Portanto, dentro dessa relação estrutural acaba pensando na individualidade, pois sua consciência é determinada por essas circunstâncias históricas e sociais. Assim, o indivíduo torna-se o que é através de sua relação e participação na história concreta, e pela introjeção de valores criados por essa sociedade.

Superar esse momento *bourgeois*, exige um processo real, isto é material, não podendo ser uma revolução no cérebro, pois continuaria a pensar através do particularismo objetivo do *bourgeois*. Por sua vez, a emancipação política (o momento *citoyen*) não deve ser o fim último da luta revolucionária contra o momento *bourgeois*, pois equivale à redução do homem, de uma parte, à membro da sociedade burguesa e à “cidadão do Estado”. E nesse caso, sem a eliminação desse particularismo, mais uma vez, a *emancipação humana* (quer dizer, o momento em que o homem se liberta de sua “essência” *bourgeois*) não passa de uma abstração²⁵.

Portanto, “[...] o *homem* não é um ser abstrato, que permanece fora do mundo. O homem é o mundo dos homens [...]” (Marx, 1977, p.1). (grifos no original). Com isso, não cabe em primeira mão “transformar o ser humano” sem transformar o mundo dos homens. Ainda assim, transformá-lo não deixa de ser uma resultante e ao mesmo tempo um processo concomitante da substituição do modo capitalista em todas as suas formações sociais que lhe são próprias, incluindo Estado.

Esse reconhecimento permite apropriar a realidade como um processo, fortalecendo compreensões críticas sobre as causas estruturais da “questão social”, sua reprodução e os limites interpostos pelo atual modelo de sociedade, resguardando, porém, o princípio ontológico da possibilidade de construção de novos comportamentos e de novos valores, bem como de uma nova sociabilidade, visto não ser a história humana estanque à sociedade capitalista. Tal reconhecimento, por sua vez, também esteve presente no decorrer das entrevistas realizadas, sendo expresso na seguinte fala:

²⁵ A dimensão *bourgeois* atinge, portanto, todas as esferas da vida do homem, tanto material como espiritual. Por responder ao modo específico de sociabilidade burguesa, não se supera pela emancipação apenas política, mas pela eversão das bases concretas que respondem pela alienação e reificação do homem e de suas relações sociais.

Então por estar numa sociedade desigual, nós temos que pensar como primeiro passo, o fim do sistema capitalista, que no momento apresenta-se inviável, porque não há no momento nada. Mas nós não tivemos apenas uma sociedade, capitalista, nós tivemos outros modelos anteriores. Então significa que o capitalismo não precisa ser visto como algo que irá perdurar. Pode-se que surja um novo sistema.” “[...] mas o sistema capitalista é o dominante é o perverso, é o atual e infelizmente a gente não consegui nele construir uma sociedade sem desigualdade. (E 5).

Aparece, portanto, no estrato de fala ora exposto, a perspectiva da contradição social, onde acumulação não rima com equidade, e as relações sociais tendem a ser reduzidas a relações entre coisas. Ao mesmo tempo, é possível perceber o entendimento da não imutabilidade das formas de relações instituídas e do atual modelo de produção.

Seguindo a compreensão clássica marxiana, a forma com que os homens se organizam para produzir a sua vida material define as estruturas e as relações estabelecidas entre os membros de um grupo social. Assim, a natureza e a forma de um modo de produção trazem implicações a partir dos quais os homens se organizam.

O princípio básico do materialismo histórico de Marx destaca que o fator primário na explicação da história humana é o da produção e reprodução da vida material, implicando na produção e reprodução das relações sociais.

Em seus estudos é preeminente a intrínseca relação existente entre diferentes formas de produzir bens materiais e as formas políticas, jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas e ideológicas, denominadas de superestruturas. Estas, se enraízam nas relações materiais da vida e se explicam a partir das contradições e conflitos de interesses gerados por essa forma de produção. Portanto, explica:

[...] relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “sociedade civil”. [...] A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. (MARX, 1978, p. 129-130)

Ao problematizar a esfera política, Marx (1978, p.129) retomou de certo modo a problemática dos contratualistas e buscou mostrar que o Estado tem sua gênese nas relações sociais materiais de vida. Em oposição ao pensamento hegeliano, a investigação histórico-materialista e dialética marxiana coloca o Estado como elemento dependente do processo social total, para o qual as principais forças motrizes são aquelas decorrentes de um determinado modo de produção. Em tais circunstâncias, o Estado afirma-se numa estreita dependência em relação às contradições inerentes.

Com isso, Marx tratou de problematizar e negar a concepção de Estado como instância universal e superior, capaz de superar e/ou resolver tais contradições e problemas derivados do crescimento inter-relacionado da riqueza e da pobreza.

Como se sabe, Hegel concebe a criação da “sociedade civil” como a realização do mundo moderno. Corresponde, segundo entende, a esfera das relações econômicas, sendo o campo onde se dá o *relacionamento dos possuidores de mercadoria*, isto é, “[...] o reino dos indivíduos atomizados e particularistas.” (COUTINHO, 1996, p. 18).

Segundo Hegel, o Estado representando uma vontade geral, consiste numa esfera universal superior, na qual contradições da “sociedade civil” podem ser superadas. Essa vontade geral seria resultado de um fenômeno social objetivo e produto do desenvolvimento do próprio espírito, de maneira que o Estado é a totalidade que incorpora todos os momentos: nele se realiza o momento absoluto.

Esse idealismo hegeliano foi fortemente combatido por Marx e Engels a partir da afirmação da dependência do Estado em relação à imanente contradição entre riqueza e pobreza no modo de produção capitalista. Portanto, também dependente em relação ao conflito entre as duas classes que personificam esses aspectos contraditórios: proprietários de meios de produção e trabalhadores que possuem apenas sua capacidade de trabalho.

Em oposição às compreensões que postergam resolver os antagonismos sociais mantendo as estruturas do atual sistema capitalista de produção, a perspectiva marxiana diz serem inamovível nos limites da lógica de acumulação capitalista. Pois, entende que o Estado não se propõe a resolver o conflito de classe. E em certo grau o que se denomina por ser “questão social” - designação conceitual

que expressa a contradição entre capital e trabalho, as lutas de classe e a desigual participação na distribuição da riqueza social - coloca o Estado diante de seu próprio limite funcional. Daí as diversas tentativas ideológicas em eufemisar a intervenção estatal ou desresponsabilizá-lo de vez da “idealizada capacidade hegeliana de resolver problemas da sociedade civil”²⁶.

É difícil precisar qual das alternativas é a que mais se opõe ao princípio básico do materialismo histórico. Se aquelas que caracterizam o Estado como mecanismo neutro, autônomo e apaziguador de conflitos de classes. Ou aquelas nas quais se dá a dessacralização²⁷ do Estado, porém numa perspectiva ideológica em que “sociedade civil”, transmutada em terceiro setor, parece representar uma esfera homogênea e supostamente mais “ágil”, “eficiente” e “democrática” no atendimento de necessidades sociais da população²⁸.

No primeiro caso, a consequência é atribuir ao Estado uma ingênua pretensão de que possa resolver a “questão social”. Desse modo, modelos de proteção social como as decorrentes do *Welfare State* acabam sendo interpretados tendo essa intenção como fim último. Nesse caso, recuperá-lo sob formas mais sofisticadas é para alguns estudiosos, especialmente Robert Castel (1998) o recurso mais urgente²⁹.

É consensual que esse modelo de intervenção estatal representou uma construção histórica na incorporação de demandas sociais e serviu de instrumento para a satisfação de necessidades sociais da classe trabalhadora com a constituição de políticas universais e igualitárias. O certo é que se tratou de um tipo de regime político formado em sociedades que, durante o século passado, experimentaram grandes mudanças em seus sistemas econômicos, em suas relações e orientações culturais. Até onde se sabe foi o que de mais avançado se construiu em termos de modelo de proteção social. Trata-se de um divisor de águas concernente ao momento em que a “questão social” se internaliza na ordem econômico-política, tendo ela uma resposta política e não apenas repressiva.

²⁶ “Segundo Hegel, a sociedade civil coloca uma série de problemas para o Estado resolver; acima de tudo, o problema do crescimento inter-relacionado da riqueza e da pobreza, e a polarização e os conflitos sociais que isso produz” (BOTTOMORE, 1981, p. 9).

²⁷ O termo é de Valentino Gerratá e está presente em Coutinho (1989, p. 74).

²⁸ Hoje em dia o conceito de “sociedade civil” aparece transmutado em terceiro setor. O sentido em que muitas vezes é difundido no senso comum e no âmbito governamental se aproxima à perspectiva ideologizada colocada pela Reforma do Estado, em que a exime de seu caráter de movimentos de pressão sobre o Estado.

²⁹ As idéias deste autor são brevemente trabalhadas no terceiro capítulo.

Entretanto, um importante discordante existente há muito no pensamento marxiano consiste em assinalar a forma distorcida da democracia e cidadania em uma sociedade de classe na qual a lógica do capital é dominante.

Conforme entende, basta uma análise mais profunda sobre as formas de alienação³⁰ para perceber que melhorias no conjunto das condições de vida das massas de trabalhadores não alteram a essência exploradora. Daí que: a “questão social” continua inalterada.

Enfim, “Da análise marxiana o que legitimamente fica interdito é, tão somente, qualquer ilusão acerca do alcance das reformas no *interior* do capitalismo.” (NETTO, 2001, p. 46). (grifos do autor). Assim, caracterizar o Estado como mecanismo neutro aos interesses de classe equivale a desconsiderar seu fundamento histórico, social e político.

Sob o enfoque da economia política, Marx problematiza o Estado em sua dependência frente à “sociedade civil burguesa”. Entende que ele tem sua função de existência no antagonismo de classe, a partir da propriedade privada, e, assim, responde aos interesses da classe que é dominante no momento histórico determinado.

Tanto o é que, diz Engels (1981, p. 194):

[...] o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado.

As questões levantadas por Marx e Engels evidenciam que o Estado, garantindo a propriedade privada, assegura e reproduz a divisão da sociedade em classes, quer dizer, conserva a “sociedade civil burguesa”, e desse modo, co-responde ao momento *bourgeois*. Mediante essa sua relação, tende a transformar, conforme menciona Bottomore (1981, p. 110), questões políticas em questões técnicas:

³⁰ Conforme trabalhado no primeiro capítulo, o movimento de fetichização (de alienação) estende-se a todas as esferas da vida humana. Cf. item do primeiro capítulo: Exploração, alienação e reificação do trabalho pelo capital: bases da “questão social”.

Com efeito, todos os problemas tornam-se questões rotineiras de tipo técnico – controlar a inflação, aumentar a produtividade, implementar uma prática de renda e eficaz, ou encontrar uma solução para a instabilidade das taxas de câmbio – com base num pretense consenso político que obscurece a existência real na sociedade de um grupo dominante e de um grupo subordinado.

Comenta Coutinho (1996, p. 15), ser a contraposição à Hegel o fato mais marcante da teoria clássica do Estado em Engels e Marx. A afirmação de caráter de classe do Estado evidenciou seu aspecto restrito, ou seja, “[...] definido abstrativamente como aparelho de dominação da classe economicamente dominante” no interior das leis mais gerais do modo de produção.

Porém, a consideração do caráter restrito como único na esfera estatal, por vezes cai como luva aos adeptos do suposto “terceiro setor”. Nesse caso, o que se tem é a clássica, mas atual, desresponsabilização do Estado.

Logo, o conhecimento de Estado como Estado de classe é um momento necessário de toda investigação histórico-materialista sobre o tema, mas insuficiente quando único exclusivamente para análises recentes do fenômeno Estatal e da formação de sujeitos políticos coletivos de massa.

Parafraseando Gramsci, Coutinho (1989, p. 75) menciona que as determinações histórico-objetivas as quais situava Marx não se apresentavam em dimensões como as complexificadas diferenças entre Estados fascistas e Estados liberal-democráticos. Quer dizer, há diferenças consideráveis entre sistemas políticos, mesmo que sob uma mesma forma de Estado, isto é, o Estado capitalista. Tais diferenças envolvem o grau de forças de pressão da chamada “sociedade civil” em termos gramscianos³¹.

Portanto, com a complexificação das sociedades industriais e os processos de socialização da política que tomaram corpo nos países ocidentais, especialmente a partir do final do século XIX, surge, pois, uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo

³¹ Nos exercícios de tradução feitos no cárcere, Gramsci não traduz a expressão marxiana *bürgerliche Gesellschaft* com o termo habitual de “sociedade civil”, mas sim com a expressão literal “sociedade burguesa”, para indicar a diferença entre os dois conceitos. (GERRATANA, in Vários Autores, *Gramsci e la cultura contemporânea*. Apud Coutinho, 1989, p. 86).

econômico quanto dos “aparelhos repressivos do Estado”³², ganhando uma autonomia material e funcional em relação ao Estado em sentido restrito.

A essa dimensão, Gramsci designou “sociedade civil” atribuindo ao conceito novas determinações que permitiram, à luz do materialismo histórico, conservar/superar as descobertas essenciais de Marx, sobretudo a teoria marxista do Estado, ampliando-a para além do aspecto restrito (exploradas por Marx e Engels).

Essa ampliação se apóia, sobretudo, na designação de “sociedade civil”, como um momento da superestrutura, formada:

[...] pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editores, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 1989, p. 77).

Portanto, a novidade da teoria política de Gramsci – a originalidade de seu pensamento em relação à ampliação do conceito marxista do Estado para além de seu caráter repressivo – tem como elemento essencial sua definição de “sociedade civil”, com dimensões notoriamente complexas e adversas à tradução marxiana, onde é apropriada como sociedade burguesa.

Outra importância se deve ao conceito de *hegemonia* como momento do consenso, o que leva a entender que nas sociedades ocidentais a essa esfera a qual Gramsci chamou de “sociedade civil” tem papel decisivo no controle social das ações do Estado, e na restrição de seu papel coercitivo.

A hegemonia implica, em primeiro lugar, um contrato que é feito no próprio nível da sociedade civil, gerando em consequência sujeitos coletivos (como sindicatos, partidos, movimentos sociais, etc) que têm uma clara dimensão pública, “estatal”, mas que implica também, por outro lado, um contrato entre governantes e governados, fundado no fato de que, nessas sociedades “ocidentais”, a obrigação política se funda na aceitação consensual, por governantes e governados, de um mínimo de regras e de valores coletivamente partilhados. (COUTINHO, 1996, p. 139-140).

³² Segundo Gramsci, a esfera da *sociedade política* (“Estado em sentido estrito” ou “Estado-coerção”) “[...] é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar”. (COUTINHO, 1989, p. 76).

Possuindo “aparelhos privados de hegemonia” - organismos sociais coletivos voluntários de participação política - no âmbito da então “sociedade civil” seria possível estar construindo mecanismos de pressão que limitariam os “aparelhos repressivos do Estado”.

Contudo, para esse autor tanto a esfera da “sociedade política” (e seus aparelhos repressivos) quanto a esfera da “sociedade civil” (e seus aparelhos ideológicos) formam o Estado em sentido amplo, quer dizer: hegemonia escudada pela coerção (ditadura). Assim, ambas permitem conservar ou promover determinada base econômica.

À medida que no contexto atual a esfera da “sociedade civil” mostra-se com certa autonomia em relação ao Estado (ao contrário dos Estados antigos e feudais), colocam-se fortes entraves a emergência de revoluções que visam às mudanças políticas pela conquista imediata do Estado mediante luta armada.

Decorre deste fato novas exigências ao direcionamento da ação político-revolucionária, para além do uso da repressão. Daí procede a posição gramsciana referente a uma estratégia revolucionária, designada *guerra de posição*. Quer dizer:

[...] a idéia de que a conquista do poder de Estado, nas sociedades *complexas* do capitalismo *recente*, deve ser precedida por uma longa batalha pela hegemonia e pelo consenso no interior e através da sociedade civil, ou seja, *no interior do próprio Estado em sentido amplo* [...] (COUTINHO, 1989, p. 81).

Essa reflexão torna-se aqui uma questão de fundo para expor e problematizar a ausência de proposições de mudanças efetivas nos rumos da sociedade, permitindo reconhecer que a ausência de consenso sobre a existência real da “questão social” coloca-se como obstáculo capaz inviabilizar uma intencionalidade de classe rumo à erosão das bases da exploração do trabalho humano.

Ao que parece, a seguinte fala concorda em colocar mudanças estruturais como processo que requer, de certo modo, um consenso, mas principalmente uma intencionalidade de classe, com interesses para a construção de uma nova sociabilidade:

Mudanças estruturais seria um ponto onde a gente deveria chegar, mas antes disso, e para isso, tem que ter uma intervenção da sociedade civil. Tem que ter pressão, mobilização, pra chegar num ponto de mudança estrutural. É impossível? Não é impossível, porque nós não nascemos no sistema capitalista, mas passamos pelo sistema feudal. E então, foi se dando alterações. Pode vir também a ser alterado o sistema capitalista. A questão é: todos querem? Vai ser bom pra quem? Se todos quisessem já teria acontecido. Aqueles que estão mais no comando, e que são mais poderosos, não querem. E até tem o questionamento da propriedade privada [...]. (E 5).

Portanto, é possível analisar nessa fala da entrevistada E 5 uma questão que envolve a necessidade de protagonismo dos sujeitos no direcionamento de alterações substanciais na atual sociedade, como um processo que se dá passo à passo.

Em certo grau Gramsci sinaliza para a relação possível entre uma transição importante de um tipo de sociedade para outro e ausência de luta armada, substituída por uma longa marcha através das instituições da “sociedade civil”, mediante batalha pela hegemonia e pelo consenso.

Nesse passo, a pressão, exercida pela “sociedade civil” na perspectiva gramsciana, coloca-se como mecanismo para a concessão de direitos, sendo, portanto, uma relação de conflito que merece ser explorada. Esse entendimento é expresso pela mesma assistente social cuja fala aparece na página 55, onde a mesma denota certa descrença na construção de uma sociabilidade para além da instituída. Porém, nesse momento, revela ser o espaço da “sociedade civil” via de representatividade para a busca de interesses coletivos:

Se a gente for analisar a realidade do nosso país pós Constituição de 1988, os espaços que foram conquistados eles são extraordinários. [...] entendo que a relação ideal seja o que? A sociedade civil organizada, representativa, organizada através dos conselhos [...] Essa relação é possível e é uma relação fortalecida [...]. Enfim é uma via de representatividade, de diálogo, de defesa e de busca de garantia de direitos realmente, [...] pensando na questão da coletividade, no sentido de defesa dos direitos, na defesa, na luta pelo acesso pelos direitos, enfim, tudo isso eu acho que é possível, mas eu não entendo uma transformação onde não haja uma certa briga, uma certa tensão [...].” (E 8).

Portanto, a assistente social da fala citada demonstra entender o conflito de classe como luta certamente constante e legítimo. Subentende, porém, que o

conflito intra-classe, dinamizado talvez pelo que endente se tratar de uma predisposição do homem pela disputa de interesses - conforme revelado em sua fala anterior na página 55 - dificulta a constituição de propostas coletivas.

Por sua vez, sobre isso, pode-se apropriar a “sociedade civil” que - segundo Gramsci, compreende o conjunto das organizações responsáveis pela difusão e elaboração das ideologias e que, com isso, gera sujeitos coletivos³³ - como instância, de fato, não homogênea, visto ser formada por grupos em que, muitas vezes, os interesses se contrapõem e os conflitos se acirram. Portanto, não é mesmo uma via que automaticamente garante e responde por interesse legítimos da classe trabalhadora.

Cabe lembrar: Gramsci não anula que a produção e reprodução da vida material, implicando produção e reprodução das relações sociais globais, são fatores ontologicamente primários na explicação da história³⁴. Também não desconsidera a luta de classe como elemento crucial no desenvolvimento do Estado. Em outras palavras:

[...] os novos elementos aduzidos por Gramsci não eliminam o núcleo fundamental da teoria “restrita” de Marx, Engels e Lênin (ou seja, o caráter de classe e o momento repressivo de todo poder de Estado), mas repõem e transfiguram ao desenvolvê-lo através do acréscimo de novas determinações. (COUTINHO, 1996, p. 51).

Em seus estudos, reitera o materialismo histórico. Se a base econômica determina as superestruturas, diz ele, essa determinação é mais complexa numa sociedade cuja “sociedade civil” é mais forte. A questão da acumulação capitalista continua a ser determinante e estrutural, mas as estratégias de enfrentamento perpassariam pela questão superestrutural que, diferente de Marx, abrange a “sociedade civil”. A questão é como realmente conceber revolução pacífica sem desconsiderar a ocorrência de conflitos de classe e sem cair numa concepção utópica de harmonia social?

O certo é que, aos grupos dominantes que não dispõem de nenhum recurso senão a revolta, ao se verem privados de meios de exercer seus direitos, e mesmo em situações em que seus direitos não passam de direitos formais, a probabilidade

³³ Conferir na página 63 observação sobre sociedade civil e hegemonia em Gramsci.

³⁴ Sobre o princípio básico do materialismo histórico de Marx, confrontar com a página 58.

de virem a se manifestar do único modo que lhes é possível é significativa e jamais descartada do cenário atual.

Mas, a estratégia de fortalecimento desses espaços aparece como questão básica no meio profissional, enquanto mecanismos de possibilidades de estratégias de enfrentamento às manifestações da “questão social” na perspectiva de política pública como dever do Estado e direito do cidadão. Mas, é preciso evitar as armadilhas de achar que as ações de entidades do “terceiro setor” traduzem a máxima da “inovação” e participação democrática no Brasil, representando a sociedade civil gramsciana. Ou ainda, de que se trata de uma válvula de escape num período em que o Estado, na figura dos gestores, “não dá conta de garantia de direitos”. Não deve supor, portanto, conforme observa a fala E 8, desresponsabilização do Estado:

Eu acho que as mudanças estruturais seriam o foco, seria o essencial. Agora... como chegar a isso? Ai o quê que eu penso? São duas ações paralelas. A questão da sociedade civil organizada, que ai entra os espaços dos conselhos, eu acho que através dos conselhos muitos se conseguiu [...]. Então há instâncias, há espaços, mas é uma relação sempre muito frágil. [...] Então passa pela questão da representatividade e [segundo] do fortalecimento das políticas públicas. A sociedade civil ela pode somar, ela pode até suprir algumas demandas em que o gestor enfim não dá conta, então ela soma forças, mas ela não pode substituir. Ela na verdade precisar cobrar que haja o cumprimento em nível de política públicas do Estado nas determinadas áreas conforme é a sua atribuição. (E 8).

Em geral, o nódulo problemático se coloca na incorporação do termo “sociedade civil” para designar a transferência de fundos públicos à entidades que possuem “caráter público”, mas de “direito privado” – a chamada publicização mediante terceirização³⁵.

Nesse caso, *somar* ou *suprir* no caso de tais entidades remete a questão de cumprimento do orçamento que lhe foi destinado. Acontece que em tais circunstâncias o atendimento e a realização de serviços sociais aparecem como ajuda; como benesse concedida.

³⁵ Processo “[...] de transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado mas pública não estatal. Terceirização é o processo de transferir para o setor privado serviços auxiliares ou de apoio.” (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 19).

O fato é que esta transferência é chamada ideologicamente de “parceria” entre Estado e sociedade civil. Mas, à medida que tais entidades são definidas como de caráter de direito privado, estabelece ai uma cisão, retirando da “sociedade civil” o direito de controle social na gestão estatal e do direito público, visto a natureza de direito privado dessas organizações. Portanto, diluem-se as possibilidades de se efetivar o fortalecimento da “sociedade civil” em termos gramscianos, como instrumento de controle social e vigilância sobre no caráter de classe do Estado.

Mais uma vez, as análises de Gramsci orientam-se no sentido de apreender as implicações que nas sociedades industriais avançadas permitem ampliar a esfera da atividade do Estado para além da coerção, legislando, administrando e regulamentando as disputas entre indivíduos e grupos a partir da coerção + hegemonia.

Notou-se que com a reinserção da classe trabalhadora na arena política, um conjunto de direitos tornara-se progressivamente demandas a serem atendidas pelo Estado. Desse modo, relações que se creditavam inteiramente a competência das leis gerais do mercado passaram a ser por ele respondidas, celebrando uma nova versão na concepção de “contrato” entre indivíduos e Estado. É a construção de um momento histórico de consolidação de políticas sociais que tiveram como propulsor uma forma de Estado, cuja função era incentivar o desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, a regulação da relação entre capital e trabalho, na tentativa de evitar que os conflitos decorrentes das lutas e pressão da classe trabalhadora desestabilizassem a ordem social e política.

A inter-relação dos fatores oriundos da pressão da classe trabalhadora durante o século XIX e o Estado, constituiu condicionantes desse processo histórico. Conforme expresso na fala da assistente social E 5, são implicações de um mesmo processo, estando em constante movimento:

[...] se for pensar hoje o Estado é que vem com resposta para sociedade, que é aquilo que a sociedade capitalista gerou. Então, ele vem para dar respostas e amenizar, com políticas, tentando minimizar os impactos. [Mas] as políticas públicas elas já são resultados da pressão da “sociedade civil”. Algumas garantias já foram postas, nem todas são cumpridas, mas para ter maior atenção e execução desses direitos eu acho que precisa sim de mobilização, uma pressão, movimentos sociais, porque isso daí tende a garantir. (E 5).

Contudo, a ideologia neoliberal re-construiu pseudo - objetivamente a relação entre Estado e “sociedade civil”, tornando demoníaco tudo o que provem do Estado, numa apologia acrítica a uma “sociedade civil” despolitizada e diluída das atribuições da concepção gramsciana.

Essa re-construção aparece na agenda intelectual e política da atualidade acompanhando as novas requisições do capitalismo mundial no pós-1970. Nesse processo, as resposta às manifestações da “questão social” deixa de ser responsabilidade privilegiada do Estado e passa a ser objeto de auto-responsabilização dos próprios sujeitos portadores de carecimentos e da ação filantrópica, “solidária-voluntária”, de organizações e indivíduos. Nessa ordem, consolida-se a idéia de um setor que passa assumir atividades sociais que eram prioritárias do Welfare State³⁶, evidenciando um novo trato às manifestações da “questão social”.

Não é possível afirmar ao certo o determinante de maior peso para a crise e erosão do modelo de proteção social implantado em alguns países no pós Segunda Guerra. Algumas teóricas explicativas a consideram em estreita relação com uma suposta crise de financiamento fiscal dos gastos com políticas sociais de caráter universal não contributiva³⁷.

Em oposição a tais teorias, Mandel (1982) entende se tratar de uma crise do capitalismo instaurada no pós-1970, na conjuntura da crise fordista de produção e do declínio da social democracia. Diante do qual, se instaura uma reorientação dos

³⁶ “Desburocratizar e racionalizar a gestão dos grandes equipamentos e funções coletivas: é a via de uma *socialização* mais flexível [...]. Remodelar e ordenar certos serviços públicos para tornar mais próximos dos utilizadores: é a via da *descentralização* [...] Transferir para não públicas (associações, fundações, agrupamentos) tarefas de serviço público: é a via da *autonomização*.” (ROSANVALLON, 1984, p. 88). Nessas alternativas analisadas por Rosanvallon como alternativa de substituição de uma lógica única de estatização por uma tríplice dinâmica que articula socialização, descentralização e autonomização, cabem significativas comparações que ao que tudo indica aproximam da reforma do Estado Brasileiro. Dos quais os exemplos de publicização, descentralização, terceirização e a também a privatização, são alguns dos processos fundamentais implantadas com a Reforma. (PASTORINI, 2004, p. 54).

³⁷ Os abalos sofridos pelo Estado Providência, segundo Rosanvallon, são de três dimensões que representam também três etapas: a) a *financeira*, onde o autor aponta que na França, desde os anos 70, os dispêndios crescem em torno de 8%, enquanto as receitas elevam-se entre 1 e 3%; b) a *ideológica*, presente nos anos 80, que “[...] traduz a suspeita de que o Estado empresário não administra eficazmente os problemas sociais. Ela corresponde à dúvida a respeito de um instrumental cada vez mais opaco e crescentemente burocratizado, que prejudica a percepção da sua finalidade e provoca uma crise de legitimidade” ; e c) a *filosófica*, que ter-se-ia iniciado na década de 90, cujos principais problemas são: a desintegração dos princípios de solidariedade e o fracasso da concepção tradicional de direitos sociais. (ROSANVALLON, 1998, p.24-25).

Estados e mesmo dos processos de trabalho adotados³⁸. Considera o fenômeno do Welfare State como um mediador na combinação das variáveis no processo de reprodução ampliada do capital que tratou de combinar ampliação e diversificação do consumo de bens e serviços com proteção social à classe trabalhadora, numa pretensa impressão de que o capitalismo conseguira combinar acumulação e equidade.

Para o mesmo autor, as intervenções governamentais sobre os efeitos perversos da industrialização possuem como limite máximo amortecer crises cíclicas que são intrínsecas ao movimento de produção e reprodução do capital, que se põe ora com ondas expansivas, ora com ondas de estagnação. Assim, a crise pela qual vivenciou tais modelos instituídos em alguns países, apenas fora reflexo da crise inerente ao capitalismo, donde se registrou uma significativa queda na rentabilidade do capital com tendências na queda da taxa de lucros.

O início da década de 1970 seria o período em que se esgotou mais uma *onda longa expansiva do capital*. Esse esgotamento configurou novas alterações no conflito entre capital e trabalho, especialmente ao ser colocado em movimento em resposta à crise capitalista, uma série de reordenações.

No campo da produção, buscou-se a incorporação de processos tecnológicos implicados na redução do trabalho vivo e diminuição do capital variável³⁹. Com o aperfeiçoamento da tecnologia e da ciência e o incremento da mais-valia relativa nos processos de produção, preconizou-se a máxima do super-lucro, com o uso da ciência⁴⁰.

Portanto, como forma de atenuar os impactos decorrentes da retirada do Estado, e como decorrência de se ter que oferecer uma alternativa social à proteção social, é apresentado, haja dito, a idéia de “terceiro setor”. Este foi indicado como alternativa à suposta crise fiscal propiciada por gastos com políticas sociais universais, não contratualistas e constitutivas de direito de cidadania.

³⁸ Na opinião de Castel (1998) a crise de regulação fordista foi a principal causa da crise da sociedade salarial assentada na montagem entre trabalho e proteções. Cf. página 75.

³⁹ Diz-se a parte do capital investida na compra de força de trabalho.

⁴⁰ Ao contrário do que adverte os enunciados de Adam Schaff (1995) - que prevê a ciência na possibilidade de colocar-se como único agente da produção e de mais-valia, o que está sendo dito é que no atual estágio de desenvolvimento capitalista a redução do capital investido na força de trabalho (capital variável) é um grande mediação para garantir a expropriação ao máximo da mais-valia.

Num intenso combate ao pensamento keynesiano de intervenção estatal é colocada, sob a forma denominada neoliberalismo⁴¹, a desresponsabilização do Estado ante as manifestações da “questão social”.

No caso do Brasil, a proposta governamental de reforma do Estado brasileiro na década de 1990, foi abordada entre os adeptos da “crise fiscal”. Colocava-se a necessidade de sua reestruturação com base no neoliberalismo e a absorção de novas formas de gestão. Cabe lembrar que nos domínios da ação estatal do país, ocorreram distintas e variadas formas de administrar, isto é, diferentes formas de administração pública governamental, que definiam diretrizes da intervenção do Estado, enquanto governo.

Cabe recordar que a administração pública não colonial no Brasil teve seu marco a partir da independência em 1822. Esse marco representou ao Brasil a sua independência jurídica e política, o que veio alterar as regras internas, sendo denominada administração governamental patrimonialista, por caracterizar-se enquanto a máxima dos coronéis: o clientelismo, apadrinhamento e genrismo. Trata-se de uma forma de administrar que resultava em práticas despóticas, tendo a esfera pública apropriada como espaço privado. (BATISTA, 1999).

A partir de 1930, o Brasil passou a desenvolver como um país de atividade industrial. Entra em cena o discurso do combate à corrupção e ao nepotismo, buscando devolver ao Estado o estatuto de coisa pública. Acontece que modernizar denotava a respaldar a execução do projeto político, econômico e social da velha oligarquia agrária nos quadros do sistema capitalista internacional. (FERNANDES, 2005). Nestas circunstâncias, conservando o “arcaico”, o “moderno” incorporava novas formas de administrar, recriando através da *administração burocrática* heranças históricas de dominação da grande propriedade territorial.

Na década de 1970, com o esgotamento da onda longa expansiva do capital e o início onda recessiva, começava na Europa a discussão e a formação de uma idéia de retorno ao liberalismo. A repercussão dessas idéias ganha maior visibilidade no Brasil somente a partir de 1990. Até 1970 a preocupação dos militares era de

⁴¹ Segundo os defensores dessa doutrina, o Estado estava gastando em políticas sociais, o que provocavam um atraso às políticas econômicas. Essa compreensão se materializou a partir do encontro (Consenso de Washington), em 1989 em Washington, onde foi aprovado como regra universal princípios que articulavam redução dos gastos públicos e privatizações, desresponsabilizando o Estado da garantia de direitos.

manter o poder. Neste caso, a implantação de uma forma de administração pública mais gerencial trazia a idéia de inovação e modernização do país.

Portanto, ao longo dos anos 1990, o país ingressou num amplo processo de reformas orientadas para o mercado. Num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social dos anos 1980, é encaminhada pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), a proposta de reforma do Estado brasileiro. Esta tinha como objetivo a reorientação do Estado a partir dos parâmetros apresentados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A mesma foi aprovada em 1995 na Câmara da Reforma do Estado, que tinha como ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. A partir de então, pôs em movimento uma série de reformas, que já vinham sendo protocoladas durante do governo Collor.

Entre os procedimentos adotados a partir da reforma do Estado estão: diminuição do investimento público em políticas sociais, a reforma da previdência, a reforma na área da administração pública, onde se encaixam os programas de terceirização, publicização, descentralização e privatização. (BATISTA, 1999). O que acontece é um grande retrocesso e recuo do modelo de Proteção Social implantado na Constituição de 1988 e a diluição de muitas das conquistas construídas em períodos anteriores, demonstrando, segundo Netto (2001), aos ingênuos que o capital não tinha nenhum compromisso social.

Algumas literaturas entendem que as conquistas de 1988 e o modelo de proteção social montado a partir da Constituição de 1988 trazem características semelhantes ao modelo beveridgeano.

Porém, para Vianna M. L. (1998, p. 8), a ausência no Brasil de canais corporativos de organização dos interesses em processos decisórios (encontrados em países da Europa Ocidental) constituiu uma barreira à implantação de um sistema ampliado de proteção social. Ao mesmo tempo, aproximou o país de uma situação semelhante à americana, na qual interesses fragmentados e múltiplos competem – através dos *lobbies* – por maior influência sobre os processos decisórios.

Analisa a autora que no caso Brasileiro, o lobismo constitui-se numa prática em ascensão, de modo que aqui o modelo de proteção social vem progressivamente se tornando cada vez mais americano. E, nesse caso, seguindo uma tipologia

clássica, situada e estabelecida por Titmuss, em 1958⁴², no modelo residual ou no modelo liberal (Esping-Andersen, 1991)⁴³, o Estado comparece com políticas públicas apenas quando formas privadas de proteção se esgotam:

No modelo liberal ou residual, o Estado somente intervém quando o mercado impõe demasiadas penas a determinados segmentos sociais e onde os canais “naturais” de satisfação das necessidades – o esforço individual, a família, o mercado, as redes comunitárias – mostram-se insuficientes. (VIANNA M. L. 1998, p. 24).

Portanto, tende ao desmonte daquela Seguridade Social estatal configurada na Constituição de 1988, constituída na articulação da Saúde, Previdência e Assistência e que ratificava uma proposta beveridgeana⁴⁴. Com esse desmonte neoliberal do padrão de proteção social brasileiro construído em momentos anteriores muitas conquistas se esvaziaram.

⁴² Apud Marta Arretche (1995) e Maria Lúcia W. Vianna (1998).

⁴³ Esping-Andersen, Gosta. As três Economias Políticas do Welfare State. Lua Nova, n. 24, set. p. 85-116, 1991.

⁴⁴ Um adendo: as formulações da pesquisadora anteriormente citada remetem ao contexto político de 1995. Sua idéia era frear as idéias de Reforma do Estado que estariam por acontecer e se efetivar em 1998. Desse modo coloca que a incorporação e tentativa de transferência do modelo americano de proteção social, o chamado modelo residual, onde o Estado apenas assumiria quando as formas privadas de proteção social se esgotam, corresponde a uma americanização perversa da Seguridade Social Brasileira. Dada às disparidades econômicas e sociais do país em relação aos Estados Unidos, a provisão dos serviços se resumiriam em benefícios para os pobres.

3 “QUESTÃO SOCIAL”: DETERMINAÇÕES TEÓRICAS E ANALÍTICAS

Diante das profundas e intensas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade, o conceito de “questão social” tem se tornado alvo de novas interpretações, muitas das quais tendem a naturalizá-la ou abordá-la sem a análise da processualidade que a envolve à Lei geral de acumulação capitalista.

No segundo caso, de acordo com Pastorini (2004, p. 45), a perda de processualidade nas análises da “questão social” é flagrada especialmente na delimitação entre o novo e o que permanece. É o que ocorre tanto nas análises de Castel (1998) quanto nas de Rosanvallon. (1998)

Dada a comumente apropriação de ambas as literaturas pelo pensamento social e político brasileiro e pelos autores do Serviço Social, aqui são destacadas algumas de suas idéias que vão de encontro ao tema estudado.

Pense-se, por exemplo, que nas perspectivas apresentadas por esses autores encontram-se questões que remetem a um questionamento político sobre o futuro padrão de proteção social adaptado às novas manifestações da “questão social”.

Nas entrelinhas, esses questionamentos envolvem temas cruciais do cenário contemporâneo, como a crise dos conhecidos modelos do *welfare states* que redefine o papel do Estado e o sentido mesmo da responsabilidade pública; o esgotamento do chamado modo fordista de produção; as propostas de um novo modelo de proteção social que, além de colocar em movimento uma reestruturação capitalista, inaugurando novos processos de trabalho, impulsionam a reforma dos Estados e governos nacionais e desafiam a agenda clássica de universalização de direitos, aproximando-os dos modelos neoliberais de proteção social.

Portanto, a posição desses dois autores, ambos distantes da teoria social crítica, contém um modo particular em conceber os fenômenos capitalistas. Rosanvallon, oscilando numa tênue fronteira da concepção liberal – mas relator de uma obra referida como expressão do pensamento social democrata – tem hoje passagem garantida no cenário contemporâneo brasileiro, particularmente inspirando os teóricos do “terceiro setor”. Já Castel, apoiado tanto na escola

regulacionista⁴⁵ quanto no pensamento de E. Durkheim, apresenta a relação salarial como espaço da luta de classe e suposto de análise para as novas manifestações da “questão social”, que se apresentam com a crise da sociedade salarial produto do fordismo.

Portanto, reconhecendo a influência atual no debate teórico do Serviço Social, especialmente diante da reestruturação produtiva em andamento, seguem-se algumas considerações acerca das formulações e perspectivas de Robert Castel (1998) e Pierre Rosanvallon (1998).

O historiador Robert Castel, em sua obra “As metamorfoses da Questão Social: uma Crônica do Salário” resgata no contexto histórico da Europa do século XVIII, o panorama histórico da constituição da “sociedade salarial”⁴⁶ moderna e aponta para sua fragilidade, a partir da década de 1970, como a nova determinação da “questão social” no século XX.

Entende que o termo questão social veio a ser usado para expressar a ameaça que a classe operária passou a representar para a ordem social burguesa, expressando uma situação denominada pelo autor como *risco de fratura da coesão social*. Desse modo, analisa questão social como “[...] uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura” (CASTEL 1998, p. 30).

Considera o autor que as novas determinações da “questão social”, que se evidenciaram no pós-1970, trazem o retorno de um perfil de população que se acreditava desaparecido durante o período do Antigo Regime: *o mendigo válido* ou “*vagabundo*”, sob os quais haviam incidido medidas de inspiração repressiva. Desestabilização dos estáveis, sobrantes, supranumerários e invalidados pela

⁴⁵ As bases conceituais mais importante dessa escola se devem ao trabalho de Michel Aglietta (1991) *Regulación y crisis del capitalismo*, publicado em francês em 1976. Os regulacionistas concebem a relação salarial como a relação fundamental que define o modo de produção capitalista. A preocupação central dos mesmos é focalizar como a relação entre o capital e o trabalho é historicamente realizada e regulada, pontuando que a sociedade salarial, produto do fordismo, foi uma mediação entre regulação e acumulação estabilizado. A relação salarial assume, portanto, o espaço da luta de classe, que é descolada para os mecanismos reguladores de um suposto Estado soberano, supraclassista. Na teoria regulacionista, um Estado Social é aquele que totaliza os conflitos, institucionalizando-os e transformando-os em normas sociais que regularizam a relação entre capital e trabalho. (BEHRING, 2002, p. 89).

⁴⁶ “A sociedade salarial é uma construção histórica que sucedeu a outras formações sociais; não é eterna. Entretanto, pode permanecer uma referência viva, porque realizou uma montagem não igualada entre trabalho e proteções.” (CASTEL, 1998, p. 580). Nela “[...] a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social [...] relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda, mas também seu status, sua proteção, sua identidade.” (CASTEL, 1998, p. 243).

conjuntura são as designações que o autor usa para explicar a situação atual do século XX: a crise da sociedade salarial.

No entanto, salienta que permanece o núcleo problemático do trabalho; agora, tendo como expressão uma *desfiliação social*, segundo a qual o trabalhador estaria desfiliado em relação ao trabalho e a sociedade.

Ressalta o autor que se trata de processos desestabilizadores (precarização e vulnerabilização) que combinaram degradação das condições de trabalho e fragilização dos suportes de sociabilidade. Essa condição de instabilidade em que os *supranumerários* se encontram, para ele, desvanece qualquer tentativa que os converta em força de pressão, uma vez que convivem com a ameaça, ora da precarização do seu trabalho, ora pela falta de um trabalho e suas proteções. O crescimento dessa vulnerabilidade de massa estaria indicando a presença de uma “nova” (determinação) da “questão social”. Agora se trata de uma precarização do trabalho alimentada pela desfiliação.

Diante da degradação da condição salarial que continua a se acentuar, e do esgotamento das antigas formas de solidariedade, para Castel (1998) há um único caminho que pode reverter a situação de desagregação da condição salarial: é a reconstrução da sociedade salarial, através de uma outra forma de intervenção estatal: um Estado estrategista (protetor), cuja tarefa primordial seria manter a coesão social.

O recurso é um Estado Estrategista que estenda amplamente suas intervenções para esse processo de individualização, desarmar seus pontos de tensão, evitar suas rupturas e reconciliar os que caíram aquém da linha de flutuação. Um Estado até mesmo protetor porque, numa sociedade hiperdiversificada e corroída pelo individualismo negativo, não há coesão social sem proteção social. (CASTEL, 1998, p. 610).

Para o autor, o papel que essa forma de Estado desenvolve é imprescindível na condução dos processos atuais, sendo possível manter a coesão social quando se atua junto a zona da vulnerabilidade, caracterizada pela precariedade do trabalho.

Ao situar o enfraquecimento da condição salarial como nova determinação da “questão social”, diz se tratar de uma “metamorfose”, quer dizer, há uma nova

problemática, agora tendo como expressão uma *desfiliação social*, mas não outra problemática.

Assim, de certo modo, o autor não partilha concretamente da existência de uma “nova questão social”, assim como o faz Pierre Rosanvallon. Esse, na perspectiva de que o Estado deva responder de forma inovadora aos “novos problemas” desencadeados pela inadaptação dos antigos métodos de gestão, propõe transformar o Estado Providência, em um Estado de Serviços, baseado em ajudas diferenciadas, solidárias e individualizadas.

Argumenta esse autor que no início da década de 1980, o crescimento do desemprego e o surgimento de novas formas de pobreza afastaram o ideal construído com o desenvolvimento do modelo de Estado implantado durante o pós-Segunda Guerra Mundial. Isso estaria indicando uma ruptura com a “questão social” emergente em meados do século XIX, cujos fenômenos se enquadravam nas categorias da exploração do homem, e seus métodos de gestão eram pensados em função do risco coletivo. (ROSANVALLON, 1998, p. 23).

Para ele, não se trata mais de pensar os problemas em função do risco⁴⁷. Essa categoria estaria se mostrando agora inapropriada, pois, a noção de risco que fundamentou o contrato social na formulação do modelo implantado perdera sua legitimidade. Propõe um enfoque da justiça à luz do conhecimento das diferenças entre os indivíduos; o que implicaria uma solidariedade baseada nas ajudas diferenciadas aos sujeitos, enquanto indivíduos e não mais classes em risco, preconizando a idéia de que a solidariedade de classe deva ser substituída pela solidariedade de indivíduos. Para isso, entende ser preciso recuperar os fundamentos técnicos e operativos que subsidiaram o Estado Providência em sua gênese, trazendo para a nova realidade do pós 1970 que, para o autor, se caracteriza como um *Estado Providencia passivo*. (ROSANVALLON, 1998, p. 58).

Lembra que essa forma de Estado (providência passivo) causou um equívoco teórico ao homogeneizar os tratamentos. A universalidade, para o autor, teria inibido os sentimentos de solidariedade, colocando em dúvida a concepção tradicional dos direitos sociais, uma vez que este era medido em função do risco em que cada um

⁴⁷ Na França, o sistema securitário do Estado-Providência “[...] permitia conceber de modo coerente todo um amplo leque de problemas sociais, reunidos na categoria homogênea do risco. A doença e o desemprego podiam ser tratados igualmente com os acidentes. Até mesmo a velhice, em certa medida, era entendida como um risco, já que significava a perda de renda que ocasionava.” (ROSANVALLON, 1998 p. 37).

se encontrava. Para o autor, o Estado Providência funcionava por um “*véu de ignorância*”, pois, ao conceber os riscos de forma homogênea, perdia a racionalidade das diferenças. (ROSANVALLON, 1998, p. 58).

De fato, agora, conscientes de suas diferenças, os membros da sociedade não mais absorviam a nação como uma classe de risco relativamente homogêneos e sim individualizados. O desafio torna-se, então “Pensar a solidariedade conhecendo mais claramente qual é a situação e quais as possibilidades de cada pessoa” (ROSANVALLON, 1998, p.43).

Esse fato concreto de esgotamento do modelo de proteção social, acompanhado do crescimento do desemprego, entre outros, é observado pelo autor como um dos princípios da crise do Estado Providência⁴⁸ e o surgimento de uma “nova questão social”.

Assim, o autor partilha da idéia de que as políticas universais do Estado providência estão ultrapassadas⁴⁹. Portanto, o Estado deveria delegar suas funções com o social à “sociedade civil” ou o “terceiro setor”:

[...] já que nem o mercado [...], nem o Estado [...] podem criar atividades sociais que ultrapassam o Estado providência passivo, a noção do “terceiro setor” surge necessariamente na ordem do dia (ROSANVALLON, 1998, p. 137).

Hoje, a máquina social está funcionando mal. O Estado providência, como foi criado em 1945 e depois desenvolvido, deixou de ser um modelo para o futuro. Seus fundamentos filosóficos e técnicos se frustraram: os princípios e procedimentos de organização da solidariedade não mais são adaptados à realidade; a concepção tradicional dos direitos sociais não é mais verdadeiramente funcional como resposta aos novos desafios da exclusão social. (ROSANVALLON, 1998, p. 151).

⁴⁸ Os abalos sofridos pelo Estado Providência segundo Rosanvallon são de três dimensões que representam também três etapas: a) *a financeira*, onde o autor aponta que na França, desde os anos 70, os dispêndios crescem em torno de 8%, enquanto as receitas elevam-se entre 1 e 3%; b) *a ideológica*, presente nos anos 80, que “[...] traduz a suspeita de que o Estado empresário não administra eficazmente os problemas sociais. Ela corresponde à dúvida a respeito de um instrumental cada vez mais opaco e crescentemente burocratizado, que prejudica a percepção da sua finalidade e provoca uma crise de legitimidade”; e c) *a filosófica*, que ter-se-ia iniciado na década de 90, cujos principais problemas são: a desintegração dos princípios de solidariedade e o fracasso da concepção tradicional de direitos sociais. (ROSANVALLON, 1998, p.24-25).

⁴⁹ Para Rosanvallon (1998) os fundamentos da justiça redistributiva mostram-se inadaptados ao contexto atual, devendo o social não ser mais percebido em termos de risco. Assim, entende que os benefícios devem ser proporcionais à contribuição, devendo o Estado assegurar um mínimo vital. Nessas se daria o exercício da cidadania e da solidariedade.

Essa justificativa de redefinição política e filosófica de uma nova relação entre Estado e sociedade para enfrentar às particularidades históricas das manifestações da “questão social” na atual conjuntura, é relevante quando se está pensando em diminuição do Estado na garantia de direitos sociais de cidadania plena, onde se deslocam ações deste para o setor privado em nome da solidariedade.

Enquanto Castel (1998) coloca que a crise da sociedade salarial requer o resgate do Estado enquanto um Estado Estrategista, o argumento de Rosanvallon (1998) é no sentido de sinalizar a crise do Estado providência acompanhada do aparecimento da “nova questão social”. Para esse autor, a necessidade é a de retomada dos princípios de solidariedade e espírito cívico presentes no pós Segunda Guerra Mundial, princípios legitimadores do Estado providência.

A proposta desse último autor sobre a construção de um Estado-providência capaz de “exercer justiça” através do conhecimento das diferenças entre os homens, dando a eles um tratamento diferenciado, não elimina o problema das desigualdades capitalistas que radica. Conforme lembra Pastorini (2004, p. 59) essa problemática se situa na desigual distribuição da riqueza acumulada pelo sistema produtivo, que tem na exploração dos trabalhadores e na concentração dos meios de produção nas mãos da classe capitalista, a sua origem. Portanto, a preocupação de Rosanvallon (1998) está voltada para pontuar mudanças reformistas, não atingindo o ápice da questão.

Já para autores que, tal como Marx (1998), tomam como base o materialismo histórico, a “questão social” é estruturalmente determinada pela forma social de os homens produzirem bens materiais.

Conforme visto anteriormente, o fio condutor na análise marxiana sobre o Estado o coloca como dependente das relações existentes, sendo impotente diante da contradição entre interesses gerais e particulares presentes na sociedade burguesa. Ainda que o Estado quisesse alterar esse quadro, ao acabar com os antagonismos de interesse entre as classes, logo, estaria acabando consigo mesmo, visto que repousa sobre essa contradição.

Lembra Marx que “[...] o Estado não pode acreditar na impotência interna da sua administração [...] Ele pode descobrir apenas defeitos formais, causais, da mesma, e tentar remediá-los.” (MARX, 1995, p. 81). Desse modo, diz Tonet (1995, p. 63), “[...] não propõe o aperfeiçoamento, mas a extinção do Estado.”

A substituição de uma forma de Estado por outra, desconsiderando a raiz do problema, apenas desvanece uma apropriação ontológica da luta social. Segundo Tonet (1995, p. 52),

[...] os teóricos que se pretendem de esquerda, propõem a substituição desta forma de Estado por outra forma de Estado, como caminho para eliminar os males sociais, o que fazem senão “pensar do ponto de vista da política” e, como consequência, desorientar, teórica e praticamente, a luta dos trabalhadores?

Enquanto Castel (1998) propõe restaurar o Estado, resgatando a proteção social e reconstruindo a sociedade salarial com base em proteções sólidas, para Marx, ainda assim, se mantém intacto o instrumento de reprodução da “questão social”. O mesmo vale para Rosanvallon (1998), ao propor uma forma de Estado que vá ao encontro da redução do Estado nas instâncias da vida social, ficando este na função de cuidar da economia⁵⁰.

Tais categorias, segundo Netto (2001, p. 48), tanto do ponto de vista teórico, quanto do ponto de vista sócio-político, “[...] não resistem ao exame rigoroso na esteira da crítica da economia política marxiana e retrocedem ao nível das utopias conservadoras do século XII”. (grifos do autor).

Assim, a economia política não faz outra coisa além de deslocar para outras esferas uma problemática que se situa na esfera da produção. Por vezes, concebem a existência da contradição, admitindo que “[...] a miséria do trabalhador aumenta com o poder e o volume de sua produção, que o resultado forçoso da competição é o acúmulo de capital em poucas mãos” (MARX, apud FROMM, 1985, p. 89).

Contudo, ainda assim, os ideólogos do Estado burguês e da sociabilidade instituída pelo capitalismo, diz Marx, não admitem a existência de uma base concreta, estrutural, que gera a contradição entre o capital e o trabalho. Isto é, não atacam o problema em suas raízes, demonstrando ao homem sua verdadeira face. (MARX). Isso implica em desvendar a exploração, alienação e reificação do trabalho humano pelo capital. Outra consequência seria ter de conceber o próprio Estado como esfera que conserva esse antagonismo.

⁵⁰ Para Rosanvallon, (1998, p. 106), “[...] o Estado nada pode fazer, ou quase nada, para reforçar os laços familiares ou sociais que constituem uma variável essencial da exclusão. Na impossibilidade de agir de forma direta no ‘social’, o Estado deve desempenhar-se duplamente no ‘econômico’”.

Portanto, não é nova a propensão em deslocar o tratamento da “questão social” para esferas que desresponsabilizam a estrutura (modo de produção capitalista) e o papel articulador do Estado.

Em oposição Marx afirma que a contradição social se manifesta à medida que o Estado, representante de uma classe social dominante, age em função dos interesses dessa classe que emergiu, se fortaleceu, derrubou a velha estrutura do feudalismo e conquistou o poder. Nesse sentido, o Estado expressa essa contradição e legitima seu papel à medida que mantém a contradição e os antagonismos das classes.

É a partir dessas implicações analíticas de Marx sobre o fundamento do Estado e das nuances que ele faz em *O Capital*, onde esclarece a dinâmica do processo de produção do capital, que a tradição marxista entendeu que a “questão social” é histórica e resulta da luta de classe que o processo de industrialização do capitalismo tratou de evidenciar.

A necessidade de apreender o termo pela raiz, isto é, desvendar sua gênese, é tacitamente anunciado por Netto (2001, p. 42), compreendendo que a expressão surgiu para dar conta do fenômeno do pauperismo que se apresentava na Europa Ocidental, quando essa experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no final do século XVIII.

Tomar pela raiz o conceito de “questão social” é, para esse autor, indicar que esta possui um traço mistificador que é próprio do pensamento conservador que a denominou a partir do fenômeno do pauperismo, percebido pelas vanguardas trabalhadoras como uma realidade inarredável numa sociedade capitalista.

Em contra partida, ela fora “[...] convertida em objeto de ação moralizadora.” (NETTO, 2001, p. 44), desvinculando do seu tratamento qualquer medida que tendesse a problematizar a ordem econômico-social estabelecida. A idéia era, sem tocar nos fundamentos da sociedade moderna (burguesa), combater os efeitos negativos da produção capitalista, através de programas de reformas que preservassem a propriedade privada dos meios de produção⁵¹.

No mesmo sentido, Netto (2001) vem falar de uma *tergiversação* conservadora que se instalou na expressão “questão social”, a partir da segunda

⁵¹ Com base na palestra proferida por José Paulo Netto durante a atividade programada “Questão social na contemporaneidade” no programa de estudos de pós-graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP), no dia 06 de junho de 2002.

metade do século XIX, convertendo-a em objeto de ação moralizadora e mistificando a sua real existência enquanto expressão da luta de classe. Nesse sentido, o uso das aspas passou a ser usado pelos que a entendem enquanto contradição social imanente ao modo de produção capitalista.

Marx em seus escritos não adota o termo “questão social”. Trata de uma expressão própria do pensamento conservador, que a concebia enquanto disfunção social da sociedade, passível de ser resolvida pela via da integração dos que estão “excluídos do tecido social”. Um exemplo é o apontado por Castel (1998): pela restauração do Estado. Outro pode ser dado na linha de Rosanvallon (1998): mediante o desenvolvimento de uma nova sociedade que resgate o sentimento cívico de solidariedade.

Contudo, uma vez que o termo se universalizou a expressão “questão social” (com aspas) passou a expressar e significar um posicionamento teórico-metodológico dos autores vinculados ao Serviço Social, preconizando-a, em oposição ao pensamento conservador, enquanto expressão da contradição social imanente ao capitalismo. (NETTO, 2001, p. 45).

Como se sabe essa posição não apenas conceitual, mas política frente à “questão social” foi coroada pelo novo currículo do curso de Serviço Social, sendo referência não somente no atual projeto de formação profissional. Mas, também deve direcionar ações profissionais dos assistentes sociais nos variados campos de atuação.

Assim, com as Diretrizes Curriculares de 1996 coroa-se uma apropriação teórico-crítico da “questão social” no campo da formação profissional e o mesmo se propõe aos assistentes sociais envolvidos cotidianamente em situações que exigem mediações com os processos totalizadores que se apresentam de modos particulares em seus espaços sócio-ocupacionais.

3.1 DETERMINANTES HISTÓRICOS E TEÓRICOS ENTRE SERVIÇO SOCIAL E “QUESTÃO SOCIAL”

Para Marx (1978, p. 120) *a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco*; o mais complexo explica o menos complexo e as formas superiores de

desenvolvimento explicam as formas inferiores de desenvolvimento. Nesse passo, diz lamamoto (2004b, p. 236), a profissão de Serviço Social não se explica por si mesmo, senão a partir de sua inserção na sociedade.

Em havendo um eixo que articula o desenvolvimento sócio-histórico do Serviço Social e a realidade social, acertadamente a categoria profissional reconheceu que esse eixo era a chamada “questão social”. Tal reconhecimento sinalizou o significado social da profissão no cenário do capitalismo e sua institucionalização no conjunto das relações sociais.

Em razão desse traço evolutivo na análise da profissão (certamente um legado marxiano), o Serviço Social se caracterizou como profissão cuja base de constituição trazia a chave para a sua explicação. Esse avanço se expressou num grande esforço entre as vanguardas da profissão em romper com as visões *endógenas* e *focalistas* da profissão que interpretavam a sua profissionalização a partir de uma mera continuidade entre caridade, práticas assistenciais e Serviço Social. Nesse caso, uma interpretação incapaz de apreender as determinações e dinâmicas do capitalismo.

Ao se aproximar de tal problemática, os *muros internos* que aprisionavam a profissão, conforme lamamoto (2004b, p. 20), chega-se a uma das mais claras inflexões que incidiram numa profunda reorientação teórica e ideopolítica do Serviço Social.

De modo geral, foi colocado em evidência o significado social da profissão, inserida nos processos de produção e reprodução das relações sociais. Com a publicação em 1982 da obra intitulada “Relações sociais e Serviço Social no Brasil” foi demarcado, pelos autores Marilda lamamoto e Raul de Carvalho, o entendimento da profissão de Serviço Social como *um tipo de especialização do trabalho coletivo*, concretizando a primeira aproximação rigorosa da profissão ao legado marxiano.

Compreendeu-se, ainda, que os efeitos da relação entre capital e trabalho produzem a chamada “questão social”, fazendo com que o Estado busque responder e amenizar os conflitos de classe, além de criar condições de manutenção da força de trabalho.

Assim, diz lamamoto (2001, p. 76) a profissão vai se colocando enquanto expressão, “[...] de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir os meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada”.

Por consequência, o Serviço Social afirma-se como um dos elementos partícipes da reprodução das relações de classes e seus relacionamentos. Nesse caso, salienta lamamoto (2001, p. 73), reprodução das relações quer dizer:

[...] reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade [...] atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando-se tanto no trabalho, na família, no lazer, na escola, no poder, etc. como na profissão.

Esse avanço analítico, posto em movimento com a Reconceituação do Serviço Social na América Latina, permitiu a profissão de forma lenta e gradual se distanciar de seu tradicionalismo profissional⁵² e orientar-se no sentido de uma maturidade política, teórica e metodológica no final da década de 1970.

Em razão desta, e por circunstâncias sociais e historicamente determinadas pelo contexto brasileiro, a “questão social” é apropriada como ordenador da profissão à realidade social, priorizando o aspecto da luta de classe nos processos em que se inserem os assistentes sociais. A incorporação dessa dimensão implicou na demarcação da ação profissional sendo determinada pelas configurações da chamada “questão social” e não por situações de problemas de ordem individual.

Atenta-se para a perspicácia da obra em tratar, tal como indicava Marx, capital e trabalho como elementos da “*lei geral de acumulação capitalista*”⁵³ e da intervenção estatal na gestão de mecanismos atenuantes aos seus efeitos, através da mediação política instrumentalizada por políticas sociais nas quais atuam, entre outros profissionais, os assistentes sociais.

Nesta perspectiva, capital e trabalho são, pois, elementos constitutivos da chamada “questão social”. Assim, diz lamamoto (2001b, p. 77)⁵⁴:

A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no

⁵² Segundo Netto (2002, p. 117), o Serviço Social tradicional expressava “[...] ‘a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada’ dos profissionais, parametradas ‘por uma ética liberal-burguesa’ e cuja teleologia ‘consiste na correção [...] de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis [...]’.

⁵³ Contida no vigésimo terceiro capítulo do livro publicado em 1867, tomo 2. (Cf. K. Marx, *O capital. Crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultura, vol. I, tomos 1-2, 1983-1984).

⁵⁴ Observa-se com a obra de lamamoto, no início da década de 1980, a expressão “questão social” sendo, pela primeira vez, tematizada por um profissional de Serviço Social. Expressão essa presente de forma pública, no Brasil, na obra de Cerqueira Filho (1982), que contribuiu para a leitura e interpretação desse conceito no interior do Serviço Social, a partir da particularidade brasileira.

cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. (grifos do autor).

Decorre daí que, entre intenções e exercício profissional há um conjunto de determinações. Para a autora (2001b, p. 73), é uma relação onde se tem de uma parte, a *profissão* “[...] como realidade representada na e pela consciência dos seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional”, e a *atuação profissional* “[...] como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas”, donde uma determinada direção social condiciona ações, vontades e/ou consciência dos assistentes sociais.

Assim, verifica-se o caráter contraditório da profissão ao situar-se no interior da sociedade capitalista, participando nos processos de reprodução das relações sociais.

Ao mesmo tempo, essa reflexão teórica sobre esse movimento de reprodução ofereceu argumentos contra as análises que priorizavam unicamente ou o caráter conservador da profissão ou a visão “transformadora e/ou revolucionária” da atividade profissional:

Não se esgota a análise da profissão na afirmativa mecanicista que, sustentando ser o Serviço Social um dos instrumentos a serviço de um poder monolítico, conclui estar a profissão necessariamente fadada a constituir-se num reforço exclusivo do mesmo. Por outro lado, o voluntarismo que impregna a posição oposta, ao considerar o Assistente Social como ‘o agente de transformação’, não reconhece, nem elucida, o verdadeiro caráter dessa prática na sociedade atual. (IAMAMOTO, 2001b, p. 74).

Ao que tudo indica os pressupostos para uma análise sobre os determinantes históricos e teóricos existentes entre a profissão e o conceito de “questão social” passam pela desconstrução no nível do pensamento das visões unilaterais, e partem do conhecimento sobre o significado social e político e mesmo contraditório da profissão.

É prudente lembrar que essas reflexões são colocadas ao Serviço Social no período de 1980. Mas, a profissão alcança seu amadurecimento teórico-metodológico na década de 1990, a partir do acúmulo teórico produzido anteriormente, devido ao aumento qualitativo e quantitativo dos números de cursos de pós-graduação *Lato e Strito Senso*, em todo o Brasil.

Sobretudo a partir da Teoria Social de Marx, a sociedade é compreendida como totalidade concreta, dinâmica e contraditória. Na história das sociedades, essas contradições são marcadas pela presença da luta de duas classes sociais. E na sociedade capitalista, haja dito, essa luta é expressa pelo caráter coletivo da produção contraposta à apropriação privada da própria atividade humana. (MARX, 1998, p. 4).

A maturidade política e teórico-metodológica oportunizada pela apropriação da obra marxiana, ofereceu elementos fundamentais para a profissão construir e consolidar seu projeto profissional. Segundo Netto (1999, p. 104), o coroamento dessa construção ocorre com a constituição do Código de Ética de 1993. Pois, incorporou após a revisão do Código de Ética de 1986⁵⁵, o acúmulo teórico produzido e os elementos trazidos no debate em torno da revisão entre os anos de 1986 e 1993⁵⁶.

Além do Código de Ética de 1993, a Lei de regulamentação da profissão (Lei nº 8662/93) e as Diretrizes Curriculares aprovadas em 1996 constituem-se instrumentos legais que incorporam princípios do projeto profissional do Serviço Social.

A categoria da totalidade, do método e da teoria marxiana representou uma dimensão notoriamente diferente de compreensão da realidade social, oferecendo elementos fundamentais para repensar a profissão no marco da sociedade capitalista em suas contradições engendradas.

Esse reordenamento teórico, político e ideológico nas proposições do Serviço Social marca e fundamenta a construção do projeto profissional na década de 1990, contribuindo para a introdução de discussões referentes a “questão social”.

Portanto, a nova lógica curricular, se organizando a partir da visão de Totalidade, permite articular de forma indissociável o ensino teórico-prático, expresso por Núcleos de Fundamentação que articulam numa única disciplina fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, já que se trata

⁵⁵ O Código de Ética de 1986 representou uma ruptura política com o tradicionalismo profissional, ao expressar o compromisso com a classe trabalhadora e ao compreender o homem como agente de sua história e não predestinado, como afirmava os códigos anteriores (de 1947, 1965 e 1975). (BONETTI et al, 2001).

⁵⁶ Pois, as diretrizes aprovadas em 1996 pela categoria profissional é resultado de um amplo debate iniciado durante a Gestão ABEPSS 91/93, que deliberou, a partir da XXVIII Convenção Nacional da ABESS, ocorrida em outubro de 1993 em Londrina (PR), a necessidade de revisão do currículo de 1982.

de um mesmo processo em que ambas as dimensões se complementam, não podendo ser apropriadas desconectadas.

3.2 A REVISÃO DO CURRÍCULO DE 1982 E AS DIRETRIZES CURRICULARES DE 1996

A partir da adoção da teoria social de Marx e o surgimento de interpretações de cunho histórico-crítico, a profissão passou a tencionar a partir de 1975 críticas às estruturas curriculares de seus cursos de graduação. Essas reivindicações foram sendo canalizadas pela então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) que impulsionou suas convenções em prol da redefinição de um novo currículo para o Serviço Social.

Segundo Pereira (1984, p. 16), a XX Convenção Nacional da ABESS realizada na cidade de Belo Horizonte, entre os dias 4 e 9 de setembro de 1979, tratou especificamente da intenção de propor uma estrutura curricular a ser encaminhada como sugestão ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

Em palestra proferida durante o evento, menciona-se que o currículo mínimo aprovado em 1970 já nascera defasado, pois não refletia as reflexões da reconceituação do Serviço Social.

Essa defasagem se apresentava principalmente pela fragmentação do nos métodos tradicionais de Caso, Grupo e Comunidade; pela omissão de disciplinas que fundamentam o conhecimento de homem e de sociedade; pela dificuldade de inter-relação teórico-prática e pela concepção distorcida do próprio Serviço Social. (PEREIRA, 1984, p.17).

Assim, no ano de 1979, como produto da XXI Convenção Nacional realizada na cidade de Natal, é elaborado um novo currículo, o qual foi aprovado em 1982 pelo parecer 412/82 – CNE.

Esse currículo, e mesmo o Código de Ética de 1986, retratam o movimento de renovação profissional no período. Ambos são expressões de novas práticas-saberes da categoria profissional, incorporando novas exigências e desafios que se apresentavam ao exercício e à formação profissional.

Nota-se no currículo de 1982 a inclusão da pesquisa “[...] como matéria básica, garantindo a sua inserção no âmbito da graduação.” (CARDOSO, 1998, p. 27). Esse pressuposto norteador na formação do assistente social permite colocar em movimento a relação reconhecidamente necessária entre a dimensão investigativa e a dimensão interventiva, constituindo-se princípio formativo e condição para formação no âmbito da articulação entre teoria e realidade.

Assim, a pesquisa torna-se eixo referencial, sendo “[...] uma exigência para a sistematização teórico-prática do exercício profissional [...]” (CARDOSO, 1998, p. 31) e condição fundamental na tentativa de superar a visão do caráter interventivo da profissão como respostas imediatas ausentes de reflexão crítica.

Pautado nas exigências colocadas pela conjuntura do período, sem dúvida, o projeto curricular de 1982 retratou as mudanças nas respostas elaboradas pela profissão à dinâmica social em cada período histórico.

Entendendo que o Serviço Social se altera e se transforma ao se transformar a sociedade sob a qual se insere, as mudanças ocorridas mundialmente na conjuntura econômica da década de 1990 refletiram significativamente na profissão, colocando a necessidade de situá-la nesse cenário de mudanças.

Também foi de ordem marcante o aumento dos cursos de pós-graduação *Lato e Strito Senso*, os quais possibilitaram a produção de conhecimento na área do Serviço Social, em todo o Brasil.

Com esse caminho, a categoria pôde apontar equívocos decorrentes da sua primeira aproximação com a obra da tradição marxista.

Inicia-se, então um novo processo de revisão curricular. Como diretriz, estabeleceu-se a incorporação dos avanços do Currículo de 1982, resguardando, porém, seus aspectos positivos e inovadores e superando as suas debilidades.

Nesse caso, constatou-se a fragilidade das disciplinas de Metodologia, História e Teoria do Serviço Social. Essas, segundo Netto (1984, p. 5) apresentavam-se com possibilidade de seguir três direções pelas escolas: ou reproduzindo os parâmetros tradicionais, ou travestindo-os de modernidade, ou rompendo com o conservadorismo da profissão.

Para Netto, pela primeira via, corresponderia ao que chamou de “Alternativa Eclética Restauradora”. De modo geral, implicava na possibilidade de as escolas substituírem no ensino os antigos “métodos” do Serviço Social (Estudo de caso, Grupo ou Comunidade) mediante ecletismo. Dar-se-ia, então, recuperação através

de uma “síntese” daquelas três modalidades de intervenção: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. (NETTO, 1984).

Na segunda possibilidade (“Solução Modernizante”), estaria uma visão científica do Serviço Social, onde esse teria um método próprio de intervenção social. Exemplo disso é que as formulações teórico-metodológicas de Marx foram apropriadas e/ou reduzida a uma metodologia de intervenção profissional. Já na última hipótese, a via da ruptura, trazia a compreensão de que o Serviço Social não tem metodologia e nem teoria própria, mas possui um estatuto profissional.

Segundo Netto (1984, p.15), nessa última via, a *Teoria do Serviço Social* abrangeria a análise das formulações “teóricas” da profissão e dos “modelos de intervenção”. À *História do Serviço Social* se atribuiria a análise do contexto histórico e sócio-profissional de ambos. E *Metodologia do Serviço Social* promoveria apropriações por parte dos discentes das duas matrizes centrais do conhecimento: a teoria social marxiana e as chamadas ciências sociais, remarcando suas excludências.

O embate que se engendrou em torno das debilidades do Currículo de 1982, sobretudo a despeito da disciplina de *Metodologia do Serviço Social*, revelou que esse processo de mudança e implantação do currículo expressava “[...] uma insuficiente apreensão do método crítico-dialético [...]” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 148), o que exigia aprofundar o debate sobre a vertente marxista na superação das debilidades da formação profissional.

Mobiliza-se, então, um intenso trabalho nas unidades de ensino de Serviço Social do país, tendo como base a apropriação teórico-metodológica da teoria social de Marx, enquanto teoria capaz de apreender a realidade em sua totalidade, e suas determinações (universalidade, singularidade e particularidade).

A partir de um processo coletivo de trabalho, no qual foram realizadas aproximadamente 200 oficinas locais, regionais e nacionais entre 1994 e 1996, em Assembléia Geral da ABESS no Rio de Janeiro é aprovado as Diretrizes Curriculares de 1996, que em 2001 foram aprovadas pelo Conselho Federal de Educação do MEC. (ABESS/CEDEPSS, 1997a).

As considerações que surgiram por conta de toda experiência da revisão curricular no decorrer da década de 1980 e 1990 tentava responder às inquietações que interrogavam sobre qual seria a base que funda a constituição da profissão na sociedade.

A partir da análise histórica da profissão no processo de reprodução das relações sociais capitalistas, compreendeu-se que a chamada “questão social”, requisita através de políticas sociais a necessidade da ação do assistente social.

Dessa forma, entendeu-se que é a partir da inserção do Serviço Social, nos marcos da expansão do capitalismo monopolista e em face das seqüelas da “questão social” no Brasil, que a profissão adquire concretude histórica. É por meio desse eixo fundante que se desdobram as políticas sociais e os padrões de proteção social. (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 149).

Assim, o documento do novo currículo aprovado pelos profissionais envolvidos com a pesquisa e o ensino, sendo fruto de uma elaboração coletiva, marcou e orientou o reconhecimento, no âmbito da formação profissional, do significado social da profissão. Além disso, retoma os pressupostos norteadores da concepção da profissão presentes no currículo de 1982 e os amplia através do vínculo estabelecido entre a profissão e a “questão social”.

Sendo esse o momento propício para novas apropriações e reconstrução de pressupostos norteadores da formação profissional, se pôs em evidência no novo currículo o contexto em que se dá constituição e desenvolvimento do Serviço Social, vinculado à ordem burguesa; os aspectos históricos, teóricos e metodológicos que conformam as condições do exercício profissional na reprodução das relações sociais.

A discussão de tais argumentos significou o esforço em contribuir para uma releitura do exercício profissional que permitisse ampliar a autoconsciência dos assistentes sociais sobre as condições e relações de trabalho em que estão envolvidos. Estas, sendo históricas e mutáveis, estabelecem limites e possibilidade para as ações dos sujeitos.

O tratamento dispensado ao processo de trabalho do Serviço Social, bem como a identificação de sua *prática profissional* como trabalho, foi um dos elementos trazidos pelo novo currículo⁵⁷, além do reconhecimento da “questão social” como fundante do Serviço Social.

⁵⁷ Este estudo não se propôs a trazer a polêmica a cerca da identificação da prática profissional como trabalho. Embora consciente de que se trata de uma discussão ainda não inteiramente saturada e superada, optou-se por centrar apenas no aspecto central que o novo currículo estabelece acerca da “questão social” como eixo ordenador do Serviço Social.

Na expectativa de analisar esta indicação entre os sujeitos da pesquisa, buscou-se ao longo das entrevistas pontuar a relação de existência entre a profissão e a realidade social. Isto é, se para eles haveria um eixo ordenador na constituição do Serviço Social. O que fica manifesto em seus entendimentos é, pois, que a existência de um conjunto de desigualdade social e demandas por direitos que demarcam a relação da profissão junto à realidade social.

Eu acho que o Serviço Social foi criado para atender as demandas sociais. E hoje, dentro da área da empresa, é uma conquista para o Serviço Social, porque você pode trabalhar com as várias políticas, tanto da família, do adolescente, da saúde, e etc. O Serviço Social dentro da empresa é um mecanismo de apoio para os colaboradores. Na verdade ele é uma ponte entre eles e os direitos humanos. (E 6).

Está totalmente relacionada à questão da desigualdade. E na formação a gente houve muito falar isso, que o assistente social foi chamado pra atua nas expressões da “questão social”, na questão social, então é um profissional que ele é chamado pra intervir, e no campo apresentar propostas. E quando fala assim, desigualdade social, perante a questão social, avalia a desigualdade social, desigualdade política, desigualdade econômica [...] (E 5).

[...] os usuários são os mesmo, tanto na saúde, na educação, na assistência. Então a família é a mesma. Eu acredito que o objeto ali realmente é a desigualdade, é a questão social mesmo do nosso sistema. Então, não tem como você dizer assim: eu trabalho só a criança, porque a família ta bem lá. Ou dizer assim: eu trabalho a família e a criança está bem lá. Então é a totalidade do ambiente mesmo, mas o objeto mesmo é essa desigualdade, que se impõe. E, de modo geral, o Serviço Social foi criado pra agir sobre essa desigualdade. (E 7).

Assim, um conjunto de desigualdade social coloca-se como espaço concreto de intervenção do assistente social. A questão da busca e garantia dos direitos como fio condutor da ação do profissional, de par com as proposições de superação da perspectiva da ajuda.

Cabe lembrar que, no cenário de inquietações que buscavam responder qual a base de constituição da profissão em sua relação com a sociedade capitalista, insurgiram alguns questionamentos acerca da “questão social” e se fizeram presentes nos debates precedentes a elaboração da proposta do novo currículo.

“Chega-se mesmo a dizer que colocar a questão social no centro do projeto de formação profissional seria retomar a idéia de ‘situação social problema’, tão caro ao Serviço Social tradicional.” (ABESS/CEDEPSS, 1997b, p. 22). O argumento para

essa centralidade decorre, sobretudo, da necessidade de qualificar as respostas profissionais no cenário brasileiro, num cenário em que a investigação da realidade brasileira mostrava-se como caminho necessário para superar os dilemas da reiterada defasagem entre teoria e exercício profissional cotidiano.

Segundo Yamamoto (2004b, p. 59), a identificação da “questão social” como elemento transversal à formação e ao exercício profissional tem como cerne o desafio de desvendar a gênese das desigualdades sociais:

Importa deixar claro que a questão social não é focada exclusivamente como desigualdade social entre pobres e ricos, muito menos “situação social problema”, tal como foi encarado no Serviço Social, reduzido a dificuldades do indivíduo. O que se persegue é decifrar, em primeiro lugar, a gênese das desigualdades sociais, em um contexto em que a acumulação de capital não rima com equidade.

Frente a esta exposição, pode-se dizer que não se trata apenas de uma mudança de nomenclatura. O significado da ação política do assistente social ganha densidade e destaca o papel da profissão no tratamento às manifestações da “questão social” mediante políticas sociais. Há o rompimento com aquelas concepções que consideram a profissão decorrência necessária da racionalização e organização da filantropia e do assistencialismo, que tratava de explicar o Serviço Social sendo mera evolução da prática da assistência, da ajuda e/ou caridade.

Por meio de uma revisão crítica aos fundamentos conservadores, os investigadores de uma linha crítica envolvidos com a análise da profissão, num procedimento de ir aos fundamentos e à essência do fenômeno/realidade, desvendam os seus fundamentos histórico-ontológicos. Esse desvendamento, indubitavelmente traz como pertinência ao projeto de formação profissional a prescrição de um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em núcleos de fundamentação, constitutivos da formação profissional⁵⁸.

Na fala de uma das profissionais formada no currículo atual é possível encontrar a caracterização do projeto atual de formação profissional como o momento em que se apropria de modo marcante os fundamentos da profissão:

⁵⁸ A nova lógica curricular sustenta-se no tripé dos conhecimentos constitutivos por núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (ABESS/CEDEPSS, 1997a).

Acho que nesse atual projeto fica bem discutida a questão dos fundamentos do Serviço Social. Foram priorizadas as discussões sobre trabalho, seus fundamentos e como o Serviço Social se insere. Também foi muito trabalhado e se destacou muito os fundamentos no sentido da própria “questão social”. Então eu diria que o forte da formação profissional atual é situar e explorar os fundamentos do Serviço Social. (E 5).

Sobre a “questão social”, a necessidade de apreender suas múltiplas expressões e formas concretas assumidas no cenário contemporâneo vai além do aspecto da pobreza. Pois, essas manifestações expressam, “[...] *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais [...]*” (IAMAMOTO, 2001a, p. 17) (grifos do autor).

A privação de bens materiais e a pobreza material são algumas das resultantes da “questão social”, constituindo-se em demandas do Serviço Social. Já em outros espaços sócio-ocupacionais, conforme estratos de falas, demais determinantes se apresentam, exigindo avançar na sua leitura, análise e mediação junto ao espaço concreto de intervenção.

[...] Não dá para estar fechando na questão da pobreza. Hoje nós temos meninos aí que tem pais que ganham 2 ou 3 mil reais por mês; e estão no tráfico. [...] mas o capitalismo exige que você tenha, tenha, tenha. Então, mesmo que o pai te dê uma quantidade, ou te dê uma roupinha comum, não tem limite, ultrapassa. Mas isso é uma ditadura mesmo. Uma ditadura onde você tem que seguir aquelas regras, aquelas normas, aquela moda. Entende? É muito mais profundo. Hoje não é só a questão da desigualdade. Eu acho que é muito pior até. (E 7).

[...] Em alguns casos se pode trabalhar diferente, mas se for ver todos os adolescente que estiveram por aqui eles também tiveram a violação de algum direito. Talvez eles não apresentassem uma desigualdade social, mas uma desigualdade perante a sociedade. (E 5).

Portanto, as múltiplas expressões que a “questão social” assume no espaço concreto dos assistentes sociais exigem destes explorar particularidades. Todavia, é ingênuo acreditar que a intervenção profissional, em uma vertente crítica, irá responder por ações transformadoras, voltando a ver no Serviço Social um instrumento de transformação social. Ora, como base de fundação sócio histórica da

profissão, as contradições sociais do modo de produção capitalista engendram a totalidade dos indivíduos sociais, tanto na órbita material quanto espiritual, isto é, intelectual, cultural e moralmente. Isto quer dizer que, não está nas mãos do profissional “resolver” com políticas sociais situações e atitudes produzidas e reproduzidas constantemente na sociabilidade instituída pelo capitalismo.

Mas, justificativas que se baseiam na ótica da intervenção sobre os “problemas sociais” apresentados por grupos e indivíduos quase sempre se baseiam em critérios éticos e morais: fome, pobreza, trabalho infantil, violência, tráfico, consumo de drogas, devastação do meio ambiente, prostituição infantil, entre outros. Algumas dessas situações expressam, de uma parte, o quanto a sociedade pode tolerar/justificar seus “problemas sociais” (como é o caso da fome, velhice, analfabetismo) transformando-os em objeto de dever moral e cívico de ações filantrópicas e caridosas, já que, de imediato, não representam ameaça à ordem social vigente. (GOHN, 2000, p. 338). De outra parte, ao invés do discurso humanitário de filantropia em prol de ações moralmente justificáveis sobre os ditos “problemas sociais”, há um processo de criminalização da “questão social”, especialmente quando se trata de manifestações consideradas ameaça à ordem social e a própria segurança individual de grupos.

Assim, homicídio, violência, roubo, entre outros são apropriados como ações de *classes perigosas*, por isso sujeitas a repressão e violência. Desse modo, ao apropriar manifestações da “questão social” como problemas de violência e caos, o tratamento é: segurança e repressão. Obstaculiza-se, assim, toda e qualquer manifestação de setores sociais subalternos na cidade e no campo que possam trazer o gérmen da subversão da ordem social vigente⁵⁹.

E “Quando se criminaliza o ‘outro’, isto é, um amplo segmento da sociedade civil, defende-se, mais uma vez, a ordem social estabelecida.” (IANNI, 1991, p. 6), reciclando, dessa forma, segundo Iannotti (2001a, p. 19) a noção de classe perigosa – não mais laboriosa, e por isso sujeita a repressão e extinção.

Por isso, não se trata, pois, de apenas um cuidado em substituir a expressão “situação social problema” por “questão social”. Enquanto uma expressão tem como

⁵⁹ Essa confusão entre problemas sociais com “questão social” também foi muito bem desenvolvido por Gohn (2000). Confusão que retira do foco a contradição social entre capital e trabalho e desloca o problema para a esfera das relações sociais, logo se acredita resolve situações nas quais a “questão social” se expressa (exclusão, violência, desemprego, analfabetismo) mediante a inserção, como se o problema se focasse nas relações entre os indivíduos e não capital-trabalho.

perspectiva teórica o indivíduo em seu meio como produtor de seu próprio problema (daí a pretensão de voltar a conceber o Serviço Social como instrumento de transformação social), outra considera as disparidades sociais, políticas, culturais ocasionadas pela relação capital/trabalho como determinantes nesses processos de constituição da profissão.

Cabe lembrar que desde a sua gênese o Serviço Social teve na “questão social” a sua base fundante⁶⁰. Contudo, as elaborações teóricas e prático-profissionais influenciadas pelo pensamento conservador dominante no interior do Serviço Social tradicional impediam a compreensão sobre os fundamentos histórico-ontológicos da profissão. A adoção do termo como tradução do seu “objeto” de trabalho é um fenômeno decorrente do patrimônio teórico a partir da década de 1980.

De uma parte, a fala enunciada abaixo parece supor um nivelamento dos termos “situação social problema” e “questão social”, entendendo esta última como a mais atual especificação das ações do assistente social na atualidade, sendo, portanto, uma constante “necessidade” colocar/encontrar a existência de um objeto profissional do Serviço Social:

Eu entendo que a questão do termo [questão social] ele seja sempre um exercício de busca de identidade. Num determinado momento da minha formação se falava situação social problema. [Então], a gente ouve termos diferenciados se referindo para explicar um objeto de intervenção, de abordagem, de ação do Serviço Social. Mas o que eu entendo: o termo em si “questão social” não participou da minha formação profissional, mas a gente acompanhando os estagiários você consegue ver que ele ta presente, ta em voga, é o termo do momento. Mas, assim, basicamente eu entendo que ele se refira continuamente a mesma. [...]. (E 8).

De outra, possivelmente pode ser apropriada como um entendimento de que os fundamentos do Serviço Social na sociedade ontologicamente sempre estiveram pautados, ou melhor, se devem a “questão social”. O que leva a concluir que em momentos anteriores, ainda que a designação sinalizasse para outros determinantes (como os problemas psicossociais do indivíduo), a “questão social” estava posta,

⁶⁰ Mas, sobretudo, a partir de um concreto tratamento da “questão social”, num momento específico do desenvolvimento histórico da sociedade. “Daí a consideração de que as conexões genéticas do Serviço Social não se entrecem com a questão social, mas com suas particularidades, como campo de mediações, no âmbito da sociedade burguesa” (GUERRA, 2004, p. 31).

ainda que não abstraída pelo pensamento sob a forma de um conceito. E era ela, indubitavelmente, que colocava a necessidade de uma intervenção, como caso de política e até de polícia.

De fato, o tratamento analítico atribuído à “questão social” não se identifica com a “situação social problema” ou com os “problemas sociais”. Haja dito, a diferencialidade se faz não apenas na nomenclatura, como também na forma de abordar e interpretar o papel social da profissão em seus espaços sócio-ocupacionais.

Pensada como sinônimo de “problema social” ou fenômeno social, o conceito de “questão social” esvazia-se dos seus nexos constitutivos interpretados pela tradição marxista como sinônimo de luta de classe. E, assim, torna complexo e ambíguo não apenas o entendimento sobre seu significado e fundamento do novo projeto curricular, como, ainda, desvanece a pretensão de opor-se radicalmente a ação profissional como um processo de ajuda. Mas, esta caracterização vem ocorrendo em alguns espaços profissionais, conforme expressa a seguinte fala:

Nós temos hoje colaboradores que não tem condições de cursar um banco da universidade, tentar melhorar a qualidade de vida, no entanto ele luta, ele luta por isso, ele conquista os direitos dele. No entanto, tem aquele colaborador que teria condições de estar melhorando a sua qualidade de vida, porém ele não almeja. Então cabe ao Serviço Social ta enxergando isso, incentivando ele. E ai o trabalho individual é a base. (E 6).

Portanto, “situação social problema” ainda se coloca no atual cenário com dimensões presentes na forma de ver e interpretar a realidade social no qual se situa o profissional. Em tais situações, o significado do conceito “questão social” escapa de uma formulação precisa, sendo apropriado ao mesmo tempo como conceito abstrato que se refere a tudo o que acontece nas relações sociais:

Eu acho que a “questão social” é um tema bem abrangente. Acho que tudo o que envolve a sociedade, a família, o Estado, as relações como um todo. (E 6).

É preciso ter claro que o fundamento da apropriação da “questão social” como base da profissão a distingue do que é próprio ao pensamento conservador, o qual converte em objeto de ação moralizadora, sendo mistificada seu dado ontológico.

Nele sua real existência, enquanto expressão da luta de classe, é apropriada enquanto disfunções na capacidade de uma sociedade se manter coesa, tal como indicada na obra supracitada do historiador francês Castel.

Ora, a “Questão social”, na perspectiva teórico-analítica em que é abordada pelas diretrizes “[...] não tem nada a ver com o desdobramento de *problemas sociais* que a ordem burguesa herdou ou com *traços invariáveis da sociedade humana*; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital.” (NETTO, 2001, p. 46).

Portanto, a *questão social* mistificada, descolada de seu marco de contradições e antagonismo que a engendram e convertida em objeto de ação moralizadora, constitui-se uma pérola do conservadorismo.

É importante ainda observar que a introdução deste debate no interior do Serviço Social não foi fruto da importação do pensamento europeu. E sim foi impulsionado exclusivamente pelo processo de construção do projeto profissional ao nível nacional na década de 1990, sob a luz da teoria social marxiana.

Ainda assim, na órbita do capital e de sua tendência a reduzir ao nível do pensamento formal-abstrato o conhecimento da realidade, se conecta uma boa parte das respostas governamentais às manifestações da “questão social” (nesse caso, problemas sociais).

Sua significação como disfunção ou ameaça, ou aporia que põe em risco a coesão social de uma sociedade a desloca para problemas sociais da sociedade, advindos de desequilíbrio entre acumulação e regulação social⁶¹. Com isso, tende-se à autonomização das suas formas de expressão, suas manifestações, sua aparência. Sobre essa relação, lembra Coutinho (1972, p. 24):

Aparência e essência são momentos constitutivos da realidade objetiva. Todavia, entre esses dois níveis do real pode sempre existir, em maior ou menor intensidade, uma contradição ou mesmo um antagonismo. Uma representação científica da realidade, assim como um praxis ampla e eficaz, demandam o estabelecimento de uma mediação dialética entre os mesmos, na qual a aparência seja dissolvida na totalidade que revela a essência.

Assim, exige um processo de consciência política de sua existência real, do mesmo modo que não se esgota nesse espaço de percepção imediata. Mas, em se

⁶¹ Cf. em nota no capítulo anterior sobre a escola de regulação francesa.

tratando de realidade existente, na fala seguinte parece não haver dúvida que ela representa uma situação especificada pela sociedade capitalista:

Questão social é tudo que envolve as problemáticas. O que é questão social? É a questão do desemprego, da desigualdade, da saúde. É o conjunto de problemáticas existentes no nosso mundo capitalista. Entendo isso, resumidamente, sem muita base teórica. (E 7).

Portanto, em se tratando de como ocorre a apropriação da “questão social” entre os sujeitos da pesquisa, até o momento percebe-se que é predominante aquela em que a “questão social” é apropriada enquanto fenômeno que ocorre no interior da ordem capitalista, em sua forma singular existente, sem necessariamente ser re-construída em forma de concreto pensado; o que implicaria o movimento de apropriação do processo de elevar a conceito o movimento do objeto.

Comenta Iamamoto (2001a, p. 9) que é proeminente a necessidade de apreender as múltiplas expressões e outras formas concretas da “questão social”. Contudo, a *pulverização, fragmentação e autonomização* de suas expressões impedem o *resgate da origem da questão social imanente à organização social capitalista*.

Ao anular as particularidades ou determinações fundamentais do conceito, reforçam-se a perspectiva de disfunção social, reproduzindo-a sob essa significação na sociedade, onde predomina a racionalidade formal-abstrata.

Esse modelo, diz Guerra (1997, p. 51), sendo um modelo hegemônico peculiar a esta ordem social, “[...] vem exercendo predominância nas formas de ser e pensar do/o Serviço Social, nas concepções e práticas da profissão e, conseqüentemente, tem sido historicamente uma mediação na formação profissional”.

Embora não seja o um único padrão de racionalidade vigente na ordem burguesa, para a autora o que há é uma similitude entre um determinado padrão de pensamento e a ação e o processo social próprio à ordem burguesa. Então, em busca de atribuir um estatuto teórico e ético-político ao exercício profissional que respondesse aos desafios da história presente, as novas diretrizes reafirmam a importância em tematizar profissão e realidade. Desta determinação, é exigido ao profissional o conhecimento da situação, do cotidiano da sua ação, dos seus meios

e condições de realização, das possibilidades que a realidade contém e das tendências que sua ação poderá desencadear. (GUERRA, 1997, p. 61).

Numa abordagem crítica é colocado “[...] a questão da divisão da sociedade em classes, cuja apropriação da riqueza socialmente gerada é extremamente diferenciada.” (YAZBEK, 2001, p. 33).

Assim, a nova racionalidade do Serviço Social na abordagem do significado deste conceito e no enfrentamento das seqüelas da chamada “questão social”, coloca a necessidade de um tipo de intervenção determinada e amparada sob os núcleos de fundamentação da formação profissional.

3.3 A DIMENSÃO DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”

A intervenção profissional dos assistentes sociais constitui-se desde a década de 1990 questão central no debate acadêmico e nos espaços interventivo.

No novo currículo proposto pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política formam os pilares da formação profissional, sendo imprescindíveis ao desenvolvimento de atitudes investigativas e interventivas no processo de intervenção profissional sobre as manifestações da “questão social”.

Ao ser apropriada como base para a intervenção profissional, a “questão social” coloca o desafio em apreender as particularidades de suas manifestações nos espaços da saúde, educação, previdência social, assistência social, entre outros.

Precisamente, a investigação como *locus* para a ação parametrizou o balanço crítico da profissão no início da década de 1980. Possibilitou reflexões nos diferentes espaços. De qualquer modo, se firmou como suposto para o exercício profissional, permitindo à instrumentalidade⁶² do Serviço Social em construir mediação que

62 “[...] falar de instrumentalidade do Serviço Social remete a uma determinada capacidade ou propriedade que a profissão adquire na sua trajetória sócio-histórica, como resultado do confronto entre teleologia e causalidade. Estamos, pois, nos referindo às propriedades e às capacidades sócio-históricas que a profissão vai adquirindo no confronto entre as condições objetivas e as posições teleológicas de seus agentes profissionais e dos agentes sociais que demandam o exercício

realize a passagem das análises macroscópicas, genéricas e de caráter universalista à particularidade da intervenção profissional; espaço por excelência no enfrentamento das manifestações da “questão social”. (ABESS/CEDEPSS, 1997a, 1997b).

A instrumentalidade do assistente social é pensada como condição necessária ao exercício profissional. *A base de sustentação das ações instrumentais está nas próprias condições objetivas e subjetivas nas quais o exercício profissional se realiza, sendo propriedade/capacidade historicamente construídas e reconstruídas pela profissão.*

No que se refere ao aspecto instrumental-operativo das respostas profissionais, percebe-se, contudo, uma tendência em “[...] atribuir aos instrumentos e técnicas, muniçadores da intervenção, um *status* superior àquele que é dado aos demais componentes da prática profissional.” (GUERRA, 2005a, p. 168). (grifos do autor). Nesse caso, esse nível da instrumentalidade do exercício profissional exprime uma adaptação ao pensamento dominante.

Para evitar equívocos, o esforço deve orientar-se no sentido de apreender as implicações em que se gesta pensamento e ação, e como se processa a construção do saber profissional, isto é, o conjunto de conhecimentos que orientam a intervenção do assistente social sobre as manifestações da “questão social”. O fator subjetivo na escolha de referências teóricas que iluminem a ação tendem a ser dominantes, mas explica Guerra (1997, p. 62):

[...] este fazer deve estar amparado por uma teoria social (tomada como uma forma de explicação macroscópica da realidade social) que, no limite, depende da escolha do sujeito – o que não significa que seja uma escolha individual episódica ou aleatória. Trata-se de uma escolha que requer o conhecimento dos fundamentos filosóficos e epistemológicos, da vinculação dessa teoria a um projeto de sociedade e, sobretudo, do sentido que elas possui para as forças políticas mais avançadas. E, ainda, o fazer a que nos referimos exige que o profissional detenha o domínio do método que lhe possa servir de guia ao conhecimento, conhecimento que lhe possibilitará estabelecer estratégias e táticas de intervenção profissional.

profissional, entre as respostas profissionais e as demandas colocadas à profissão, as quais atribuem-lhe determinados significados e reconhecimento social, que precisam ser compreendidos” (GUERRA, 2000, p. 6).

Não implica, portanto, apropriar o *saber-fazer*, abstraído do conhecimento sobre o porquê fazer. É preciso evitar, ainda, atribuir ao saber teórico a função transformadora da realidade.

Contudo, o modo específico pelo qual se dá a inserção do assistente social na divisão social e técnica do trabalho tende à “enquadrá-lo” como profissão de caráter eminentemente técnico. Por vezes acredita o assistente social poder eximir-se da reflexão teórica “[...] e fixar seu foco de preocupação no seu cotidiano profissional, para o que os modelos analíticos e interventivos, testados e cristalizados pelas suas experiências e de outrem, são suficientes.” (GUERRA, 2005a, p. 170).

Para este perfil instrumentalista do exercício profissional no qual competência é o saber-fazer compactua um quadro referencial teórico que prioriza o domínio de modelos de intervenção, de metodologias, de instrumentos e técnicas.

A tendência presente em atribuir aos instrumentos e técnicas, municiadores da intervenção, um status superior aos demais componentes se percebe no meio profissional. Decorre daí a concepção de que o atual projeto de formação profissional estaria permitindo lacunas que separam formação e atuação profissional, havendo, portanto, uma falta de integração entre a universidade/formação (teoria) e as exigências postas no cotidiano profissional (prática). Tal entendimento pode ser observado nas seguintes falas:

O projeto contempla a questão do projeto. Eu apenas mencionaria a questão institucional, de execução e implementação, principalmente no que compete a distancia entre teoria e prática. (E 8).

A formação profissional é um campo que tem tido muitas discussões teóricas, mas precisa adequar-se às exigências postas no cotidiano profissional. Os alunos (estagiários) apresentam muitas deficiências no campo instrumental, na capacidade de observação, análise, escrita e intervenção. (E 1).

Ao conceber formação e intervenção profissional sob a dicotomia teoria e prática, comumente coloca-se a “prática” como momento de articulação entre teoria e prática. Dado a um possível distanciamento a existir em meio a exercício e ensino, caberia ao campo do exercício da “prática” fornecer indicativos e a formulação de procedimentos válidos. Sob essa ótica se constrói, ainda, uma concepção equivocada de estágio como locus de articulação entre teoria e prática; e mesmo ainda: aplicação da teoria na prática, conforme expresso na seguinte fala:

Avançou muito. Agora está mais completo. Mas necessita ter mais rotatividade no conhecimento dos campos de estágio, isto é o estagiário poderia ter mais opção de mudança de estágio durante esses dois anos. Pois, além das oficinas que buscam aproximar o aluno das áreas da profissão, poderia haver essa opção. Os campos são muitos diversificados e o aluno que fica restrito apenas a um campo de estágio durante toda a sua formação, acaba tendo uma única experiência. Quanto mais fosse também passado o vasto campo de possibilidades de atuação do Serviço Social, mas se vê espaços a serem conquistados, além dos tradicionais de atuação. (E 6).

O atual projeto vem de encontro à realidade e a necessidade dos usuários e os estagiários. Nos campos de estágio podem compreender e vivenciar a teoria. (E 3).

Essa fala revela o que se apontava anteriormente da consideração da prática como fundamento teórico, como substrato material nas construções teóricas. Contudo, algo bem diferente é qualificar o primado da prática sobre a teoria, e, assim, o primado da ação cotidiana profissional sobre a formação profissional, entendendo que “na prática a teoria é outra”.

É preciso conhecer os estágios como uma das exigências da profissão, e que as requisições sócio-institucionais são emergentes e o que se tem hoje não se terá daqui a alguns anos e vice-versa. Daí a importância de se entender que a dimensão formativa que se dá na realização dos estágios não se reduz ao treinamento de alunos e não deve se eximir da indissociabilidade dos componentes ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo da formação profissional. A importância desse entendimento se dirige não apenas na relação que se faz entre análise e ação/intervenção, no sentido dos encaminhamentos dados no espaço sócio-ocupacional, mas também se articula à concretização do atual projeto de formação profissional. Quer dizer, ao serem supervisores de estagiários em seus espaços de trabalho, os profissionais interferem com suas proposições e visões de mundo no processo ensino-aprendizado do futuro assistente social e na construção de leituras das manifestações da “questão social”. Como se sabe, a supervisão de estagiários do Serviço Social é uma atribuição privativa do assistente social, amparada no Artigo 5º da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/1993). Seu objetivo maior, conforme Guerra (2002, p. 11) é

[...] o desenvolvimento do potencial reflexivo e capacidade analítica, pois é o espaço privilegiado para que o aluno possa ampliar as possibilidades de análise, compreender as dimensões constitutivas das questões específicas que se põem ao campo, superar o nível de uma racionalidade imediata que é própria da vida cotidiana, uma vez que aí se colocam ao aluno fenômenos concretos, sínteses de múltiplas determinações.

Significa que a relação entre supervisor de campo e o estagiário constitui-se elemento importante, embora não único, da formação profissional, permitindo inserir e integrar o estagiário no espaço ocupacional. Desse modo, a interferência do supervisor de campo se faz no sentido de definir e orientar as atividades do estagiário de forma a possibilitar as proposições, construções, reflexões e críticas frente às demandas institucionais e sociais. (IAMAMOTO, 2004, p. 285). Suas atribuições desenvolvidas cotidianamente devem ir ao encontro da apropriação da realidade como um todo complexo que, num primeiro momento, permite uma representação caótica e obscura do todo. (MARX, 1978, p. 116). E, por isso, é engano conceber “o primado dessa prática sobre a teoria”, pois as ações cotidianas se realizam por meio de “saberes”, gestados na vida cotidiana ou por elaborações teóricas construídas. Assim, a grande questão de fundo é a capacitação teórica e metodológica em refletir e problematizar alternativas no espaço cotidiano no enfrentamento às manifestações da “questão social”.

Por sua vez, a questão da formação profissional não é uma questão restrita ao âmbito acadêmico, mas acompanha o exercício. Entendendo que formar significa preparar cientificamente quadros que respondam as exigências sócio-históricas do projeto profissional. Quadros que ao atuar sobre as expressões da “questão social” se posicionem criticamente frente realidade social e coloquem em movimento ações conscientes. O embate, porém, opera em termos operacionais. Diga-se: de que maneira os conteúdos de natureza teórica podem contribuir na formação de um profissional que responda competentemente às demandas da realidade social? Conforme menciona uma assistente social entrevistada:

[...] o problema maior no momento da formação profissional é o de não perceber a conexão ou importância de estar estudando tais e tais teorias. E demora um pouco para perceber no dia a dia a importância que aquele conhecimento adquirido no período pode trazer. Quem sabe o desafio está em como ensinar essa conexão. (E 4).

A questão de como os conteúdos teóricos podem contribuir com a formação de atitudes, habilidades, valores e competências na direção técnico-operativa, teórico-metodológico e ético-política, coloca-se, sobretudo, como um problema de ordem instrumental:

[...] teve muitas mudanças, mas ainda é necessário que repasse para os estagiários, os instrumentais do Serviço Social, pois percebe-se dificuldade destes no momento que insere-se na prática profissional. (E 2).

Iamamoto (2004b, p. 94) chama atenção para os *condicionantes internos e externos* que atuam sobre a ação profissional. Isto é, os que dependem do desempenho do profissional, e aqueles determinados pelas circunstâncias sociais nas quais se realiza a “prática” do assistente social. De modo geral, define prática profissional como a atividade do assistente social efetuada na relação com o usuário, os empregadores e os demais profissionais.

Este apontamento traz a importância de situar a relação que se estabelece entre essa profissão e a “questão social”, que visto que não acontece de forma direta, mas mediada por políticas sociais.

Na compreensão de Iamamoto (2001a, p. 27), embora prevaleça o perfil de *executores terminais* de políticas sociais, ele não é mais exclusivo, pois os profissionais vêm sendo chamados a atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas, especialmente nos municípios, orientação de Conselhos de políticas públicas, entre outras atribuições que valorizam o compromisso da profissão na garantia de direitos de cidadania.

Na questão do modo pelo qual é entendida a relação entre a profissão e a realidade social e o que há em comum entre os vários campos e especificidades que marcam o exercício profissional, aparece essa atribuição como pano de fundo no seguinte comentário:

Independente do campo, da área onde estiver inserido o assistente social, há algo que é comum, [...] E o que eu entendo justamente que seja em comum e o que torna possível a inserção em inúmeros campos é a questão da defesa dos direitos sociais, eu acho que aí é a grande questão. Se eu estou inserida, que seja na área da educação, na área empresarial, seja numa Ong, assim, com focos

em determinadas e diferentes ações, seja com deficientes, família, criança e adolescente, enfim seja qual for o seguimento, o que se destaca é a defesa dos direitos sociais e a garantia do acesso a esses direitos. Esse para mim é o foco central. (E 8).

Neste item em que se discute a intervenção profissional sobre as manifestações da “questão social”, há, portanto, de se considerar o avanço em apropriar “questão social” como central no exercício profissional, especialmente quando se contrasta com o *Serviço Social tradicional* que se amparava numa interpretação pessoal fundamentada na situação social problema, deslocada da perspectiva de direitos e da situação de classe. Outra questão é a própria evidência dada a partir do novo currículo ao caráter interventivo da profissão, engendradas por formas de pensar dos assistentes sociais, implicando em formas de agir e de instrumentalidade da profissão - isto é, capacidade ou propriedade resultado do confronto entre finalidades e causalidades.

Com esse confronto operado no espaço do exercício profissional, não há uma relação direta entre Serviço Social e “questão social”, entendendo que depende apenas de sua intervenção, ainda que consciente, uma transformação e/ou superação.

Conforme lembra Maria Augusta Tavares⁶³, não se pode atribuir à profissão o que é imanente à sociedade capitalista, à ação política macroscópica própria do antagonismo entre as classes sociais. No entanto, à medida que a profissão assume politicamente esse desafio como objetivo conforme expresso no Projeto Ético-Político Profissional torna-se primordial construir e se apropriar das possibilidades, dentro dos limites profissionais, de contribuir para seu enfrentamento.

E, assim, importa refletir sobre as possibilidades de construir mediações entre o projeto profissional e a intervenção sobre as expressões da “questão social”.

A investigação que segue uma perspectiva de produção de conhecimento na perspectiva crítico-dialética marxista, a própria investigação é a forma de apreensão do real. As mediações são inerentes ao método dialético. Por meio dessas o assistente social deve reconstruir as reais conexões com uma totalidade maior: a sociedade capitalista. Expressões como: violência, exclusão, desemprego, falta de moradia, fome, analfabetismo, adoecimentos, entre outros, não devem ser

⁶³ Comunicação na Oficina da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, Florianópolis, 2006.

estudadas de forma isolada e desvinculada dos determinantes sociais, políticos e históricos que os engendram; ou seja, estão inseridos numa totalidade complexa.

A não consideração dessas determinações traz como tendência a autonomização dessas partes menores – a autonomização das expressões da “questão social”. Como já observado, deslocadas da relação entre capital e trabalho e da luta de classe, a “questão social” é reduzida a meros problemas sociais.

Esse desafio politicamente assumido pela profissão caracteriza o perfil exigido de profissional. Daí a necessidade da formação continuada.

Logo, os enfrentamentos da “questão social” envolvem mediações que podem ser construídas no interior da sociedade capitalista, embora não se reduzam às estratégias reconhecidas como legítimas para esse enfrentamento; quer dizer, as políticas sociais.

Assim, a ação não se reduz ao seu aspecto técnico interventivo. Imprescinde de um componente ético-normativo que o envolvem. Exige, ainda, um compromisso político assumido pelo profissional pelos segmentos populares que permite destacar sua ação para além das requisições institucionais.

Correndo o risco do simplismo, é possível expressar a seguinte definição a cerca do redimensionamento da profissão, coroado pelo novo currículo, quanto à “questão social” como base fundante da necessidade de intervenção profissional: as Diretrizes Curriculares de 1996 colocam a “questão social” como eixo ordenador da intervenção profissional; afirmativa essa que rompe com a visão de situação social como base no indivíduo descolado de sua situação de classe.

Assim, o Serviço Social intervém nas manifestações da “questão social” por meio de políticas sociais, seja por meio de programas, projetos ou ações.

O diferencial se faz quando, ao atuar sobre as manifestações da “questão social” tende reproduzir, sob o crivo da falsa consciência do real (razão formal-abstrata) ações que incorporam a despolitização da “questão social”, assumindo, ainda, em suas ações uma postura, como diz Iamamoto (2004a) fatalista, ou ainda, messiânica; incapaz de reconhecer o caráter contraditório da própria profissão de Serviço Social e mesmo as possibilidades que se colocam.

3.4 A “QUESTÃO SOCIAL” NO SERVIÇO SOCIAL

Primeiramente, a crítica neste documento põe em evidência que “questão social” deve ser entendida enquanto “[...] um termo, uma expressão que mais esconde do que permite elucidar seu conteúdo concreto como expressão da luta de classe, de resistência e organização dos trabalhadores.” (GUERRA, 2005b, p. 252). Portanto, este estudo se opõe radicalmente a qualquer preocupação conceitual ao objetivar a apropriação da “questão social” no universo dos assistentes sociais sujeitos da pesquisa. Mas compreende que a enevoada apropriação do conceito (descolado das reais categorias que o envolve) inviabiliza a construção de posturas, encaminhamentos e ações críticas e construtivas frente à realidade. E, nesta ordem, dimensionam-se obstáculos concretos frente ao projeto profissional no sentido de estratégias de enfrentamento das expressões da “questão social” em oposição ao projeto neoliberal.

Como premissa coloca-se a análise da “questão social” sendo indissociável das configurações assumidas pela relação entre capital e trabalho. Implica considerar a contradição entre as forças produtivas e o desenvolvimento da sociabilidade humana, num movimento em que a reprodução da desigualdade social acompanha a reprodução ampliada da riqueza.

Nesta ordem, a análise da “questão social” remete ao modo peculiar de produção e exploração que revelava no século XIX ser “[...] *radicalmente nova* a dinâmica da pobreza que então se generalizava.” Pois, pela primeira vez na história registrada “[...] *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*” (NETTO, 2001, p. 43).

No modo peculiar de exploração na sociedade capitalista *se efetiva* um marco de contradições e antagonismos. Assim, “questão social” é mais que problemas e/ou manifestação social. É a expressão (conceitual e concreta) da sociabilidade erguida sob o comando do capital, com todos os efeitos sociais que emergem da luta pela apropriação da riqueza social criada a partir do trabalho não pago.

Se, como dizia Marx (1998, p. 4) história de todas as sociedades até hoje é a história das lutas de classes, a especificidade desta luta na sociabilidade do capital é permeada pela contradição antagônica. Não é algo que sempre existiu, mas um traço peculiar dessa sociedade, e imanente a ela.

A herança conservadora desde sua formulação, por volta de 1830, carrega sutis interpretações orientadas ao cenário contemporâneo. Como os observados por Pastorini (2004), o traço mais evidente é a difícil delimitação entre o novo e o que permanece.

Nessa tarefa, o risco de incoerência acompanha alguns argumentos dos sujeitos entrevistados:

Por “questão social” eu entendo realmente essas expressões de desigualdade que são materializadas em problemas sociais, em problemas econômicos em problemas políticos. Não significa que é algo que surgiu a partir de tal momento, mas entendo como algo que sempre existiu. [...] A questão social ta posta e dada pela sociedade capitalista, mas as respostas que nós vamos ter pra expressões, enquanto formas de enfrentamento, ela vai ser também viável a partir da intervenção da sociedade civil, na verdade a partir das pressões que a sociedade vai exercer. (E 5).

Uma importante discordante e sinuosidade no argumento consiste em entender a “questão social” como algo que sempre existiu, ao mesmo tempo em que é enfatizada como traço evidente da sociedade capitalista.

É comumente na tarefa analítica de problematizá-la no cenário contemporâneo que se arriscam avaliações que se opõem a tese de ser a Revolução Francesa e industrial o berço da “questão social”. Algumas dessas avaliações (em especial a recente análise de Heller e Féhér)⁶⁴ até mesmo insistem em significá-la como decorrência natural do progresso tecnológico e social. Ambos os autores partem do pressuposto de que determinadas problemáticas sociais (tais como pobreza, sofrimentos físicos, indigência, desigualdades de gênero, entre outro) seriam problemas milenares. Para eles: uma característica quase eterna marcada por um cenário onde pobres se rebelam contra ricos. Frente a isso, entendem que “questão social” sempre existirá, já que problemas sociais são permanentemente colocados e dimensionados pela sociedade moderna.

É preciso observar que desde o regime escravocrata às configurações atuais do trabalho assalariado, temas da desigualdade social do país fazem parte do pensamento social brasileiro, sob diferentes interpretações e perspectivas de análise. Muitas dessas exerceram enormes influências no modo de pensar de toda

⁶⁴ HELLER, Agnes e FÉHÉR, Ferenc. *A Condição política pós-moderna*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, Apud PASTORINI, 2004.

uma geração por um bom período de tempo, nos quais os conflitos de classe recebiam designações de eufemismo. Ao que parece, até o início do século XX, boa parte das análises sobre a situação social do país se deu pelo pensamento social e político conservador.

Segundo Rizotti (2000, p. 219), nesse contexto intelectual se situa o pensamento conservador de Gilberto Freyre. Sua preocupação era pontuar os aspectos do desenvolvimento brasileiro e seus determinantes na formação da identidade nacional. Segundo ele, tudo isso teria ocorrido por meio de uma “transição harmônica”. Por isso, seu pensamento adaptou-se inteiramente ao regime escravocata e permitiu a propagação de ideologias que buscavam naturalizar os conflitos étnico-raciais emergentes durante o regime escravocata.

As novas determinações históricas do país a partir de finais do século XX e o aprofundamento das desigualdades sociais colocaram em evidência o desenvolvimento (modernização) e seus intrínsecos efeitos perversos sobre a maioria da população.

Ao efetuar análises de temas da realidade nacional que remetiam a problemática do trabalho, Ianni (1991)⁶⁵ colocou que a “questão social” no Brasil teve suas raízes em tempos remotos e nas formas de exploração do trabalho. E, desse modo, reafirma sua relação indissolúvel com trabalho.

A mesma fábrica do progresso fabrica a questão social [...] As expansões do capital beneficiam-se das condições adversas sob as quais os trabalhadores são obrigados a produzir, no campo e na cidade. [...] Em outros termos, a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica fabrica as desigualdades que constituem a questão social. (IANNI, 1991, p. 10).

Destaca o autor que ao longo do processo histórico a “questão social” foi tratada pelos instrumentos repressivos para evitar a desordem e a subversão. Na medida em que conflitos e lutas políticas deram visibilidade aos temas da realidade nacional, a “questão social” passa a ser tratada como caso de política. Tal postura decorreu fundamentalmente do processo de aprofundamento do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e o agravamento das condições de vida dos trabalhadores. As lutas “[...] em tono do acesso à terra, emprego, salário, condições de trabalho na

⁶⁵ Destacam-se ainda as contribuições de Florestan Fernandes e Caio Prado Junior que encaminharam uma investigação crítica rumo às particularidades histórico-culturais e nacionais.

fábrica e na fazenda, garantias trabalhistas, saúde, habitação, educação, direitos políticos, cidadania” tornara realidade cotidiana para muitos trabalhadores.” (IANNI, 1991, p. 3).

As necessidades sociais postas pela realidade não se esgotam, entretanto, ao nível da economia e da política. A desconsideração da dimensão existente entre sociabilidade e formas estruturais de produção e reprodução da vida social conduz possivelmente a uma “[...] luta aberta e surda pela cidadania” (IANNI, 1991, p. 3).

O autor observa, pois, nas interpretações mais correntes no pensamento e na prática de cientistas sociais, jornalistas, políticos, membros da tecnocracia pública e privada, civil e militar e outros, designações que, eximindo da dimensão estrutural e de análises teórico - críticas da realidade social, equacionam aspectos essenciais da “questão social”:

[...] muitos são os que procuram equacioná-la. Uns dizem desemprego, subemprego, marginalidade, periferia, pobreza, miséria, menor abandonado, mortalidade infantil, desamparo, ignorância, analfabetismo, agitação, baderna, violência, caos, subversão. Também há os que falam em harmonizar trabalho e capital, conciliação de empregos e empregadores, paz social, pacto social. E os que dizem movimento social, pauperismo, greve, protesto, toma de terra, ocupação e habitação, saque, expropriação, revolução, revolta. (IANNI, 1991, p. 4).

Com isso, boa parte do pensamento social e político contemporâneo tende à naturalizar a “questão social”, seja por meio da sua assistencialização e ou criminalização.

De um lado, a tendência dessa naturalização se expressa na transformação das suas manifestações em problemas de assistência social, sendo objeto de programas assistenciais.

O risco é bem evidente nos assuntos em que envolvem o tema família. É possível intuir que, das falas que se seguem, há uma ampliação conceitual que, ainda que não apresente uma clareza teórica, supera a ótica de análises que apropriam as manifestações da “questão social” como problemas individuais isolados e da família.

[...] ah, é porque a família está desestruturada, mas por que a família está desse jeito? Entende? Ela está numa sociedade. [...] Hoje a família perdeu muito a sua responsabilidade sobre seus filhos. Muito. Se perdeu muito a questão da

responsabilidade dos pais: se perdeu limites! E isso teria que ser trabalhado também, principalmente a família hoje. [se tem] uma distribuição e continua na distribuição, sem nenhum trabalho, sem nenhum programa fundamentado na família. Ou promoção dela. (E 7).

Nós desde que trabalhamos aqui no CRAS, nós temos famílias que já eram do cadastro lá da época do PROVOPAR, que são famílias que estão sendo acompanhadas e que não tiveram nenhuma promoção. Já se encontram em situação de vulnerabilidade, desde o início do atendimento. Então ela não teve nem uma evolução, promoção, melhor dizendo. Então isso, ela se esbarra, ou ela se limita numa estrutura maior, que são famílias que são analfabetizadas, com problemas familiares. Então é uma série de situações que vão se perfilando, passando de geração em geração. A gente percebe a quem atendíamos ontem, hoje nos estamos atendendo o filho, e assim vai continuando.” (E 1).

Uma questão que eu observo é a questão da família. Claro que não existe modelo de família, uma família ideal ou bem estruturada, o que é uma família? São pessoas que compõem ali, que convivem que tem laços de afinidade, além de ter laços consangüíneos, mas laços também de afinidade, de afetividade. Mas infelizmente hoje também eu vejo aqui que, no caso do adolescente, a questão da família aqui é que eles se vêem não tendo ninguém por eles, então eu vejo também que esse aspecto da família é um fator, porque é um dos aspectos que eu trabalho, que é dos aspectos sociais, que é a questão da família, de relacionamentos, questão de base, de sustentação, de referencial positivo pra eles. Eu vejo que às vezes eles não tem a família, numa situação dessa, como adolescente em fase de desenvolvimento, e ele se vê vulnerável, não tendo uma base de sustentação, onde ele vai decidir por ele mesmo. Então eu vejo aqui no meu trabalho que a questão da família, em alguns aspectos eu me vejo atada, eu não sei o que eu faço com o adolescente que veio aqui, que faz todo um trabalho, que ta bem e quando sai daqui, quem é que vai ta responsável por ele, estar à frente.[...] Quando eles saem daqui, mesmo que a gente consiga trabalhar todas essas questões com eles, quando saem daqui, ele vai pra um base familiar que muitas vezes não consegue sustenta isso pra eles, a sociedade, então ele até pode sair daqui com uma intenção de mudança, mas ele volta para aquela realidade dele. Ou seja, é uma questão estrutural e dentro dessa tem outros aspectos. (E 5).

Pelo que se pôde perceber não ocorre o deslocamento da dimensão coletiva que envolve a “questão social”. Contudo a idéia “família desestruturada” aparece como uma questão de fundo. No entendimento dos sujeitos da pesquisa, esse é um

agravante que obstaculiza ao profissional efetivar ações para além das demandas imediata que se apresentam.

Outra atenção que merece ser destacada diante da reestruturação dos mecanismos de regulação da “questão social” consiste nas linhas que se seguem da despolitização dos conflitos sociais. Isto é, deslocando-a da relação de conflito entre capital e trabalho, internaliza-se em meio à sociedade um eufemismo a enevoar os efeitos da acumulação capitalista. A partir daí as ações de regulação social definem uma visível *filantropia revisitada* (YAZBEK, 2001), donde se conecta uma regressão dos direitos conquistados transformados mais uma vez em favores.

Os efeitos dessa reorientação teórica e política materializam-se no perfil das políticas sociais voltadas ao atendimento da população carente e usuária dos serviços de Saúde, Assistência e Previdência. Portanto, a assistencialização e criminalização da “questão social” são seus traços mais evidentes e, em certo grau, colocam os assistentes sociais em circunstâncias em que o atendimento (intervenção) se define por meio de ações focadas.

O fato é que décadas de clientelismo consolidam uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo e formação de novos sujeitos políticos, acentuando o perfil assistencialista, clientelista e mesmo protetora das políticas sociais no Estado brasileiro. Em razão disso, se emoldura uma regressão na garantia de direitos.

Esse perfil tutelar é para muitos assistentes sociais um aspecto já culturalmente incorporado pelos usuários e dificulta trabalhar sob a perspectiva de direito ao usuário:

[...] por mais que o discurso diga que a questão é emancipatória, a gente percebe uma manutenção de uma relação tutelar mesmo, então esse é um aspecto. Outro aspecto é a questão das decisões mesmo políticas, no sentido de que há a determinação de um status, de uma relação, que permanece. [...] A gente percebe, assim, que algumas coisas mudaram, mas o perfil maior, ele permanece ainda igual: essas relações continuam. E isso quando se houve, quando se percebe quais são as proposições de programas voltados para essa população, a gente percebe ainda um perfil muito tutelar e pouco emancipatório [...] Então o que acontece, essa relação paternalista, ela permanece. E isso é muito forte, na relação do Estado com a população. [...] O ideal era que nós tivéssemos o usuário fazendo parte de uma forma muito intensa, muito efetiva, mas aí entra aquela questão de que muitas políticas públicas ainda reproduzem aquela relação paternalista. (E 8).

Trata-se de um processo relativo ao fato de que no senso comum, em alguns discursos político-governamentais e em grande parte dos canais de tele-informação, a “questão social” é identificada como um problema social. Ou seja, presa ao seu traço conservador, cabendo a idéia de proteção e assistência aos pobres.

Por sua vez, os processos econômicos e sociais a partir de 1970 resultaram em novas formas de manifestação da “questão social”. Na medida em que amplos setores da população ficam descobertos pela assistência estatal – dada sua precariedade, focalização e descentralização –, à “sociedade civil” é transferida a iniciativa de assisti-la mediante práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas.

Nesse espaço, surge o que é chamado de terceiro setor, constituindo como *uma luva na mão do projeto neoliberal*. (MONTAÑO, 2006). Com a inexistência de algumas políticas sociais em alguns municípios e regiões, conforme estratos de falas abaixo, amplos setores da população acabam ficando descobertos:

Então, na verdade ele faz de conta porque tá no Estatuto, tá na Lei e as medidas tem que serem cumpridas [...] Faz de conta que tem um programa no município, faz de conta que tem uma equipe trabalhando [...] Nós não temos como encaminhar esse menino no município. Na saúde mental ele tem que esperar na fila. Hoje se chega um menino aqui dizendo: ‘Olha, eu preciso, eu quero parar’, nós não temos como encaminhar pra uma equipe. Então, o quê a gente tava fazendo, reflexão, reflexão, reflexão. Acaba, mesmo sem querendo, voltando pra uma terapia, mas uma terapia sem o devido tratamento. Isso é que o pior: uma terapia sem o devido tratamento. Sem toda a questão que envolve a saúde mesmo. (E 7).

Se hoje nós vamos trabalhar na perspectiva do SUAS, proteção social básica compete ao município, esse dentro de suas limitações ele está proporcionando esse trabalho através dos CRAS, e a proteção especial cabe ao Estado, que tá parado, sem nenhum retorno, sem nenhuma resposta, sem nenhuma previsão, sem nenhuma perspectiva. Então quer dizer, ele tá retirando o seu papel dele enquanto co-responsável. Isso tá muito claro na nova política de assistência social. [...] Então o Estado de fato, ele está cada vez mais sutilmente se retirando e deixando para que os municípios abracem essas situações com as quais o município não tem condições financeiras, nem recursos humanos para esse atendimento. (E 1).

Da mesma forma Montañó (2006) compreende que se trata de uma evidente desresponsabilização estatal, no sentido de que o Estado se afasta parcialmente da intervenção social, porém não significa que não faça parte deste movimento de transformação na modalidade de intervenção na “questão social”. Pelo contrário, ele

continua sendo o subsidiador e promotor nesse processo ideológico de transferência.

Sutilmente, as instituições democráticas/estatais ou classistas passam a ser desacreditadas, corroborando a tese neoliberal da desconfiança na intervenção estatal nas seqüelas da “questão social”. Daí o culto às práticas voluntárias, filantrópicas e caritativas, de ajuda mútua ou auto-ajuda, conferindo o aspecto da re-filantropização a qual menciona Yazbek (2001).

Em oposição à caracterização das atividades filantrópicas das empresas (iniciativa privada), e também do terceiro setor como ações única e exclusivamente filantrópicas, “solidárias” e sem fins lucrativos, lembra Montañó (2006) essas, direta ou indiretamente, fazem parte do mercado, e nele as ações sociais perdem as dimensões de universalidade e de direitos dos cidadãos.

Compromete-se, pois, a viabilização de os assistentes sociais e demais profissionais que atuam em políticas públicas. Pois, deslocada da noção de direito, essas ações são interpretada como ajuda, assim como o era nas sociedades pré-industriais do século XIX, e camuflam os interesses de classe transmutados em “ações solidárias” e humanistas.

Essa dimensão é passível de ser observada na seguinte fala:

[...] está crescendo muito a procura pelos empresários, pois esses muitas vezes podem concorrer apresentando licitações apenas se a empresa desenvolve uma responsabilidade social, e isso requer um assistente social na empresa. Aqui 70% dos lucros da empresa advêm de licitações ganhas, onde para concorrer tem que desenvolver uma responsabilidade social. (E 6).

Do mesmo modo, as possibilidades de controle democrático e de pressão política sobre as atividades sociais do “terceiro setor” são diminuídas ao ser a eles atribuído a função de operar serviços sociais e científicos, como de caráter público, financiado pelo Estado, contudo de direito privado.

Ao processo de engendramento de repasse de responsabilidades estatais às organizações da sociedade civil Bresser Pereira (1997) se referiu como “publicização”. Nestes termos, foi possível transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, pública não estatal. Há um total alheamento da racionalidade pública, confundindo-a com a racionalidade empresarial, privada.

Tudo isso exige um duplo caminho: por um lado, o da indução a uma imagem mistificada de construção e ampliação da cidadania e democracia. Porém retirando as reais condições para a sua efetiva concretização; por outro lado, o da indução a uma ideológica imagem de transferência de atividades, de uma esfera estatal *satanizada* (considerada naturalmente como burocrática, ineficiente, corrupta) para um santificado “setor” supostamente mais ágil, eficiente, democrático e popular (o de uma “sociedade civil” transmutada em “terceiro setor”). (MONTAÑO, 2006).

Tudo isso traz conseqüências ideológicas nos espaços coletivos, nos quais se constroem noções que concebem o dever cívico e moral da sociedade civil e dos indivíduos como necessidades urgente antes de qualquer mudança estrutural.

A sociedade civil tem que estar engajada, tem que estar buscando aprimorar, auxiliar porque ele [Estado] faz pouco, ele faz o mínimo do mínimo. O próprio Estado deixa assim a desejar, eu acho que o caos do país esta mostrando que a maiorias das pessoas não querem ajudar o próximo o mínimo do mínimo Então se nós, enquanto cidadão mesmo buscasse melhor um pouco o nosso trabalho, a nossa qualidade de vida, a qualidade de vida do nosso vizinho, sei lá, da nossa comunidade, acho que tudo poderia ser diferente se cada um fizesse a sua parte. (E 6).

Entende-se que a desresponsabilização estatal das respostas às seqüelas da “questão social” possa ser supostamente compensada pela ampliação de sistemas privados: mercantis (empresariais, lucrativos) e filantrópico-voluntários. Portanto, há um discurso de apelo moral ao bem ao próximo. E a sociedade civil é interpretada como se fora destituída dos conflitos e tensões de classe, atribuindo uma identificação de sociedade civil como espaço de interesses homogêneos.

Derivando a atenção para as pontuais medidas estatais compensatórias (combate à pobreza, respostas focalizadas etc.) e para as supostas novas respostas do “terceiro setor”, escondem-se os verdadeiros fenômenos e esvaziam-se os debates sobre estes: a desregulação da relação capital-trabalho, a desestruturação dos preceitos democráticos, a anulação da perspectiva de superação da ordem democrática, a precarização do sistema de proteção social (estatal) ao trabalhador e à sociedade no seu conjunto.

Neste sentido, o objetivo de retirar o Estado (e o capital) da responsabilidade de intervenção na “questão social” e de transferi-los à esfera do “terceiro setor”, não é por motivos de eficiência e/ou de gestão gerencial democrática. Nem mesmo é

válida a tese de estar em jogo razões econômicas, isto é, a necessidade de reduzir custos necessários para sustentar esta função estatal, eximindo-o dos gastos com o social.

O motivo, segundo Montañó (2006, p. 27) é fundamentalmente político-ideológico:

[...] retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão em relação a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de auto-culpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda-mutua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades, e por outro, criando, a partir da precarização e focalização (não universalização) da ação social estatal e do “terceiro setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial.

Instrumentalizado pela estratégia neoliberal, esse setor político e ideológico tem a função tanto de justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social estatal como minimizar aparentemente as contradições de classe, gerando maior aceitação e menor enfrentamento à viabilização constante do projeto neoliberal de acumulação capitalista.

Essa desresponsabilização estatal é, na verdade, uma reestruturação dos mecanismos de regulação da “questão social”. Nesse processo, analisa Montañó (2006, p. 21), o Estado não é ausente, e sim “[...] subsidiador e promotor do processo ideológico de ‘transferência’ da ação social para o ‘terceiro setor’. Ele é um ator destacado nesse processo”.

Desse modo, se discursa estar agindo por meio de parcerias com a “sociedade civil”, mas ao mesmo tempo se transfere a responsabilidade pública das respostas à “questão social” e a transferência de fundos públicos para seu funcionamento, a chamada “parceria”. Essas transferências se tornam muito claras nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, conforme indicado na citação abaixo:

Quem que assume hoje, há 10 anos, a área da criança e do adolescente, é o terceiro setor, é a sociedade civil. O Estado na verdade fica ali de base, até por uma questão política. De ter até essas entidades na mão. Hoje o exemplo do nosso município é muito claro, a responsabilidade se joga pras entidades, e o Estado se desresponsabiliza em tá promovendo está política, A gente vê até na

questão nossa de medidas, em certos municípios as entidades é que assumiu as medidas. (E 7).

No cenário se percebe a precarização dos serviços públicos, isto é, da assistência estatal, conforme destacado em falas anteriores. Quer dizer: significa a manutenção destas, fornecidas “gratuitamente” pelo Estado, num nível *marginal*.

Hoje tem distribuição, o Bolsa família é a maior prova disso, mas o quê que é feito com essa família do Bolsa família? [...] Só se distribui. Nós temos vários meninos hoje no programa que são filhos das famílias que recebem bolsa família, que recebe lá quando o menino tinha 10 anos, quando ainda era bolsa-escola, auxílio gás, etc. E aí, então? O quê que foi feito nessa família pra que realmente ela se promovesse e saísse dessa situação que hoje ela está? Então, teve uma distribuição e continua na distribuição. (E 7).

O tipo de resposta no contexto da estratégia neoliberal exige um duplo processo complementar de *focalização* e *descentralização* das políticas estatais. Isto configura o tipo de *resposta do Estado* à “questão social” fundamentalmente dirigido à populações mais carentes. (MONTAÑO, 2006, p. 16). (grifos do autor).

A resposta às necessidades sociais deixa de ser uma responsabilidade de todos (na contribuição compulsória do financiamento estatal, instrumento de tal resposta) e um direito do cidadão, e passa agora, sob égide neoliberal, a ser uma opção do voluntário que ajuda o próximo, e um não-direito do portador de carecimentos, o “cidadão pobre”.

Como profissionais inseridos no campo da intervenção social, muitos assistentes sociais entendem que a construção de estratégias de enfrentamento às manifestações da “questão social” envolve uma tensão entre a defesa dos direitos sociais e a crescente precarização das políticas sociais. Nesta relação, colocam que o princípio da participação e controle popular são imprescindível no desenrolar dos conflitos. Buscando a primazia da atuação estatal e de sua responsabilidade na garantia de políticas públicas no âmbito de direito:

O primeiro passo seria realmente o Estado assumir o seu papel, as suas políticas [...] Então... como acaba com a desigualdade? Acaba eu acho que ele não acaba. Mas se realmente o Estado proporcionar uma qualidade melhor de atendimento, dentro de seus projetos sociais aí realmente, poderia dar um pulo de qualidade na situação dos programas de atenção à sociedade. (E 7).

Responsabilização do Estado. Ampliar e investir em políticas públicas que de fato venham trabalhar a demanda que nos aparece, assumindo o que compete a eles. Pois a sociedade civil ela já co-participa dessa forma, nos temos várias famílias que são atendidas por entidades não governamentais. Eu vejo que o Estado assumindo o seu papel, eu vejo que esse é um dos caminhos que pode a vir a ter alguma mudança. (E 1).

Para Pereira (2000), em consequência aos efeitos devastadores causados pelo desemprego estrutural consubstancia-se um momento histórico de fraca atuação dos atores políticos. Assim, questiona a precisão analítica do conceito de “questão social” como sinônimo de contradição entre capital e trabalho, descolada do protagonismo dos sujeitos políticos. Apoiando-se em Castel, reconhece a dificuldade de considerar a existência de forças de pressão na contemporaneidade capaz de problematizar a relação entre capital e trabalho. Tal postura ressalta, assim, a importância dos espaços públicos de representação e negociação, de forma politizada. Nessa mesma direção, comenta uma das assistentes sociais entrevistadas que o planejamento e gestão colocam-se como estratégia:

[...] o planejamento e gestão é importante em qualquer área do Serviço Social. Devemos ganhar espaço junto nos Recursos Humanos das prefeituras e buscar discutir com o prefeito e para isso temos que ter preparado a Lei, traduzida e transformada em planejamento. Caso contrário estaremos perdendo espaço para técnicos, já que eles trazem a linguagem da administração, da noção de administração. Temos que ver isso como estratégia para conseguir garantir direitos. (E 9).

Portanto, para a desestabilização dos estáveis devido ao desemprego estrutural e a precarização do trabalho com baixo nível de proteção social, estaria obstaculizando embates políticos entre as classes. A fala destacada abaixo orienta-se nesse sentido, indicando o círculo de vulnerabilidade em que se encontram muitos grupos atendidos pelo Serviço Social.

[...] é uma série de situações que vão se perfilando, passando de geração em geração. A gente percebe a que atendíamos ontem, hoje nos estamos atendendo o filho, e assim vai continuando. [...] E essa situação de vulnerabilidade não é uma questão que se resolve ou que se explica pela falta de emprego, pois geralmente ele não tem emprego porque ele não tem escolaridade, ele não tem uma qualificação profissional. E a falta de interesse, eles não têm

perspectiva de vida, numa situação onde se pensa o hoje e não o dia de amanhã. (E 1).

Face ao contexto de fraca atuação de atores políticos estratégicos, Pereira (2000, p. 51) destaca que o contexto é de uma questão social *latente*, havendo apenas a velha dominação capitalista que, sob nova configuração subordina consideráveis parcelas da população do planeta às necessidades do capital. Devido à falta de forças sociais com efetivo poder de pressão, os problemas sociais mais complexos não estariam atingindo a agenda pública, no sentido de encaminhar soluções numa perspectiva que prime por uma intenção de ruptura com as raízes do problema.

Assim, permanecem as condições objetivas⁶⁶ que permitiram o surgimento da “questão social” no século XIX, mas faltam as condições subjetivas, na qual os atores dominados seriam capazes de impor-se enquanto forças políticas estratégicas e problematizar necessidades e demandas.

Contrariando esse reconhecimento, José Paulo Netto compreende que no século XX a problemática é a mesma, embora reconheça que novas determinações ocorrem.

Para ele, cabe investigar para além da permanência de manifestações tradicionais dessa. O problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração, levando em conta a forma contemporânea da *lei geral da acumulação capitalista* e os sistemas de mediações em que elas se realizam e que se objetivam nas particularidades culturais, geo-política e nacionais. (NETTO, 2001, p. 48).

Considera-se, portanto, que *diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da chamada “questão social”, sendo essas indissociáveis da dinâmica específica do capital* (Idem). A relação entre essa dinâmica e suas formas de manifestações no espaço sócio-ocupacional requerem do assistente social o processo de mediação, absorvendo o que lhe é particular no seu espaço, apropriando os determinantes. Nesta ordem, destaca-se a seguinte fala:

⁶⁶ Isto é, “[...] a peculiar forma de exploração capitalista, sobre a qual se assenta a estrutura social desse modo de produção, que engendra e aprofunda a pobreza, determinando, em última instância, o surgimento da questão social.” (PEREIRA, 2004, p. 114).

No meu trabalho o que eu vejo é que muitas vezes o adolescente ele está inserido num meio, com todas as desigualdades, desemprego, falta de oportunidade. [...] Eu acho que se reproduz essa situação porque ele não tem alternativa. Porque o ser humano ele é livre de acordo com as alternativas que ele tem pra escolher e ele se vê limitado por essas escolhas. Infelizmente ele não tem escolha entre as alternativas que ele tem, e que são ofertadas pra ele, ele não se vê se talvez seja necessário maior capacitação, maior educação. Então o que a gente vê é que ele volta pro mesmo meio. Então, ele não é livre pra fazer as escolhas, ele se vê limitado entre as alternativas que lhe são dadas, pela própria desigualdade, pelo próprio sistema capitalista. [...] Então quando eu digo que é a própria sociedade capitalista, eu digo pela própria falta de alternativa que é dada, aqui no caso, ao adolescente. Então é uma questão estrutural. [...] Então há um limite, há então toda essa questão, que falei antes, ou seja, a escolha entre alternativas, que alternativas que estão postas ao adolescente dessa sociedade. É uma questão estrutural e dentro dessa tem outros aspectos, o emprego, a questão da marginalização deles. (E 5).

Entendemos que essa luta está posta e que, portanto, o conceito de questão social expressa e designa essa situação peculiar, inerente ao modo capitalista. E se o trabalho é indissociável numa análise da “questão social”, o questionamento sobre sua resolução perpassa pela problematização de ser possível à lógica da produção capitalista produzir e agregar lucros à mercadoria senão pela expropriação de mais-valia? Ou seja, seria possível produzir e acumular mercadorias senão mediante aumento de trabalho não pago?

Esta resposta Marx já ofereceu em seus estudos, explicando ainda que a garantia de progressão nos níveis de proporção entre o que é pago e o que não é pago ao trabalhador (ou seja, a realização da mais-valia absoluta e relativa) perpassa pela imprescindível existência concreta de um exército industrial de reserva. Desse modo, o progresso industrial tecnológico da terceira revolução tecnológico-industrial, além de dimensionar a níveis elevados a possibilidade de extração do chamado sobretrabalho humano, incide no descomunal aumento da massa de trabalhadores desempregados e incluídos na sociedade capitalista enquanto exército industrial de reserva.

A consequência dessa inter-relação permite problematizar a perspectiva analítica de Castel (1998). Ou seja, em que medida é viável o resgate de princípios da regulação fordista num espaço em que cresce o número de atividades informais e diminuem a quantidade de trabalhadores empregados e protegidos?

É preciso, pois, combater a ilusão de prender-se à dinâmica do desemprego como crise de desenvolvimento conjuntural, por de falta de incentivos fiscais à instalação de indústrias e/ou por falta de mão de obra qualificada. Acontece que, o desemprego é intrínseco aos processos de acumulação.

Essa questão esteve presente em alguns momentos da pesquisa, sendo possível absorver o seguinte comentário:

[...] sempre vai ter aquela mão de obra barata, que vai ta trabalhando e aquela mão de obra ociosa, de reserva, e eu acredito que não vai ta em algum momento todas as pessoas trabalhando, sempre vai ter aquele de reserva. (E 5).

Porém, não designa um apelo ao imobilismo. Mas a imprescindível necessidade de apreender esse jogo de relações conflituosas de interesses de classe em suas raízes, somando estratégias de enfrentamento.

Compreendendo que a indissociabilidade desse tema e as condições de exploração de trabalho humano, a questão dos mínimos sociais aparecem como estratégia de atendimento, diz a assistente social:

O que nós tentamos enquanto organização não governamental, enquanto instituição, profissionais é trazer esses elementos no sentido de que acessam os direitos, o atendimento a uma necessidade que é básica, mas que ela não pode parar por ai. [...] É uma atitude importante e bem vinda por que ela vai atender demandas que são cruéis em determinados momentos. [...] Mas não pode ficar só nisso, então essa é a nossa grande preocupação: que essa leitura também seja percebida pela população. (E 8).

A garantia do emprego e a geração de renda coloca-se como medidas que, embora imediatas, contribuiriam, em certo grau, na diminuição da vulnerabilidade da população atendida pelos programas de políticas sociais, somando, ainda esforços na garantia de direitos e pressão da “sociedade civil”.

Então acho assim que um dos problemas, que minimizaria, mas não resolveria o problema da questão social, seria a garantia de emprego e a geração de renda. Por que daí as pessoas teriam um mínimo para a sua subsistência de alguma forma. [...] Então enfim, acho que a principio, deveria buscar uma maior, já que nós, no momento não há nada que a gente possa concretizar quanto a uma mudança estrutural no sistema de produção, eu acho que a gente tem que garantir mais emprego, mais geração de renda, pressionar mais

através da intervenção da sociedade civil, buscando mais garantia de direitos, trazendo mais conquista. Acho que aos poucos a gente pode caminhar para uma mudança estrutural em longo prazo. (E 5).

Uma outra problematização que aparece do decorrer da entrevistas, permite destacar em alguns estratos uma maior valorização de fenômenos que ocorrem no âmbito estatal e que envolvem a relação Estado/sociedade como fator de maior peso para explicar possíveis causas da reprodução do conjunto de desigualdades existentes na sociedade capitalista. A evidência percebida é no sentido da problematização em termos de relação entre gestão pública e população. Ou ainda, cumprimento de papéis entre governantes e governados. Entendendo ser a desigualdade social, nessa concepção, interpretada como processo dimensionado tanto pelo Estado em sua pretensa intenção em não permitir a visibilidade de sua estrutura, leis, deveres e direitos da população, quanto pela própria população em se ausentar dessa tarefa:

Pensando então a questão da origem da desigualdade, eu acho que grande parte da culpa, vamos dizer assim, se deve ao Estado, porque na maioria das vezes não são divulgados os direitos das pessoas, por outro lado existe culpa por parte das pessoas, porque não buscam, não participam, não questionam. Um exemplo vivo disso é a situação que muitos municípios hoje se encontram com dificuldade com gerenciamento, orçamento, e a população reclama, só que a população reclama, mas ela não vai buscar saber o que esta acontecendo. Quando é convocado para ter uma audiência pública, as pessoas não participam, elas não se interam. Então penso que um dos fatores seriam esse dois lados que observei, mas a grande fatia mesmo de culpa eu acho que é do Estado porque muito mais prático e cômodo pra ele seria omitir essa informações sobre os direitos da população, porque a população, na verdade, ela está mal informada. Ela não tem noção dos direitos. (E 6).

Diante das evidências teóricas marxianas corroboradas neste trabalho, em especial nos primeiros capítulos, a resolutividade de questões que envolvem a dinâmica dos males causados pelo efeito da acumulação capitalista, não encontra sustentação possível no campo dos conflitos situados em instâncias das superestruturas. Ao que parece, a não consideração desta determinação, conduz ao entendimento das situações de manifestações da “questão social” na sociedade (a desigualdade social é uma delas) como expressões resultantes de relações de

conflitos ocorridas em instâncias institucionais, como por exemplo: relações estabelecidas entre indivíduos, Estado e sociedade.

Com a descaracterização da “questão social” como liame entre modo de produção capitalista e acumulação capitalista, ocorre a desconceituação de que a problemática em sua raiz está centrada nas relações estabelecidas entre o capital e o trabalho, que se expressam de forma antagônica e contraditória, e não uma relação natural entre indivíduos que expressam suas intencionalidades na esfera do mercado.

Por meio da análise marxiana, Batista (2004, p. 122) chama atenção para o fato de que as respostas formuladas neste palco, como tentativas de justificar a “questão social”, tentam induzir ao convencimento de que sua sustentação reside nos:

[...] problemas de gerenciamento administrativo, na prática assistencial, nas práticas descuidadas na esfera da política, ou ainda na ausência de praticar os princípios que fundamentavam a solidariedade individual entre as pessoas nas diferentes esferas da sociedade. (grifos do autor).

Nestes casos analíticos, as ações individualistas como resposta para a “questão social” encaixam-se perfeitamente e vão de encontro aos processos da filosofia da decadência.

Portanto, frente à intervenção profissional sobre as manifestações da “questão social” construídas no cotidiano dos assistentes sociais (consciente ou inconscientemente) sob a razão formal-abstrata, é bastante flagrante a restauração de projetos conservadores de intervenção sobre “problemas sociais”.

Segundo Batista (2002, p. 284):

[...] os assistentes sociais, face às dificuldades encontradas em colocar procedimentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que conduzam a uma intervenção inclusiva, ontológica e crítica, estão restaurando práticas conservadoras.

Como se sabe, a gênese da profissão se constrói a partir dos mecanismos de intervenção do Estado nas expressões da “questão social” (e não diretamente da “questão social”). O significado e modalidade das políticas sociais elegidas para esse tratamento se distanciam dos os objetivos verificados no projeto Ético-Político

Profissional, pois esses vão além dos limites que o projeto societário burguês impõe para a classe trabalhadora. Pois:

Qualquer projeto societário em construção que não eleja a centralidade do projeto vinculado à classe trabalhadora continuará dando vazão aos propósitos estabelecidos pela ciência da decadência em respostas à “questão social”. (BATISTA, 2004, p. 123).

Essa relação de enfrentamento sobre as manifestações da “questão social” tem um papel específico quando se considera os conflitos de interesses opostos entre as classes, para os quais, o assistente social é chamado pelo Estado a responder mediante políticas sociais.

Certamente, mudanças nas manifestações da “questão social” (como a problemática da criança e do adolescente, do idoso, da luta pela terra, entre outros) podem sim ser amenizados por políticas sociais. Contudo, a estrutura do sistema capitalista que provoca a “questão social” não se altera sem que a contradição capital e trabalho seja eliminada.

A compreensão desse limite, por sua vez, não deve ser justificativa para cair no *imobilismo*, conforme cita Iamamoto. Ma é preciso considerar os condicionantes da ação do profissional, presidido por uma série de determinações ideopolítica e concretas que, em tempos neoliberais, postergam enfrentar as manifestações da “questão social” no âmbito da focalização, despolitização e desresponsabilização estatal sobre o social.

O desafio, portanto, está em “[...] sair de nossa lentidão, de construir, reinventar mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas com o mundo público dos direitos e da cidadania.” (YAZBEK, 2001, p. 39).

Assim, consciente do seu papel ativo, a classe trabalhadora pode transformar suas relações sociais existentes e as relações reificadas que aprisionam a capacidade de serem protagonistas de uma história que pode ser construída nas condições que eles querem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo foi possível analisar o conceito de “questão social” e a apropriação de seu significado pelos assistentes sociais supervisores de campo no município de Toledo, destacando que o amadurecimento teórico e político da profissão sob o marco da teoria marxiana permitiu a mesma explorar os fundamentos de sua intervenção no âmbito da “questão social”.

Frente ao viés analítico marxiano, a compreensão sobre o significado da chamada “questão social” não equivale a explicar situações particulares como o desemprego, a precarização do trabalho, a violência, a fome, a prostituição, entre outros. Mas envolve uma questão teórico-metodológica e uma opção ideopolítica profissional ao intervir na realidade social, permitindo superar a herança conservadora da profissão tangente a uma intervenção profissional no âmbito da família ou dos indivíduos desconsiderados de sua situação de classe.

Acerca das linhas argumentativas das principais teorias que permitem a discussão do tema, é possível dizer que foi significativo o estudo sociológico de Robert Castel (1998) concernente à crise da sociedade salarial configurada como novo estágio de cristalização da “questão social” no século XX. Os indivíduos estariam sofrendo os impactos dessa crise, onde novas categorias se apresentam como o caso dos *supranumerários*, os *desfiliaados* e os *sobrantes*. No entanto, sob o materialismo histórico, não é possível identificar neste autor uma proposição que leve em conta os limites de um sistema de regulação social para resolver o conflito instaurado entre capital e trabalho, conflito esse imanente à lógica de acumulação capitalista. Por outro lado, a identificação do Estado como esfera incapaz de resolver conflitos, cabendo a ele cuidar da esfera econômica, tal como entende Rosanvallon (1998), alimenta a perspectiva da redução do Estado. Nesta, se ensaiam medidas de enfrentamento da “questão social” pelas entidades do “terceiro setor”, supondo, ainda, uma suposta existente “sociedade civil” descolada de conflitos de interesses. Com este cenário é diluída a noção de solidariedade de classe, dando a idéia de que a solidariedade acima das classes supõe resolver a “questão social”, com a cooperação dos indivíduos de todas as classes.

Sendo o Serviço Social uma profissão que atua junto às expressões da “questão social” muitas alternativas de análise e mesmo ambigüidades teóricas se fazem presentes no cotidiano das ações do assistente. Na pesquisa realizada junto aos assistentes sociais supervisores de campo analisou-se que algumas apropriações tendem a diluir a significação do conceito como expressão da relação contraditória entre capital e trabalho. Nesse caso, a inexistência de uma consciência teórica dessa clássica relação que alimenta a ordem capitalista reflete na visão de alguns profissionais para os quais a ação cotidiana coloca-se como um processo de incentivo ao usuário, seja para a busca de sua conquista profissional ou por sua melhor qualidade de vida. Daí entra em cena o trabalho individual, como estímulo a busca de direitos, mas de um direito transmutado em qualidade de vida. Esse posicionamento se verificou, sobretudo, na entrevistada E6, citada sete vezes no decorrer do trabalho. (páginas: 91, 96, 102, 114, 115, 122). Tendo colado grau em 1995, a mesma não participou dos debates sobre as Diretrizes Curriculares de 1996 e, conforme sistematização na Tabela 1, se pós-graduou em Família e visões sistêmicas, atuando atualmente junto à política de recursos humanos de uma empresa.

Cabe salientar que no decorrer do texto foram introduzidas 43 falas de 9 sujeitos entrevistados de um total de 17. Desses 9 sujeitos, 4 tiveram suas falas indicadas uma única vez (E2, E3, E4, E9; páginas: 102, 103, 104, 118), e os demais foram indicados mais que cinco vezes, sendo a entrevistada E5 e E6 as que mais são indicadas no texto. Por isso, não está ao alcance deste estudo generalizar opiniões e posicionamentos verificados com as entrevistas, mas apresentar que o exame da realidade dos entrevistados não se exclui no exame de seus entendimentos sobre a “questão social”. Em relação ao como ocorre sua apropriação entre os mesmo, torna-se imprudente concluir que o determinante de maior peso se deve ao posicionamento político dos profissionais, ao projeto de formação profissional em se graduara ou as condições concretas de sua ação profissional, destacados o local de trabalho e a especificidade de sua inserção neste espaço, bem como o tempo em que atua em tal espaço.

Cabe, porém, sinalizar que o conjunto das condições concretas determina a consciência dos homens. Assim, entendeu-se que, em geral a apropriação do significado de “questão social” entre os assistentes sociais ocorre por meio de problematizações de suas categorias de manifestações no espaço cotidiano

profissional, não aparecendo conceitual e coerentemente no discurso político dos profissionais entrevistados que se formaram sob a vigência do antigo currículo; embora tenham todos se especializados (pós-graduação Lato Sensu), compreendendo uma formação continuada e constante e em inter-relação com a realidade em que se vive.

Por sua vez, o entendimento de sua significação como realidade posta pela estrutura da sociedade capitalista é, ainda que com certa sinuosidade, passível de ser verificada no decorrer das entrevistas. Tal apropriação, contudo, é em nível da singularidade e de modo imediato, isto é, a partir do que se apresenta na realidade que tenha relação com a chamada “questão social”. Em especial, o entendimento da materialização e concreticidade da “questão social” ocorrem nas entrelinhas das problematizações sobre a possível causa da origem e reprodução do conjunto de desigualdades existentes na sociedade capitalista. Pois, nesse momento aparece a consciência política de que a “questão social” está ancorada a sociabilidade engendrada pelo modo de produção capitalista e reproduzida constantemente.

Em maior ou menor grau, os sujeitos da pesquisa indicam sumariamente se tratar de uma questão estrutural. E dentro desta totalidade é evidenciado pelos mesmos questões como: fragilização da “sociedade civil” em pressionar o Estado; falta de emprego; questão do consumismo e individualismo presente nas relações; o perfil tutelar das políticas sociais em reproduzir situações de dependência e não emancipação ainda que material, seja por meio de incentivos a programas de geração de renda e geração de emprego; dificuldade com gerenciamento e orçamento em muitos municípios para o atendimento da população local; falta de alternativas em que se vêem muitas pessoas, entendendo que a liberdade implica na oportunidade de escolhas entre alternativas.

Mas registraram-se ainda incoerências entre a apropriação do significado de “questão social” e proposição de estratégias de seu enfrentamento. Em alguns momentos culpabiliza-se a falta de participação popular em conhecer seus direitos como fator indutor da omissão do Estado no cumprimento de políticas sociais, sendo indicado como o maior responsável pela reprodução da desigualdade existente. Paralelo a isso, coloca-se na mesma fala que o Estado faz pouco, mas se cada um fizesse sua parte, ajudando o próximo o mínimo do mínimo, como um processo de partilha, pudesse haver alguma mudança em termos de possibilidades concretas de superação da “questão social”.

Por outro lado, em outras falas fica claro o entendimento de que a solução dos problemas advindos do acirramento da contradição entre capital e trabalho passa por uma questão de mudança estrutural, de substituição do capitalismo. Contudo, entendem que esse é um processo em longo prazo. O começo de tal processo, por sua vez, se daria pelo fortalecimento da responsabilização do Estado na garantia e ampliação de políticas públicas que cumpram o dever de garantir um mínimo de subsistência a maior parte da população que vive em situações de extrema miserabilidade.

De modo mais evidente, se destacou a concepção de “questão social” como um conjunto de desigualdades “estruturais” ao modelo atual de sociedade. Porém, em algumas falas o “estrutural” nem sempre era atribuído à estrutura interna de produção capitalista, donde se coloca a contraditória relação entre capital e trabalho como lógicas de acumulação capitalista. A verbalização do termo, por vezes, confundia-se com a cristalização de comportamentos no âmbito das relações sociais estabelecidas entre os indivíduos, entendendo que não era conjuntural por estar materializado pelas pessoas. Condutas como o individualismo, o consumismo e a falta de perspectiva dos usuários se colocavam nas falas sem um processo de desvendamento como aparências imediatas que podem ou não possuir níveis contraditórios e/ou compatíveis com sua essência. Do mesmo modo, manifestações particulares da “questão social” - sendo a desagregação familiar um grande exemplo explorado nas entrevistas - também acabam por exercerem forte tendência na armadilha de autonomização das expressões, correndo o risco da desconsideração das processualidades que a envolvem à contradição operada entre capital e trabalho.

Há a compreensão de que a mobilização popular e os confrontos que partem da sociedade civil firmaram conquistas de direitos assegurados na Constituição Federal de 1988, mas esses não vêm sendo cumpridos e a reestruturação dos mecanismos de regulação da “questão social” estariam condicionando a população ao atendimento emergencial focalizado. Nesse caso, a questão do emprego e da geração de renda aparece em algumas falas como instrumento de garantia de um mínimo de subsistência capaz de se distanciar da relação tutelada do Estado para com a população como manutenção de um status.

Frente ao estudo realizado a partir das entrevistas, o que fica manifesto é a existência de uma fragilidade na capacidade de articulação teórico-metodológico e

político profissional no modo de ler, interpretar e desvendar a realidade e os fenômenos particulares no qual se realiza a intervenção do assistente social. Acredita-se aqui que esse processo diz respeito à capacidade de superação da herança conservadora da profissão em intervir sobre as manifestações da “questão social” no âmbito da família ou do indivíduo desconsiderados de sua situação de classe. O que exige além de uma postura teórico-crítica uma ação político profissional concernente a apropriação do significado de “questão social” como realidade imanente a ordem capitalista.

De fato numa sociedade onde predomina a racionalidade formal-abstrata e instrumental como a mais congruente a perspectiva de manutenção da ordem capitalista, as análises focadas no imediato tendem a ganhar mais aceitação.

Por isso, desvendar o espaço da particularidade da intervenção sobre as manifestações da “questão social” é um desafio constante ao exercício profissional. Esse desvendamento, por sua vez, exige um processo de superação das *pseudoconcretidades*, desvelando o movimento concreto dos fenômenos. O nódulo problemático que se dá ao não re-construir no pensamento o movimento real das manifestações da “questão social” consiste em permitir a apropriação de seu significado como problemas sociais descolados da dinâmica da produção capitalista, eximindo-a de sua contradição, posta. Daí a construção de cenários que não a apropriam enquanto existência real do conflito entre capital e trabalho.

Acontece que, as respostas à “questão social”, donde se situa o assistente social, canalizadas pelo Estado e pelos organismos multilaterais e organizações privadas se realizam do único modo que é “possível” ao limite da ordem capitalista, isto é, enquanto problemas sociais. Ainda que apropriada pelo Estado enquanto questão política, e nesse sentido problematizada na arena dos conflitos e não como caso de polícia, tal fato não conduz automaticamente a enfrentá-la como tal, pois implica entendê-la enquanto contradição social posta pelo conflito de classe da sociabilidade erguida sob o capital.

Ora, a regulação do Estado e demais setores sob as manifestações da “questão social” continua a ser direcionada aos problemas sociais, ainda que os assistentes sociais objetivem superar o entendimento de “situação social problema” como ordem de intervenção. Isto porque, apenas os problemas sociais são passíveis de regulação por políticas, programas e projetos. Já o conflito de classe que engendra a “questão social” não cabe ao Estado resolver e/ou reformar, mas aos

homens no cotidiano de uma nova práxis que permite substituir a exploração, a alienação e reificação do trabalho humano pelo capital. Portanto, resolver esse conflito não se dá pela transferência de problemas sociais na agenda política como direitos a serem atendidos, ainda que estes sejam indispensáveis no atual cenário de luta pela garantia de direitos frente ao neoliberalismo.

Ao que parece, hoje em dia vive-se constitucionalmente essa situação de regulação da “questão social” por parte do Estado e outras instâncias, fazendo parte do discurso governamental e de organismos multilaterais. Porém a questão é: em que perspectiva se dá esse tratamento?

Até o momento a proteção social na perspectiva dos modelos de proteção implantados em países do *Welfare State* não implicou na resolução do conflito entre capital e trabalho, mas reformulações no seu tratamento. Entender isso não equivale a desqualificar as ações implementadas. Essas foram bem vindas indubitavelmente, especialmente quando se têm na realidade milhares de famílias vivendo em situações cruéis.

O fato é que, a “questão social”, enquanto conflito de classe e contradição social, está posta, independentemente das formas com que é apropriada e tratada, tanto pela consciência teórica dos indivíduos quanto pela consciência política que a entende como realidade imanente ou não a ordem capitalista. Portanto, em sendo expressão concreta, não se manifesta se apenas aparece na consciência dos indivíduos. De acordo com a obra marxiana: a imediaticidade é a forma com que o real é apropriado pelos homens. Portanto, é uma categoria intelectualiva. Neste caso, a contradição social posta pelo conflito de classe é um dado real. Entretanto, como indica Marx (1978, p. 116), o concreto só é concreto quando *concreto pensado*, enquanto resultado de um processo prévio de análise que exime as representações parciais mediante processo de elevação do abstrato ao concreto. Assim, a “questão social”, ainda que posta concretamente pela sociedade capitalista, continua a ser uma realidade abstrata para o pensamento que não a sintetiza como síntese de múltiplas determinações. Por isso, os “conceitos” de “questão social” são como categorias intelectivas que podem ou não expressar a totalidade das mediações do real, dependendo da perspectiva analítica em que é apropriada.

No caso de algumas perspectivas, ao reduzir a questão social ao nível dos conflitos que se dão no espaço das relações sociais, chamadas por Marx de esfera de circulação de mercadorias, restringe-se ao aspecto da razão de caráter

fenomênico e não da razão ontológica. Enquanto que a perspectiva de “questão social” no marco da teoria social crítica atinge a raiz do mundo dos homens, entendendo que o ato que fundamenta a realidade objetiva tem no trabalho sua matriz fundante e nas formas de exploração do trabalho a anatomia das diferentes formas de expressão da “questão social”, sendo esse um dado real, independe das formas de sua apropriação.

Por isso, detectar as dimensões de universalidade, particularidade e singularidade no espaço institucional de enfrentamento da “questão social” requisita um aparato teórico-metodológico capaz de imprimir à ação profissional a capacidade de - partindo do procedimento de abstração, através de múltiplas e complexas determinações - apropriar os conteúdos mais concretos da “questão social”, apresentados ao espaço profissional.

Para tanto, é preciso reconhecer as pedras que obstaculizam o caminho da desilusão para com as flores imaginárias que enfeitam a relação entre capital e trabalho, para que os homens possam querer apanhar flores vivas (MARX, 1977).

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 7. ed. especial. p. 58-76, 1997a.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 7. ed. especial. p. 15-57, 1997b.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. ano 17, n. 50, p. 143-171, 1996.

ABRAMO, Perseu. Pesquisa em Ciências Sociais. In: **Pesquisa Social: projeto e planejamento**. SEDI HIRANO (org.) São Paulo, T. A. Queiroz editor, 1979.

ABREU, Aroldo Baptista de. O Contexto Histórico-social da crise dos padrões de regulação sócio-Estatal. **Praia Vermelha**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 1, p. 49-74, primeiro semestre, 1997.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. Cap. I: Fordismo, toyotismo e acumulação flexível. São Paulo: Cortez, 1995, p. 13-38.

ARRETCHE, Marta T. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. In: **BIB**, Rio de Janeiro, n. 39, 1º Semestre, pp 3-40.

BATISTA, Alfredo. Reforma do Estado: Uma Prática Histórica de Controle Social. **Serviço Social e Sociedade** nº61, .São Paulo: Cortez, 1999.

_____. A “questão social” no período da decadência científica. **Praia Vermelha**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro : UFRJ, nº 10, p. 112 – 125, primeiro semestre, 2004.

_____. **A questão social e as refrações no serviço social brasileiro na década de 90**. Tese (Doutorado em Serviço Social). São Paulo : PUCSP, 2002.

BEHRING, E. Rossetti. **Política Social no capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Trad.de Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. **Estado, Governo e Sociedade**. Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 33-133.

BONETTI, Dilsea A. (org) et all. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BOTTOMORE, Tom. **Sociologia Política**. Trad. Francisco de Assis Pereira. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

_____. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1988.

BRAZ, Marcelo. Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social. In. Assistente social: ética e direitos. CRESS 7ª Região. **Coletânea de Leis e Resoluções**. Rio de Janeiro: Editora Lidador LTDA, 4. ed., 2003.

BRESSER PEREIRA, Luiz C. A Reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília: **Ministério da Administração e Reforma do Estado**, 1997.

CARDOSO, Francis Gomes. A pesquisa na formação profissional do assistente social: algumas exigências e desafios. **Caderno ABESS**, n. 8, São Paulo, Cortez, 1998.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis. Vozes, 2. ed., 1998.

COIMBRA, Marcos Antônio. Abordagens Teóricas ao Estudo das Políticas Sociais. In: ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W. G. dos; COIMBRA, M. A. **Política Social e Combate à Pobreza**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

CONSELHO FEDERAL DE Serviço Social – CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei Nº 8.662/93 que regulamenta a profissão de Serviço Social**. Brasília, 1993.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

_____. **Marxismo e Política**: a dualidade de poderes. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p.73-88.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 1981.

FERNANDES, Florestan. O que é revolução? In. SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda; PRADO Jr., Caio. **Clássicos sobre a revolução brasileira**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GOHN, Amélia. A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania. In: MOTTA, Carlos, G. (org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000) a grande transação. Editora Edição, 2000, p.385-403.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

_____. O debate contemporâneo da questão social. **Praia Vermelha**. Revista do Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 12, p. 238-253, primeiro semestre, 2005b.

_____. A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos. **Praia Vermelha**. Revista do Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 10, p. 13-45, primeiro semestre, 2004.

_____. Ontologia social e formação profissional. **Cadernos do Núcleo de Estudos e Aprofundamentos Marxista**. N. 1, PUC/SP. São Paulo, 1997.

_____. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo. n. 62, ano 21, p. 5-34, 2000.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX. In: **Condição Pós-moderna**. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

IAMAMOTTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 7.ed. São Paulo, Cortez, 2004a.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2004b.

_____. A questão social no capitalismo. **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, v. 2, n. 3, p. 9-31, jan/jun. 2001a.

_____. IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 14. ed. São Paulo, Celats/Cortez, 2001b.

IANNI, Otávio. A questão social. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: v. 5(1), p. 2-10, janeiro/março, 1991. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 4 setembro de 2007.

KAMEYAMA, Nobuco. Metodologia: uma questão em questão. Caderno **ABESS**, n. 3, p. 99-116, 1989.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KRISCHKE, J. P. (Org.). **O contrato social; ontem e hoje**. São Paulo: Cortez, 1993.

LESSA, Sérgio. Serviço Social e Trabalho: do que se trata? **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano I, n. 2, p. 35-58, jul/dez. 2000.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: Ontologia Social, formação profissional e política. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social**, Núcleo de Estudos e Aprofundamentos Marxista, PUC/SP, São Paulo, n. 1, p. 8-44, maio, 1997.

_____. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista. Trad. Telma Costa. 2.ed. Rio de Janeiro, Elfos, 1989.

_____. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a particularidade como categoria da estética. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo, Abril Cultura, 1982.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas**, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCUSE, Herbert. **Razão e Revolução**. Trad. Marília Barroso. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

_____. **A questão judaica**. 2. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

_____. **O Capita**. Livro Primeiro, Volume I, 5. ed., Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1980, p. 41-210.

_____. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. Temas de ciências humanas. Editora Grijalbo, 1977.

_____. Trabalho alienado. In: Fromm, Erich. **Conceito Marxista do homem**. Trad. De Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. 6. ed.

_____. Glosas Críticas marginais ao artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social de um Prussiano". Vowärts, n. 64, 10 de agosto de 1944. **Práxis** n. 5. Belo Horizonte, Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.

MARX, Karl e ENGELS, Frederic. **Manifesto do partido comunista**: prólogo de José Paulo Netto. São Paulo, Cortez, 1998.

_____. **A ideologia Alemã**. Trad. Luís Cláudio de Castro Costa. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 3ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1994.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social no Brasil. In. PASCHOAL, A. M. (org). **IV Caderno de Serviço Social**; questão social e contemporaneidade. Cascavel: Edunoeste, 2006.

NETTO, J. P. "Cinco notas a propósito da 'questão social'". **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, v. 2, n. 3, p. 41-49, jan/jun. 2001.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós—64. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2002.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2005.

_____. A construção do projeto ético político do Serviço Social frente a crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social** - Modulo 1: crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília: CEAD, 1999.

_____. Razão, Ontologia e práxis. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo. n. 44, p. 26-42, 1994.

_____. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências humanas, 1981.

_____. Teoria, método e história na formação profissional. In: O processo da formação profissional do assistente social. **Cadernos ABESS**, n. 1, São Paulo, Cortez, 1993.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo. n. 50, ano 17, p. 87-132, 1996.

_____. A propósito da disciplina de metodologia. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano 5, n. 14, p. 5-15, abril 1984.

NETTO, J. P e BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 1).

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, Raimunda B.C.S. Proposta Curricular do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano 5, n. 14, p. 16-28, abril 1984.

PEREIRA, A. Potyara. A questão social e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da sociedade civil. **Ser Social**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social. Brasília : UnB, n. 6, p. 119 - 132, janeiro a junho, 2000.

_____. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. **Capacitação em Serviço Social e política social**. Modulo 1, CEAD, p. 46-61, 1999.

_____. Perspectivas teóricas sobre a questão social no Serviço Social. **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano 4, n. 7, p. 112-122, jan/jun. 2004.

_____. Questão social, serviço social e direitos de cidadania. **Temporalis**. Brasília : ABEPSS, Grafine. p. 51 - 62, 2001.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 2. ed. rev. São Paulo, Cortez, 1997.

_____. **Mediação**: categoria fundamental para o trabalho do assistente social: Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 1, CEAD, p. 35-50, 2000.

QUINTANERO, Tânia; BARBOSA, Maria L. O.; OLIVEIRA, Márcia G. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. rev. ampliada. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

RIZOTTI, Maria Luíza. As diferentes interpretações da desigualdade social no pensamento social brasileiro. **Ser Social**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social. Brasília : UnB, nº 6, p. 207 - 224, janeiro a junho, 2000.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social**: repensando o Estado Providência. Trad. de Sérgio Bath. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

_____. **A crise do Estado Providência**. 2. ed. Trad. de Isabel Maria St. Aubyn. Lisboa: Editora Inquérito, 1984.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial. Trad. Carlos Eduardo João Machado e Luiz Arturo Obojes. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade Paulista: Brasiliense, 1995.

STEIN, Rosa Helena. A nova questão social e as estratégias para seu enfrentamento. **Ser Social**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social. Brasília: UNB, n. 6, p. 133-168, jan/jun. 2000.

TELLES, V. S. Questão social: afinal, do que se trata: **São Paulo em perspectiva**. v. 10, n. 4. out/dez. 1995. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 4 setembro de 2007.

TONET, Ivo. Marx e política: prefácio às Glosas Críticas marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social de um Prussiano” de Marx. **Práxis** n. 5. Belo Horizonte, Projeto Joaquim de Oliveira, 1995.

VIANNA, M. L. W. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**, Estratégias de bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro: Revam, UCAM, IUPERJ, 1998.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, v. 2, n. 3, p. 33-40, jan/jun. 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE 1- PRIMEIRO ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM SUPERVISORES DE CAMPO

I. Identificação:

- 1.1. Nome:
- 1.2. Local de trabalho:
- 1.3. Tempo de Serviço neste local:
- 1.4. Desde quando é supervisora de estágio curricular?
- 1.5. Instituição de Ensino Superior em que se formou: Estado: ()
- 1.6. Ano de ingresso no curso: () Ano em que colou grau: ()
Natureza da Instituição: Federal () Estadual () Particular ()
- 1.7. Seu processo de formação profissional se deu com base em qual estrutura curricular:
() Diretrizes Curriculares de 1996
() Currículo mínimo de 1982
() Currículos anteriores ao de 1982
() Não sabe informar
- 1.8. Você concluiu algum curso (aperfeiçoamento, especialização e/ou mestrado) após a graduação? Sim () não () Se sim qual (is)?
- 1.9. Você participou de alguma forma, enquanto profissional ou acadêmica, dos debates reflexões que levaram a construção do novo currículo do curso de Serviço Social de 1996?
() sim () não
- 1.10. Se sim, de que forma participou?
- 1.11. Enquanto supervisora de campo de estagiários do curso de Serviço Social, como você compreende o atual projeto de formação profissional?

- 1.12. Quais projetos e/ou particularidades das políticas sociais demarcaram sua experiência profissional até o momento?
- 1.13. O que é para você pensar a prática interventiva cotidiana?
- 1.14. Você já ouviu ou leu sobre o Curso de Serviço Social à distância? Qual é a sua impressão sobre esta nova modalidade?

Data:

APÊNDICE 2- SEGUNDO ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM SUPERVISORES DE CAMPO

Roteiro

- 1)** O curso de Serviço Social forma profissionais assistentes sociais para atuar em variados campos de trabalho. Em sua opinião por que este curso foi criado e qual a relação de sua existência na sociedade (realidade social)?
- 2)** Dentre esses aspectos, é possível afirmar que essa relação tem como fundamento a existência de um conjunto de desigualdade social?
- 3)** Essa desigualdade social possui para você uma origem? Qual seria? E o que elas significam?
- 4)** Para você, o que seria uma sociedade sem desigualdade social?
- 5)** O que significa para você a expressão “questão social”? Como ela se reproduz?
- 6)** Como profissional inserido no campo de atuação, você acredita que a possibilidade de transformação ao conjunto de desigualdades social existente hoje na sociedade é uma possibilidade viável mediante quais medidas?

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.